

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 858  
31 de Maio de 1990  
Preço: 80\$00

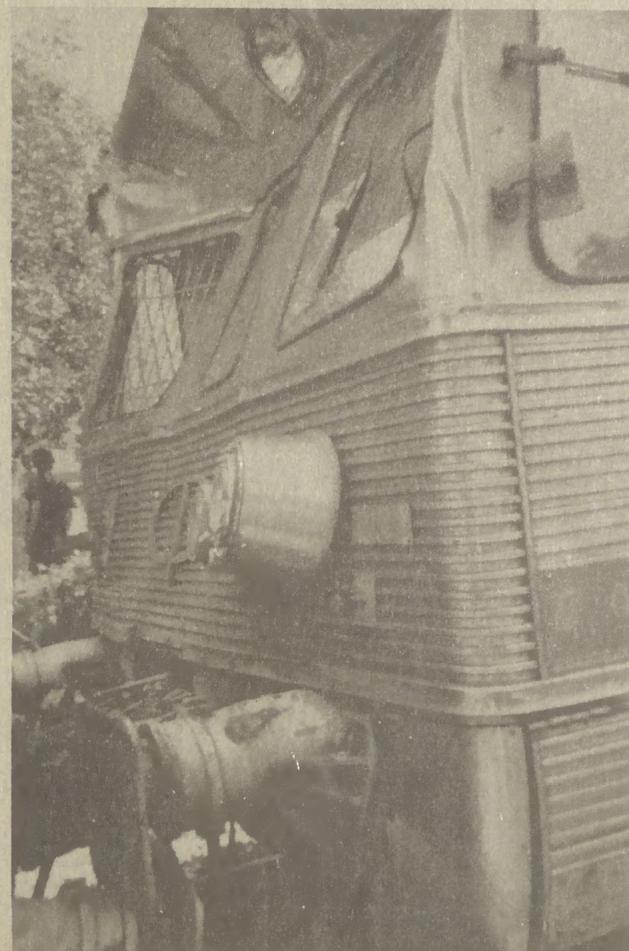
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



## Álvaro Cunhal em Baleizão

**«Para uma alternativa democrática  
o voto útil será no PCP»**

Semana



Acidente da Cruz da Pedra

## Desastres é o que provoca um Governo que só pensa em lucros



- Nota da DORL - Págs. centrais/Semana
- Grupo Parlamentar do PCP propõe audição parlamentar - Pág. 5/Semana

**CONVÍVIO**  
CASTELO DE S. JORGE  
1 Junho - a partir das 20 h  
com a participação de  
**ÁLVARO CUNHAL**

PCP

Tempos de Antena do PCP  
RTP - 1.º canal  
7 de Junho depois do Telejornal  
RDP - Antena 1  
5 de Junho depois do noticiário das 13 horas

PCP

**150**  
mil Contos  
para o Terreno  
da festa  
Juntos com a Campanha

Em foco

**Em Foco**

Contributos  
para a batalha  
ideológica  
em defesa  
do S. E. E.

## O «Avante!» no Congresso do PS

# Editorial

Avante!

Ano 80 - Série VII  
N.º 858  
31 de Maio de 1990  
1.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Alternativa democrática - a base da plataforma do PCP

É uma realidade inofismável que a sociedade portuguesa contemporânea vive de há longos anos uma notória situação de insegurança e de instabilidade, mesmo nas fases intermitentes de uma ou outra fugaz e relativa melhoria das nossas condições de vida, no essencial arrancadas pela luta pertinaz e por vezes extremamente dura das massas populares.

No momento actual são claros os indícios de agravamento generalizado deste inseguro e instável estado de coisas.

Múltiplos são os factores que o determinam. É, porém, de todo evidente que na sua origem e desenvolvimento se encontram e avultam como causas fundamentais os efeitos da prolongada vigência política da direita na condução do Estado e que no seu gravame actual está a intensificação da ofensiva de restauração dos monopólios e dos latifúndios, com todas as suas incidências económicas, sociais e políticas, conduzida pelo governo do PSD capitaneado por Cavaco Silva.

É também evidente que factores condicionantes de origem externa têm pesado seriamente no evoluir da situação nacional, na intermitência dos seus altos e baixos, alguns de previsíveis desenvolvimentos ulteriores e longa duração como os oriundos da nossa integração na CEE e outros envolvidos no manto das incertezas de uma conjuntura mundial em transe de mudança histórica com profundos reflexos na nossa realidade nacional.

De qualquer modo o longo predomínio da política de direita na condução do Estado português imprime às necessárias respostas aos desafios da nossa época, que a nível do Poder deveriam ser dadas, uma estreiteza de classe incompatível com os interesses fundamentais mais vastos do Povo e do País; reduz perigosamente o espaço de manobra dos portugueses na defesa prioritária dos seus interesses nacionais; aprofunda e alarga ainda mais o fosso que nos separa dos países desenvolvidos com os quais nos associámos numa situação de dependência; agrava os desequilíbrios estruturais da nossa economia e da nossa sociedade.

O XIII Congresso (extraordinário) do PCP abordou de modo mais desenvolvido os factores actuais de insegurança e instabilidade da sociedade portuguesa e precisou propostas e medidas para os enfrentar a curto e a mais dilatado prazo, medidas e propostas que têm no centro como condição política essencial uma alternativa democrática de governo e de política ao cavaquismo governante.

Os acontecimentos diários na esfera económica, na problemática social e na política estão confirmando de maneira concludente a justeza das análises e das propostas inseridas na Resolução Política saída do Congresso.

A situação actual e a que está numa previsível perspectiva não podem deixar de se impor à consideração e à acção das forças que com todas as naturais diferenças se identificam com os grandes ideais da democracia e do 25 de Abril em Portugal - não podem deixar de constituir um móbil decisivo para a urgente superação de divergências secundárias e para a convergência e unidade de todos os democratas em torno de objectivos mínimos comuns.

No plano económico a política cavaquista de reconstituição dos monopólios e dos latifúndios está alterando de maneira radical o sistema de propriedade dos principais meios de produção e dos sectores básicos da economia nacional a favor das classes mais possedentes. A destruição do Sector Empresarial do Estado opera-se já nas formas e ao ritmo que melhor servem os interesses dos grandes capitalistas portugueses e das multinacionais, agora sob a cobertura dos novos dispositivos constitucionais impostos pela última revisão da Constituição acordados entre o PSD e o PS.

A liquidação total da Reforma Agrária é um dos objectivos a nove meses de prazo nos planos do governo.

A constituição de sociedades anónimas opera-se mesmo e já sob o próprio estatuto de empresas nacionalizadas que são transformadas em sociedades anónimas de modo a garantir previamente ao governo no momento da sua alienação ao capital privado vultosos suprimimentos para um «saco azul» que tudo aponta como suporte eleitoralista do governo nas eleições legislativas de 1991. A próxima operação de privatização da Centraler, que compreenderá a alienação de 9 milhões de acções está a orientar-se desde já de molde a garantir ao «saco azul» do governo uma receita de 40 milhões de contos.

A alienação ao capital estrangeiro de empresas portuguesas nacionalizadas e outras privadas, de importância estratégica para a economia portuguesa processa-se numa escala sem precedentes. Só nos primeiros quatro meses de 1990 os «investidores» estrangeiros adquiriram nas Bolsas de Lisboa e Porto acções no montante de 19 milhões de contos, quatro vezes mais do que em igual período de 1989, o que eleva para 262 milhões de contos o valor total das acções e obrigações em poder do capital estrangeiro obtidos na especulação bolsista.

Os responsáveis estrangeiros de fundos de investimento em visita de rotina à Bolsa de Lisboa agem como em terreno conquistado exigindo agora que o prazo de liquidação financeira das suas transferências se amplie dos três dias que é a prática nos negócios bolsistas internacionais, para cinco dias.

Aproveitando a situação de baixa das cotações estão neste momento a efectuar compras em massa, indubitavelmente para as vender dentro em pouco em alta que a seu tempo e quando virem garantidos chorudos lucros tentam provocar nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto à custa da poupança portuguesa, lucros que o governo de Cavaco já autorizou a saírem do país em divisas dos países de origem dos «investidores».

Estes suprimimentos do «saco azul» do governo - que beneficiou ainda há pouco do corte de 40 milhões de contos nas despesas do Orçamento de Estado aprovado para 1990 - estão provocando um excesso de liquidez bancária, que o governo, em vez de canalizar para a correcção dos nossos atrasos e desequilíbrios estruturais (como o do melhoramento da nossa envelhecida rede ferroviária onde se multiplicam os acidentes por vezes trágicos como o de há dias na linha de Sintra) em vez

disso, dizíamos, projecta afectar tais excessos de liquidez bancária ao pagamento antecipado dos encargos da Dívida Externa transformando-os em Dívida Interna a financiar pelos Bancos, encargos que numa política mais concorde com os interesses nacionais seriam susceptíveis de renegociação numa consideração mais alargada de solução da astronómica Dívida Externa dos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, (como Portugal), actualmente incomportável para a economia dos respectivos povos.

O que o processo de reconstituição do capitalismo monopolista em Portugal custa aos trabalhadores (nas actualizações salariais abaixo da taxa de inflação real que está de novo grimando; no alargamento indiscriminado da precarização do trabalho; no novo surto de salários em atraso; na manutenção de horários desajustados das realidades sociais actuais que formalizam e institucionalizam um sobre-trabalho fornecedor de mais-valias suplementares ao grande patronato; nos cerceamentos da segurança social e do número de postos de trabalho e outros) - o que tudo isso custa, pode ser avallado pelo ascenso actual do processo da luta de massas e dos previsíveis resultados da jornada de luta convocada pela CGTP-IP para a última semana de Junho pela redução do horário de trabalho.

E pode mais amplamente ser avallado pela situação reinante nas mais largas camadas de agricultores devida aos atrasos no pagamento de subsídios e de indemnizações por calamidades naturais, por epizootias, pragas e outros desfavores da natureza, mas também pela falta de protecção contra as importações maciças de produtos agrícolas estrangeiros sem que se assegure o escoamento da produção nacional; às expulsões das terras que antes os próprios governantes do PSD tinham demagogicamente distribuído a pequenos e médios agricultores. Pode ser avallado ao vivo pelas importantes manifestações de protesto dos agricultores (do Oeste, de Trás-os-Montes, do Douro, das Beiras e outras regiões) demonstrativas do crescente desafecto pelo governo e a sua política neste importante sector da sua base de apoio eleitoral e político.

É porém no plano institucional que assumem a maior gravidade as iniciativas do Governo do PSD e de Cavaco Silva, indubitavelmente visando a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado.

Regras basilares da democracia política estão a ser postas em causa ao abrigo das novas disposições constitucionais impostas pela última revisão constitucional resultantes do acordo PS/PSD:

A criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social que visa governmentalizar a actividade dos principais órgãos da comunicação social e instituir em novos moldes a velha mordaça da censura, atenta contra uma das liberdades mais caras e significativas conquistadas pela Revolução de Abril;

O projecto de uma nova Lei Eleitoral e a proposta de uma Lei do Referendo, esta já actualmente em debate em sede de comissão parla-

mentar, configuram, contudo, em caso de aprovação e promulgação, os atentados mais graves contra a democracia portuguesa.

O projecto de Lei Eleitoral do PSD, que tem merecido o protesto e a oposição generalizada dos restantes partidos, atingiria no cerne a democraticidade das eleições, imporia uma «engenharia eleitoral» que poderia eternizar a direita no poder e reduzir a formas inexpressivas a representatividade dos partidos da oposição que ficariam remetidos a uma concepção bipolarizadora de domínio do poder a favor da direita, num esquema de redução do número de deputados e de uma nova divisão dos círculos eleitorais que favoreceria escandalosamente o PSD.

Por sua vez a proposta de Lei do Referendo que está sendo cozinhada pela maioria do partido cavaquista na Assembleia da República poria à discrição da direita soluções referendárias de âmbito praticamente ilimitado.

A onda de protestos que se levantou contra estas iniciativas do PSD está pondo a nu esta escandalosa manipulação da Lei Fundamental, estão abertamente feridas de inconstitucionalidade. De tal modo que o Governo e o domestizado grupo parlamentar do PSD avançam já com propostas ao PS para uma nova revisão constitucional que exigiria os 4 quintos dos deputados (200) quando os deputados do PSD e do PS se contam actualmente por 209.

Não deixa de ser curioso que aqueles que mais têm atacado o unipartidarismo se afirmem agora nas actuais circunstâncias nacionais como candidatos a liquidadores do pluripartidarismo em Portugal.

Aqueles que até agora têm visto com simpatia e mesmo participado nos atentados cavaquistas contra a Constituição - mesmo revista como foi no último ano - deveriam meditar atentamente nas consequências da sua passividade, da sua indiferença e mesmo da sua eventual colaboração nesta cruzada antidemocrática do cavaquismo governante.

É neste quadro que às forças democráticas se impõe reflectir sobre a questão de uma necessária alternativa ao governo e à política do governo PSD/Cavaco.

A plataforma para uma alternativa democrática proposta na Resolução Política do XIII Congresso (extraordinário) do PCP é isso mesmo: uma proposta que se oferece ao exame e ao debate das forças democráticas mais consequentes, em primeiro lugar do PS e do PCP mas não só: também de todos os partidos democráticos com menor representação parlamentar ou sem nenhuma na Assembleia da República.

Seis objectivos desenvolvidos na Resolução Política a estruturam:

Uma democracia política; um Estado descentralizado; uma política nacional face à Integração na CEE; desenvolvimento económico; política social para o bem-estar dos portugueses; política externa de independência, paz e cooperação.

Seria difícil recusá-los, escusar-se ao debate e à busca de soluções que esta perigosa situação põe na ordem do dia, sem vender a face, sem negar princípios basilares do ideal democrático.

## Resumo

23  
Quarta-feira

O PCP alerta para a tentativa do PSD de, com a lei do referendo que propõe à AR e que amanhã vai a plenário, abrir caminho para a revisão das outras leis eleitorais com o objectivo de restringir a sua democraticidade. ■ Após a greve de ontem na Administração Local, que teve uma adesão de 80 por cento, o Governo deve negociar com o STAL, afirma este sindicato, convocando para dia 28 nova jornada de luta. ■ Em Portugal instalaram-se, após a adesão à CEE, 1429 empresas espanholas, revela em Madrid o secretário-geral da Câmara de Comércio Luso-Espanhol. ■ Um aumento de terras mata quatro operários da construção civil numa obra em Bobadela. ■ Registam-se violentos confrontos, envolvendo unidades de artilharia e infantaria, na fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau. ■ É proclamada oficialmente a República do Iémen, resultante da unificação entre Iémen do Norte e do Sul. ■ A morte, em circunstâncias suspeitas, do dirigente da oposição gabonesa Joseph Rendjamba, desencadeia uma onda de violência política no Gabão. ■ Na final da Taça dos Campeões Europeus o Milão derrota o Benfica por 1-0.

24  
Quinta-feira

O plenário nacional de sindicatos da CGTP-IP aprova uma resolução sobre acção imediata apontando, entre outros objectivos, a redução do horário semanal de trabalho para um máximo de 40 horas. ■ O PCP apresenta na AR dois projectos-lei proibindo a discriminação salarial dos jovens trabalhadores e reformulando o subsídio de inserção de jovens na vida activa. ■ O Governo aprova uma proposta de diploma de revisão da lei eleitoral, reduzindo o número de deputados da AR para 230 e dividindo os círculos de Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal. ■ O SNTCT responde a greve dos trabalhadores dos CTT para discutir com a administração o caderno reivindicativo. ■ Representantes das cooperativas e UCP's, reunidos em Évora, consideram que a proposta de lei do Governo sobre a extinção da zona de intervenção da reforma agrária é inconstitucional e vai contra os interesses do Alentejo e Ribatejo. ■ O Primeiro-Ministro soviético, Nikolai Rjykov, apresenta no Soviete Supremo um relatório sobre a situação económica da URSS e um programa de reformas económicas. ■ O Conselho de Segurança da ONU reúne na Suíça para ouvir Yasser Arafat e debater a situação criada no Médio Oriente após o massacre de domingo nos arredores de Telavive. ■ A greve dos ferroviários polacos, que dura há quatro dias, isola o noroeste do resto do país. ■ Na Turquia cerca de 500 presos iniciam uma greve da fome como manifestação de solidariedade a outros 10 detidos que desde meados deste mês recusam alimentos, protestando contra as restrições à liberdade de expressão impostas pela ditadura.

27  
Domingo

O presidente cipriota George Vassiliou inicia uma visita oficial a Portugal. ■ A URSS poderá rever as suas posições nas várias negociações internacionais em curso, se a NATO e os EUA insistirem em que a Alemanha depois da unificação seja integrada na Aliança Atlântica, admite Mikhail Gorbatchov numa conferência de imprensa após a visita que o presidente francês François Mitterrand fez à URSS no fim-de-semana. ■ Após dois dias de congresso, o

25  
Sexta-feira

No Coliseu do Porto inicia-se o IX Congresso do Partido Socialista. ■ Por iniciativa da CGTP-IP, realiza-se em Lisboa um encontro sindical sobre o trabalho nocturno das mulheres na indústria. ■ Eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do Porto criticam, num encontro no Bonfim, o alheamento do PS face aos principais problemas da cidade. ■ A síntese mensal de conjuntura do Banco de Portugal refere que o investimento no mês de Abril continuou a abrandar. ■ Angola e Cuba podem solicitar nova suspensão da retirada dos soldados cubanos de território da RPA na reunião da comissão conjunta de verificação dos acordos de Nova Iorque, a 4 e 5 de Junho, afirma a Lusa citando o dirigente da oposição gabonesa Joseph Rendjamba, desencadeia uma onda de violência política no Gabão. ■ Na final da Taça dos Campeões Europeus o Milão derrota o Benfica por 1-0.

26  
Sábado

Com a participação do secretário-geral do PCP, realiza-se em Barcelão um comício de homenagem a Catarina Eufémia, assassinada em 19 de Maio de 1954. ■ A FNAM (Federação Nacional dos Médicos) considera a Lei de Bases para a Saúde «um retrocesso global nas orientações e disposições legais já existentes», num encontro organizado no Porto pela Federação e o Sindicato dos Médicos do Norte. ■ Dirigentes e militantes da Intervenção Democrática, em reunião alargada desta associação, decidem intensificar a sua actividade. ■ Israel afirma que não permitirá a entrada nos territórios árabes ocupados a uma eventual missão de observadores enviados pelo Conselho de Segurança da ONU. ■ Após uma reunião de dois dias em Nova Iorque, representantes dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU apelam à resolução do conflito no Camboja e propõem um encontro para Julho entre o Governo e as facções armadas. ■ As autoridades soviéticas apelam à população para que suspenda a corrida às lojas de Moscovo, desencadeada após o anúncio por Rjykov do programa de reformas económicas. ■ Termina o congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

29  
Terça-feira

Dois jornalistas de «o diário» são impedidos pela PSP de cumprir a sua missão profissional no Palácio de Queluz onde o Presidente do Chile deu uma conferência de imprensa. ■ O ministro da Justiça afirma que «é preciso começar a olhar a justiça pelo lado do cidadão porque esta é a única forma de a tornar mais transparente e universal»; o ministro não disse nada sobre a forma de tornar a justiça acessível para todos. ■ O Bureau Regional da Europa da Organização Mundial de Saúde reúne em Lisboa para debater a questão da Sida e as estratégias para a sua prevenção. ■ O professor Mariano Gago, do IST, defende a abolição do pagamento de propinas nas escolas. ■ A subcomissão de Pesca do Parlamento Europeu condena a discriminação de Portugal e Espanha no acordo da CEE com a Grónlandia. ■ Os ministros dos Assuntos Sociais da CEE aprovam o programa de formação profissional contínua válido por quatro anos. ■ Os deputados da Federação Russa escolhem Boris Eltsin como presidente do Soviete Supremo daquela República. ■ O presidente Gorbatchov chega ao Canadá para visita oficial à América do Norte.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS  
O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo  
PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soeiro  
Perreira Gomes - 1699 - Lisboa  
COD. TEL. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Perreira Gomes - 1699 Lisboa  
COD. TEL. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440  
DISTRIBUIÇÃO:  
CDL Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57-2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02  
ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 03 44  
EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44  
PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 16, 2.º  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Enva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28384  
Composto e impresso na Hestka  
Portuguesa - R. Elsa Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85



## **Assassinada há 36 anos**

# **As razões de Catarina permanecem vivas no sentir do povo**

A memória de Catarina Eufémia foi homenageada no passado sábado em Baleizão num comício em que intervieram o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, António Murteira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, e dirigentes locais do Partido.

A iniciativa começou junto da campa da camponesa assassinada à trinta e seis anos, onde foram depositadas flores, e prosseguiu com um desfile até ao local do comício, a que assistiram muitas centenas de pessoas que encheram o Largo de Catarina Eufémia.

Tombada na luta por melhores salários, como frisou Álvaro Cunhal na sua intervenção, «Catarina morreu por melhores condições de vida para os trabalhadores, mas morreu também pela Reforma Agrária, na luta contra os latifundistas, para que a terra acabasse por ser entregue a quem a trabalha». As razões de Catarina

permanecem hoje vivas no sentir do povo alentejano, num momento em que o Governo pretende consumir a destruição da Reforma Agrária.

A situação degradada no distrito de Beja, consequência da política do executivo PSD/Cavaco Silva de entrega das herdades aos grandes agrários, traduz-se nomeadamente no flagelo do desemprego que tem provocado a emigração, desertificando a região onde só ficam velhos e crianças.

É para contrariar esta situação que cumpre aos partidos democráticos, nomeadamente ao PS, desenvolverem esforços no sentido de uma convergência que seja alternativa credível ao actual Governo PSD, cuja «maioria conjuntural» de há três anos «já não existe no eleitorado».

1991 é deste modo o «ano da grande oportunidade. Da convergência ou da divisão dos democratas dependerá aproveitá-la ou perdê-la».

PCP

Alvaro Cunhal em Baleizão

## «Maioria conjuntural PSD

### O trivial

...porque é que o dr. Cunhal não permitiu em bom estilo «burguês» que os «críticos» apresentassem uma moção de estratégia, para a derrotar, como sem dúvida a derrotaria, por 70 ou 80 por cento dos votos?

A pergunta é de Vasco Pulido Valente (VPV) que numa extensa crónica veio a Público dar conta das suas deambulações *na casa dos comunistas*, como chamou ao pavilhão «Paz e Amizade», de Loures, onde decorreu o último Congresso do PCP.

Abra-se aqui um parêntesis para deixar claro que a casa não era nossa, ou ainda aparece por aí alguém menos sensível aos jornalísticos eufemismos a dizer em grande excitação qualquer coisa do tipo *estão a ver estão a ver como eles se apropriam das casas...* Nunca se sabe; ele há gente capaz de tudo.

Como o VPV que andou pelo Congresso a bisbilhotar como convém a qualquer jornalista, ouvindo conversas, bebendo cerveja, escrevinhando notas, sem nunca se sentir em casa, como faz questão de salientar e, o que é mais deprimente, sem perceber nada do que lhe era dado apreciar.

A pergunta tem que se lhe diga. Para VPV o Congresso do PCP pecou pela falta de encenação usual no bom estilo burguês - tiremos-lhe as aspas que o caso não é para tanto - que dá a aparência de democraticidade ao que para aí se chama de «congressos» para a imprensa ver, apesar de ninguém ignorar que a verdadeira cena se passa nos bastidores.

Sem o tal bom estilo, que em nada alteraria o resultado final, o que se fez foi «persistir em métodos autoritários», na opinião de VPV, desperdiçando uma «solução» de «méritos óbvios».

Ou seja, trocando por miúdos, o PCP (em rigor o cronista reporta-se a Álvaro Cunhal, mas isso deve-se a uma incapacidade crónica de distinguir os personagens), o PCP, dizíamos, mantém métodos autoritários porque não aconselha aos seus organismos que façam um pouco de batota na eleição de delegados, de forma a que cheguem ao Congresso vozes que não exprimem a opinião dos que os elegeram mas que teriam a utilidade de dar um ar mais, digamos, divergentemente inócuo aos trabalhos.

Assim como um jogador a fazer bluff. Como se entre um jogo de poker e um partido político a diferença fosse apenas do número dos jogadores.

É lamentável a incapacidade dos comunistas em reconhecer os «méritos óbvios» de tal solução. Mas isso é uma mania que há cá pela casa onde a maioria ainda pensa que isto da política é uma coisa séria e que ser comunista está longe de ser uma brincadeira ou uma mera ocupação de tempos livres.

O que manifestamente VPV não consegue perceber, nem quando procura explicações para o facto. Daí ter chegado à brilhante conclusão de que os comunistas não deixaram os «críticos» subir à tribuna do Congresso por puro medo, não dos propriamente ditos mas das eventuais referências à *inabilidade do marxismo-leninismo ou à natureza do Partido*. Se tal sucedesse, seria o *pânico, o colapso, a confusão* sem se saber se erámos *comunistas, socialistas ou extraterrestres*. A gente percebe que VPV ande confuso; diríamos mesmo que, no caso vertente, confuso se tenha tornado uma forma de estar, uma maneira de ser. É lá com ele. Coitadinho.

Cá pela casa não temos preconceitos contra os extraterrestres, que se existirem até podem ser muito boas pessoas. Ou contra os socialistas, embora não lhes copiemos os hábitos, nem em tempo de congresso. Como é público e notório, somos pela convivência pacífica.

Como é que se há-de explicar isto a pessoas como VPV? Talvez em banda desenhada, ou com explicações, ou em fascículos... Ou talvez, ao fim e ao cabo, nem valha a pena o esforço. Para não sermos acusados de dar cabo do seu bom estilo burguês. Sem os VPVs que por aí abundam, lá se acabavam as crónicas preclaras que dão o PCP sentado à espera das «notícias agradáveis» em vias de chegar de Leste sobre a *transição para o capitalismo» (desemprego, inflação, benefícios sociais anulados, intervenções do FMI, trapalhadas políticas: em suma, o trivial*. Diremos mesmo mais: em suma, o trivial.

Na intervenção que pronunciou de improviso no comício de homenagem à memória de Catarina Eufémia, realizado no passado sábado em Baleizão, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, declarou que «a maioria conjuntural que o PSD alcançou em 1987 já não existe no eleitorado. Os partidos democráticos têm em conjunto a maioria do povo e, com grande grau de probabilidade, alcançarão nas próximas eleições legislativas a maioria de deputados na Assembleia da República. **1991 é o ano da grande oportunidade. Da convergência ou da divisão dos democratas dependerá aproveitá-la ou perdê-la.**»

Álvaro Cunhal discursava perante muitas centenas de pessoas que acorreram ao Largo de Catarina Eufémia para participarem no comício de homenagem àquela camponesa e militante comunista assassinada há 36 anos pelos fascistas. Segundo afirmou, os comunistas «não esquecem o passado, a luta de homens e mulheres, jovens que durante os dias negros do fascismo com os trabalhadores, com o povo lutaram pela liberdade, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, não esquecem aqueles que lutaram, deram a sua liberdade e deram a sua vida, como foi o caso de Catarina Eufémia para que finalmente o povo português alcançasse a liberdade e a democracia».

Sublinhando que o PCP é um partido que não visa o enriquecimento das suas clientelas mas que existe para servir o povo e a Pátria, o secretário-geral abordou ainda temas como a Reforma Agrária; as próximas eleições legislativas e a possibilidade de resultar delas uma alternativa democrática ao actual governo de direita; o voto útil; o reforço do Partido; a lei eleitoral e o significado do recente XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

A política do Governo foi vivamente criticada: «Não só não resolve os problemas existentes como está criando novos e ainda mais graves problemas» e a sua «actua-

ção caracteriza-se não por construir mas por destruir».

### Objectivo de muitas décadas

A dado passo da sua intervenção, a propósito de alguns declararem «que a Reforma Agrária do 25 de Abril foi uma utopia, foi um sonho e foi um grande erro até ter-se iniciado» Álvaro Cunhal lembrou que «esta Reforma Agrária nos campos alentejanos e ribatejanos já era um objectivo de muitas décadas antes do 25 de Abril».

O dirigente comunista reafirmando a solidariedade do PCP com a Reforma Agrária, «grande transformação económica e social indispensável para um futuro de progresso e justiça social nos campos do Alentejo e Ribatejo», denunciou a «agricultura de latifúndio em que mais de metade dos trabalhadores estão desempregados e onde os rendimentos são fracos, tão baixos que não contribuem para a riqueza do nosso País, para a economia nacional e para o bem-estar dos trabalhadores».

Catarina Eufémia foi recordada pelo secretário-geral do PCP como uma mulher que «morreu na luta pelos salários, que se estava a travar no momento, morreu na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores, mas morreu também na luta

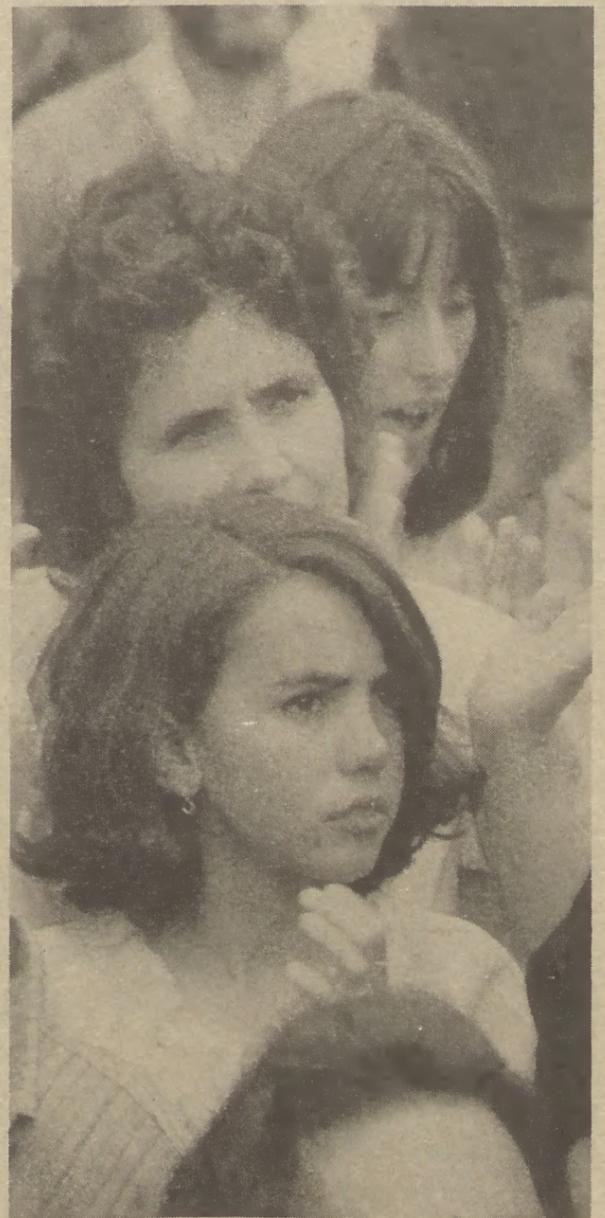
pela Reforma Agrária, na luta contra os grandes latifundistas, para que a terra acabasse por ser entregue a quem a trabalha.

«Nós os comunistas não dizemos que a Reforma Agrária foi um erro». Para Álvaro Cunhal, ela «foi uma grande conquista que ainda nos inspira em relação ao fu-

turo porque continuaremos até ao fim em sua defesa».

### Alternativa à direita

Relativamente à alternativa democrática, Álvaro Cunhal frisou no seu discurso que «a vida política nacional tem mostrado cada vez com mais factos esclarecedores que



# já não existe no eleitorado»

nenhum partido democrático sozinho, nomeadamente o PS, está em condições de ser alternativa à direita» e que «as ideias de bipolarizar no PSD e no PS a vida política nacional, numa espécie de partilha decretada de toda a influência política é uma ambição completamente fora da realidade do quadro político-partidário nacional».

A este propósito, o secretário-geral do PCP salientou que «para que tais ideias ti-

vessem um mínimo de credibilidade seria necessário que em Portugal o PSD e o PS fossem de facto os dois únicos grandes partidos, mas a verdade é que não só existem numerosos partidos com pleno e igual direito a intervir na vida política, como existem vastíssimas áreas sociais com oscilante opção partidária, como existe sobretudo uma realidade que não deixa de ser realidade por haver quem para não a ver meta a

cabeça na areia — um partido comunista, com sólidas raízes, influência e apoio, com o qual a luta popular continua sempre a contar e sem o qual não existe uma maioria democrática ao actual Governo de direita».

«Não conduziria a uma alternativa democrática» — prosseguiu o dirigente comunista — «uma estratégia do PS baseada na pretensão de hegemonizar o campo democrático e de esvaziar eleito-



«Não esqueçamos o passado, homens, mulheres, jovens que durante os dias negros do fascismo com os trabalhadores, com o povo lutaram pela liberdade, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores»

«Aquilo que sabemos aprendemos com o povo, com a experiência e com a vida»

«Se recordamos o passado é para compreender o presente e continuar a nossa luta pelo futuro»

«O PCP não é um partido que capitule, é um partido de combate»

«Alguns dizem que a Reforma Agrária do 25 de Abril foi uma utopia, foi um sonho e foi um grande erro até ter-se iniciado, mas esta Reforma Agrária nos campos alentejanos e ribatejanos já era um objectivo de muitas décadas antes do 25 de Abril»

«Catarina morreu na luta pelos salários, por melhores condições de vida para os trabalhadores, mas morreu também na luta pela Reforma Agrária, contra os grandes latifundistas, para que a terra acabasse por ser entregue a quem a trabalha»

«As ideias de bipolarização no PSD e no PS a vida política nacional, numa espécie de partilha decretada de toda a influência política é uma ambição completamente fora da realidade do quadro político-partidário nacional»

«Não só existem numerosos partidos com pleno e igual direito a intervir na vida política, como existem vastíssimas áreas sociais com oscilante opção partidária, como existe, sobretudo uma realidade, que não deixa de ser realidade por haver quem para não a ver meta a cabeça na areia — um partido comunista, com sólidas raízes, influência e apoio, com o qual a luta popular conta e sem o qual não existirá uma alternativa democrática ao actual governo de direita»

«Se quiserem uma alternativa democrática, o voto útil será no PCP»

«Os comunistas não estão só dispostos, mas prontos a examinar com todas as forças democráticas, nomeadamente com o PS, todas as questões relativas à concretização de uma alternativa ao Governo PSD/Cavaco Silva»

«Todos os membros do Partido têm o direito de expressar e defender no Partido as suas opiniões. Nenhum membro deve ser marginalizado, mas que não atribuam ao Partido a responsabilidade a responsabilidade aqueles que se marginalizem»

«O XIII Congresso apelou para que todos os militantes sem excepção, quaisquer que sejam as suas opiniões próprias, participem na actividade do Partido para a aplicação das decisões do congresso»

«Todas as vontades, todas as energias, todas as reflexões são necessárias. Que ninguém prive delas o Partido»

ralmente o PCP em benefício do PS», ao que acrescentou tratar-se de «velhas ambições e ilusões que já é tempo de afastar para que se abra realmente caminho a uma viragem democrática na política nacional».

gência para assegurar uma alternativa democrática, mas é indispensável que as outras forças democráticas, nomeadamente o PS, o estejam também».

## O voto útil é no PCP

A necessidade de reforçar a votação no PCP foi fundamentada por Álvaro Cunhal que realçou como um perigo «que se desse crédito às ideias que os socialistas avançam, neste momento, de que o voto útil será no PS. Se quiserem uma alternativa democrática o voto útil será no PCP», afirmou apelando seguidamente para que «nem um voto da nossa área vá atrás da emoção que o voto útil será no PS».

«Após o XIII Congresso (Extraordinário) do nosso Partido», continuou, «salta ainda mais claramente à vista que a única perspectiva credível para uma alternativa ao Governo e à política de direita é a convergência das forças democráticas, designadamente do PCP e do PS» e que é «o reforço do PCP que melhor garante esses objectivos».

Depois de evocar o significado da experiência da coligação «Por Lisboa» (que contém ensinamentos que nenhum democrata pode deixar de ter em conta ao considerar a possibilidade e a necessidade de uma alternativa democrática), Álvaro Cunhal afirmou que PCP «está não só disposto mas pronto para examinar com todas as forças democráticas, designadamente com o PS, todas as questões relativas à concretização de uma alternativa ao Governo PSD Cavaco Silva».

Recordando que o PCP no seu XIII Congresso apresentou os grandes objectivos de uma plataforma de alternativa democrática, respeitantes «à democracia política com reforço dos seus princípios e valores essenciais, ao Estado, à política nacional face à integração na CEE, ao desenvolvimento económico, à política social para o bem estar dos portugueses, à política externa de independência, paz e cooperação», salientou que «é uma proposta, uma contribuição, uma base sujeita a exame» e que «como o XIII Congresso proclamou, o PCP está disposto a dar passos no caminho da conver-

## A orientação do Congresso é a orientação do Partido

No quadro das referências ao significado do XIII congresso o secretário-geral do PCP acentuou que «a orientação traçada pelo Congresso é a orientação do Partido» e que «todos os membros do Partido têm o direito de expressar e defender no Partido as suas opiniões. Nenhum membro do Partido deve ser marginalizado, mas que não atribuam ao Partido a responsabilidade aqueles que se marginalizem». Álvaro Cunhal lembrou que o «Congresso apelou a que todos os militantes sem excepção, quaisquer que sejam as suas opiniões próprias, participem na actividade do Partido para a aplicação das decisões» da reunião magna dos comunistas portugueses. «Todas as vontades, todas as energias, todas as reflexões são necessárias. Que ninguém prive delas o Partido».

Álvaro Cunhal considerou ainda que a nova lei eleitoral do Governo PSD/Cavaco Silva é «antidemocrática, visa perverter a democracia política» e «destruir não só a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos sociais alcançados pelos trabalhadores, mas o próprio regime político naquilo que ele tem de fundamental nas liberdades e direitos dos cidadãos e o próprio sistema eleitoral que foi alcançado com a revolução de Abril». É neste sentido que alertou para que «se este Governo consegue levar até ao fim as suas ofensivas, nós viveremos no futuro num Portugal que nem é aquele que conquistámos com a Revolução de Abril nem é o dos dias de hoje. Teremos uma situação pior. Isso justifica o nosso apelo à luta para que interrompamos esta acção do Governo e provoquemos a sua queda, encurtando o seu dia, para que nas eleições para a Assembleia da República, em 1991, ele perca a maioria e se crie uma maioria democrática em condições de assegurar a formação de um governo com uma política democrática» disse.

PCP

## Homenagem a Catarina Eufémia

# Nunca tinha estado em Baleizão

Nunca tinha estado em Baleizão, terra tornada símbolo da luta secular dos camponeses alentejanos. Ali chegámos pouco antes das três da tarde, sob um sol intenso atrozmente reflectido pelas paredes brancas das casas térreas. À entrada da aldeia, destacava-se a igreja, branca, voltada para o cemitério e para os campos rasos que desafiavam o alcance da vista. Era este o ponto de encontro dos que naquela tarde vinham prestar homenagem à memória de Catarina Eufémia, militante comunista assassinada pela GNR em 19 de Maio de 1954, no decorrer de uma acção por melhores jornas.

À chegada, Álvaro Cunhal foi calorosamente saudado pelas centenas de pessoas que encheram entretanto o largo, dirigindo-se depois ao cemitério, onde o secretário-geral do PCP depositou um cravo na campa de Catarina e guardou um minuto de silêncio.

Dali partiu a marcha que, atravessando a pequena aldeia, iria desembocar no local do comício. Ao longo do percurso, engrossaram o desfile muitos homens e mulheres que esperavam a sua passagem junto à porta das suas ca-

sas. Alguns abraçavam Álvaro Cunhal, entregavam-lhe ramos de flores, cumprimentavam-no.

Alcançámos finalmente o Largo de Catarina Eufémia, onde foi erguido um busto em memória da camponesa assassinada. As janelas das casas estavam abertas e à passagem dos manifestantes soavam vozes que gritavam *PCP*, chegou-se mesmo a cantar o «*Avante Camarada*», de uma maneira que achei curiosa e me fez lembrar os cantares alentejanos. De facto, só o refrão era cantado por todos, en-

carregando-se do resto da canção uma só voz, talvez por hábito, ou, por assim ter caído...

### O comício

O palco estava montado sobre o atrelado de um tractor, junto do Centro de Trabalho de Baleizão. Servia de fundo um pano com o lema do XII Congresso (Extraordinário), *PCP um Partido para o nosso tempo*. Muitas centenas de pessoas enchiam o recinto. Eram em grande parte pessoas idosas de rosto marcado por muitos anos de árduo trabalho no campo. Havia também crianças, mas notava-se a falta de jovens, certamente obrigados a procurar trabalho noutras paragens, já que aqui com a entrega das herdades aos grandes proprietários, se vêem a braços com o desemprego.

O comício começou com uma intervenção de uma camarada da comissão de fre-



guesia de Baleizão do PCP, a que se seguiu o discurso de António Murteira, membro da Comissão Nacional Executiva, que abordou a situação no distrito de Évora, refutou os ataques do Governo e chamou à atenção para os problemas com que se debatem as populações locais.

Fortemente aplaudido, António Murteira afirmou que as

conclusões do Congresso «aplicam-se inteiramente às condições do Alentejo» onde se assiste à recuperação do capitalismo, entrega das terras aos grandes latifundiários e agrários.

Para António Murteira a situação que se vive no distrito, resultante da destruição da Reforma Agrária é extremamente preocupante. Em rela-

ção aos agricultores que receberam terras do Governo, este dirigente comunista afirmou que estão à beira da ruína, já que a renda passou de onze para quatrocentos e oitenta contos. Perguntando aos presentes se receberam qualquer subsídio da CEE, o orador afirmou que estes tão badalados dinheiros apenas foram concedidos aos grandes proprietários.

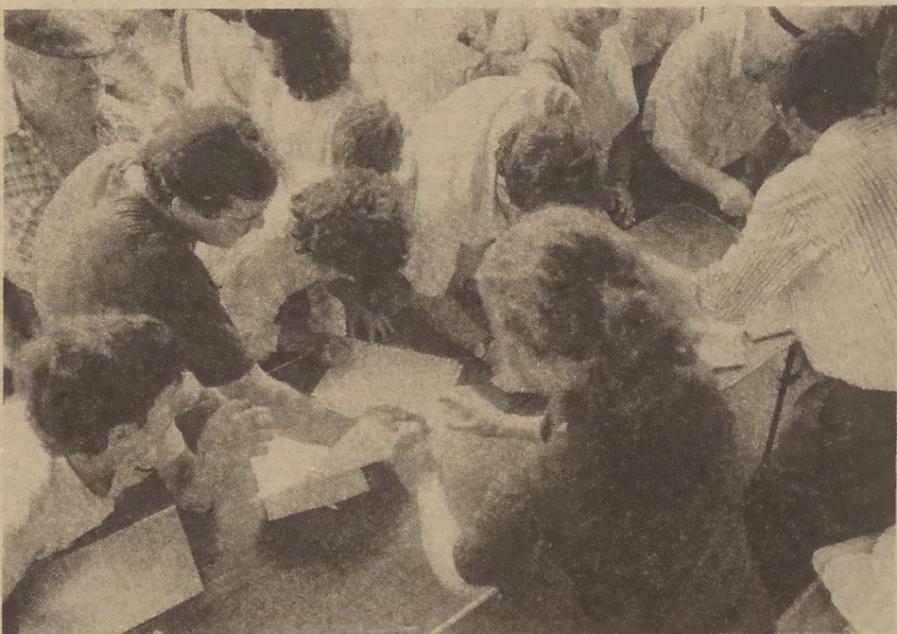
António Murteira pronunciou-se também pela paz no distrito, contra as instalações militares, nomeadamente em Mértola, e criticou o Governo por não financiar o Plano Integrado de desenvolvimento da região.

O envelhecimento acentuado do distrito, uma taxa de desemprego na ordem dos 15 por cento, taxas de analfabetismo e insucesso escolar elevadas são consequências da situação degradada que se vive no distrito de Beja, que em muito se deve à política de destruição da Reforma Agrária.

Neste sentido foi lançado um apelo aos presentes no sentido de assinarem no local uma petição, a enviar à Assembleia da República, manifestando o protesto popular contra a Lei de liquidação da Reforma Agrária. ■ **CN**



António Murteira, da Comissão Executiva Nacional, falou da situação no distrito de Beja, focando vários problemas graves sentidos pelas populações, consequência da política do Governo PSD/Cavaco Silva



Depois do comício os presentes assinaram uma petição em que expressam o seu protesto contra a lei da liquidação da Reforma Agrária



Vieram pessoas de vários sítios prestar homenagem a Catarina, para o que todos os transportes serviram

## Assembleia da República

### Lei do Referendo

# PSD corrompe modelo constitucional

Abrir caminho a regras que possibilitem novos factores de restrições às liberdades para desse modo desvirtuar a livre vontade dos cidadãos expressa em eleições, eis um dos propósitos que animou o PSD a elaborar a Lei do Referendo, agora que vê posta em causa a sua legitimidade e apoio social e político.

Para tanto, conforme se depreende do articulado do seu projecto — submetido na passada semana à apreciação na generalidade pelo plenário conjuntamente com um outro sobre a mesma matéria da autoria do PS —, não hesita em avançar com alterações às regras eleitorais vigentes que configuram inequivocamente a intenção de proceder a limitações à propagação eleitoral, a mutilações de tempos de antena, à liberalização do voto por correspondência, à adopção de sanções contra partidos e órgãos de comunicação social e a outras formas de pressão e viciação de processos e resultados.

Este firme propósito de não olhar a meios para impor uma «batota eleitoral», como lhe chamou o deputado comunista José Magalhães, valeram naturalmente à maioria governamental críticas cerradas por parte dos partidos da oposição e designadamente por parte da bancada comunista que interpretou as opções contidas no diploma como um meio de «corromper profundamente o modelo constitucional» e conferiu ao Governo

e à sua maioria «instrumentos de contração, pressão e instabilização institucional».

Porquê? As razões explicou-as José Magalhães ao chamar a atenção para o que considerou serem as «quatro bombas» que o PSD quer introduzir na lei do referendo. Para lá da já citada batota eleitoral, lembrou, está o facto de o PSD pretender que intervenham no referendo, votando por correspondência, os residentes no estrangeiro e até estrangeiros propriamente ditos, isto quanto o texto constitucional restringe claramente aos cidadãos eleitores recenseados no território nacional a participação em referendos.

A restrição inconstitucional dos poderes do Presidente da República, igualmente prevista no projecto elaborado pelo PSD, constitui outro aspecto inaceitável, na perspectiva do Grupo Parlamentar comunista, uma vez que descaracteriza e viola o regime do referendo consagrado na última revisão constitucional.

Desde logo, sublinhou José Magalhães, por fixar ao PR apertadíssimos prazos de decisão e por o obrigar a

justificar-se perante o Governo e a Assembleia quando entenda recusar uma proposta referendária, enquanto, por outro lado, procura vedar ao Chefe de Estado o exercício do seu direito de pedir ao Tribunal Constitucional a fiscalização de qualquer diploma correspondente às perguntas submetidas a referendo e por o obrigar a viabilizá-lo qualquer que seja o conteúdo, assinando de cruz.

«Igualmente espantosa», na expressão do deputado do PCP, é por fim a terceira bomba. Trata-se, de acordo com os termos do artigo 245º, de tornar irrevogável o conteúdo de qualquer decreto emitido pelo Governo na sequência do referendo e de proibir a fiscalização parlamentar.

Razões de sobra, pois, para a posição de enérgico repúdio sustentada pelos parlamentares comunistas ao longo do debate relativamente a um diploma que, como foi dito, mais parece querer ressuscitar fantasmas de um passado de onde não se apagou a memória do plebiscito que «ensombrou durante anos a vida política portuguesa».

Um passado, assinale-se, que o projecto socialista pelas soluções preconizadas «enterra definitivamente», segundo José Magalhães, muito embora, ainda em sua opinião, seja susceptível de «aperfeiçoamentos».

## Acidente da Cruz da Pedra

# PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou terça-feira um projecto de deliberação com vista à realização, o mais breve possível, de uma audição parlamentar na qual estejam presentes o ministro dos Transportes, o presidente da CP, o director do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, representantes dos Municípios envolvidos na área, as comissões de utentes e a Federação Sindical dos Ferroviários.

Esta proposta surge na sequência do acidente ferroviário verificado na passada segunda-feira em Cruz da Pedra, responsável por duas mortes e mais de duas centenas de feridos, ocorrência que veio de novo trazer para primeiro plano a gravidade de que se reveste o escandaloso atraso no plano de renovação, modernização e desenvolvimento do nó ferroviário de Lis-

boa, em particular da Linha de Sintra.

Ao fazer o anúncio da iniciativa do Grupo Parlamentar comunista, o deputado João Camilo acusou o Executivo de não assumir as suas responsabilidades e de esquecer os repetidos alertas feitos pelos trabalhadores ferroviários, através dos seus sindicatos, chamando a atenção para a situação de degradação em que se encontram comboios e vias férreas e para o facto de a tecnologia de segurança utilizada estar hoje manifestamente ultrapassada.

Fortemente verberado pelo deputado comunista foi ainda a tentativa do Governo de procurar ligar o acidente agora registado — que só por acaso não assumiu proporções mais trágicas — à ocupação da via férrea por utentes da CP na estação de Campolide, atitu-

des que não pode deixar de ser considerada, no mínimo, como pouco séria uma vez que escamoteia a realidade com que quotidianamente se confrontam as dezenas de milhares de utentes daquela linha: sobrelotação de comboios, degradação das carruagens, falta de segurança, supressão de composições.

Uma situação que no fim de contas não destoa do quadro existente no plano nacional do domínio do transporte ferroviário, quadro esse que, como lembrou João Camilo, nos coloca no triste pódio dos acidentes ferroviários europeus com um segundo lugar em vítimas mortais, um terceiro no número de acidentes na CEE e um quarto, pelos mesmos motivos, a nível da União Internacional de Caminhos-de-Ferro, estrutura que congrega 19 países.

## Bairros de renda social

# Comunistas querem repor justiça

Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado pura e simplesmente deprezou, não levando em linha de conta que muitas famílias que habitam nos Bairros de renda social provêm de áreas degradadas, com fraquíssimos recursos económicos.

Se assim não fosse, se estas preocupações não estivessem ausentes do conceito de habitação social do Governo, certamente nunca passaria pela cabeça a nenhum dos seus membros atribuir aumentos que obrigam a que, por exemplo, uma família com 44 100\$00 de salário líquido passe a pagar 18 130\$00 de renda quando antes pagava 3000\$00, ou que um reformado com uma prestação de reforma de 17 000\$00, que até aqui pagava 650\$00 pela sua renda, se tenha visto na contingência de passar a dispendar mensalmente pela casa onde habita nada mais nada menos do que 8300\$00.

No articulado do projecto apresentado pelos deputados comunistas — todo ele regido como já se disse pelo princípio de que em matéria de habitação social as taxas de esforço devem ser conformes com os rendimentos das famílias — garante-se o direito à habitação a todos os cidadãos, incluindo os insolventes, como aliás decorre do texto constitucional, prevenindo-se para o efeito formas de renda apoiada, conforme os casos, estipulada de acordo com os rendimentos do agregado familiar.

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia um projecto de lei

que revoga a Portaria que serviu de base aos aumentos das rendas sociais decretados pelo actual Governo. Reparar as situações de injustiça social e de prepotência flagrante provocadas por aqueles brutais aumentos, que nalguns casos atingiram percentagens superiores a

cem por cento, constitui a razão de ser do diploma agora apresentado, elaborado na obediência ao princípio de que a habitação social deve ter taxas de esforço compatíveis com os rendimentos das famílias.

Um princípio que o Governo através do Instituto de

## Jovens trabalhadores PCP advoga medidas em defesa dos seus interesses

Proibir a discriminação salarial dos jovens, assegurando-lhes remuneração igual à dos demais trabalhadores, tal é o propósito de um projecto-de-lei do Grupo Parlamentar do PCP que limita a possibilidade de redução do salário mínimo apenas aos jovens aprendizes e estagiários com menos de 18 anos e tão só durante o período experimental.

Elaborado pelos deputados da juventude no Grupo Parlamentar comunista, este projecto foi acompanhado de um outro no qual se reformula o subsídio de inserção de jovens na vida activa, visando o alargamento das condições de concessão e o aumento do montante a atribuir.

Dar um alcance social efectivo a este subsídio tornou-se assim a razão de fundo que justificou a elaboração do presente diploma (tal como o primeiro entrado na mesa da Assembleia na semana finda), uma vez que a legislação existente sobre a matéria revelou até ao momento ser manifestamente inadequada e incapaz de alcançar qualquer resultado prático significativo.

Isto mesmo referiram em conferência de imprensa realizada há dias para apresentação pública dos projectos os deputados António Filipe e Paula Coelho, pondo em relevo o facto de entre os 54 700 candidatos ao primeiro emprego registados desde a entrada da lei em vigor apenas cerca de 200 terem recebido subsídio de inserção.

Ultrapassar o desajustamento entre os requisitos exigidos para a atribuição e a real situação dos candidatos ao primeiro emprego afigura-se deste modo como o principal objectivo a atingir pelo diploma agora apresentado pelos jovens deputados comunistas, no qual se acolhem propostas que sobre o assunto têm vindo a ser



avançadas por diversas organizações e estruturas juvenis, designadamente pela Interjovem, organização juvenil da CGTP.

Quanto à iniciativa legislativa que proíbe a discriminação salarial dos jovens, trata-se, conforme foi salientado no encontro com os jornalistas, de pôr cobro a uma realidade que infelizmente alastra entre nós, a qual é a de existir, em muitos casos, uma diferença entre o que os jovens e os adultos auferem a título de remuneração, isto apesar das condições de trabalho serem análogas, nomeadamente na duração e na exposição dos riscos profissionais.

Na perspectiva dos parlamentares comunistas, em causa está, pois, corrigir uma situação de flagrante injustiça social, garantindo aos jovens trabalhadores o salário mínimo sem prejuízo do princípio de a trabalho igual salário igual.

## Universidade de Coimbra

### Verbas por desbloquear

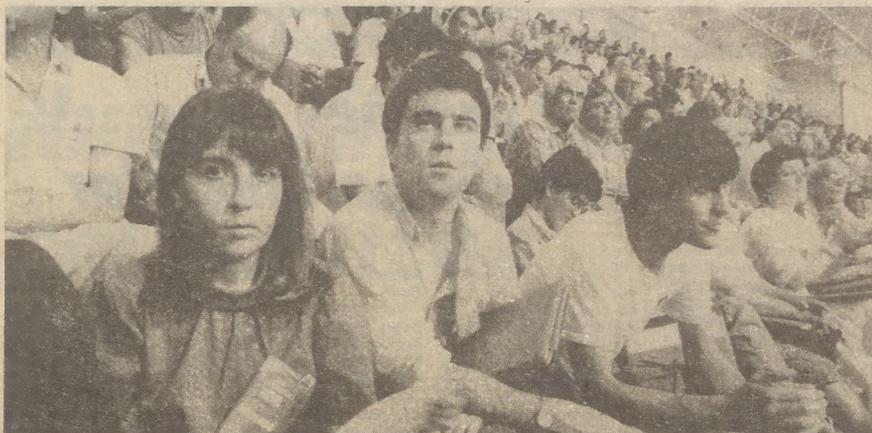
A Universidade de Coimbra, que este ano assinala a passagem dos seus 700 anos de existência, continua à espera da verba de 100 mil contos que lhe foi atribuída pela Lei do Orçamento, quantia destinada precisamente a ajudar a suportar as despesas com iniciativas a realizar no âmbito das comemorações da sua fundação.

O estranho atraso na transferência deste montante, indispensável para assinalar condignamente tão importante efeméride, está a gerar sobressaltos e perturbações entre as entidades que têm em mãos a responsabilidade de promover as referidas comemorações, havendo mesmo já prejuízos cujo alcance e dimensão ainda é cedo para avaliar.

Esta situação, que motivou já um requerimento ao Governo por parte do deputado comunista Vítor Costa no qual se questionam as razões do atraso, é tanto mais insólita quanto é certo que a dotação de cem mil contos foi aprovada por unanimidade pelo plenário da Assembleia da República por altura da discussão do Orçamento de Estado.

Acresce ainda que o Parlamento voltou em Março findo, por iniciativa do Grupo Parlamentar comunista que apresentou um voto de congratulação para o efeito, a associar-se por unanimidade às comemorações do 7.º centenário da Universidade de Coimbra, tendo mesmo ficado assente que em data oportuna a própria Assembleia da República promoveria uma iniciativa no quadro desta data histórica na vida daquela prestigiosa instituição.

## Juventude



Jovens comunistas no XIII Congresso (Ext.) do PCP — uma presença que a JCP analisa num breve apontamento que aqui deixamos aos nossos leitores

## JCP aprecia participação juvenil em Congresso do PCP

Reunido no passado domingo, o executivo da direcção nacional da JCP distribuiu um comunicado à imprensa a apresentar as principais actividades onde a organização dos jovens comunistas está envolvida, bem como uma tomada de posição a propósito dos recentes acontecimentos na Palestina, onde a repressão israelita tem provocado mortes em grande número entre jovens palestinianos.

«O executivo da D.N. da JCP reafirma a solidariedade com a luta do povo palestiniano pela sua autodeterminação e pelo seu direito inalienável a uma Pátria, a Palestina.»

«Condena veementemente a prática do regime sionista de Israel, que reprime e oprime o povo da Palestina, de que os assassínios recentes nos territórios ocupados são, apenas e infelizmente, mais um repugnante exemplo da longa série de crimes que têm cometido contra o povo palestiniano.»

«O Executivo da D.N. da JCP co-responsabiliza todos os que encobrem ou apoiam (abertamente ou não) o regime sionista de Israel, assumindo assim o papel de cúmplices dos seus crimes.»

«O Executivo da D.N. da JCP saúda ainda o povo da

Palestina e a sua organização, a OLP, pela coragem e determinação com que prosseguem a sua justa luta por uma Palestina Livre e Autodeterminada.»

### Denúncia do «cortafitismo»

«O Executivo da D.N. da JCP, analisou os trabalhos do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, a sua preparação e a participação juvenil nos seus trabalhos, bem como as principais iniciativas e intensa actividade da JCP neste período.»

«O Executivo da D.N. da JCP, considerou os trabalhos preparatórios do XIII Congresso como extremamente enriquecedores e participados, salientando o interesse e a motivação com que os jovens neles se integraram,

bem como o grande número e riqueza das iniciativas de discussão que a JCP levou a cabo. O Executivo da D.N. da JCP, considerou a realização do XIII Congresso e as suas conclusões como grande factor de reforço do Partido e da sua intervenção, tendo decidido levar a cabo, integrado no restante colectivo partidário, a discussão e aprofundamento das suas conclusões.»

«O Executivo da D.N. da JCP, tendo analisado as eleições para a Direcção do CNJ, considera reunidas as condições para o reforço da sua intervenção, considerando extremamente positiva a eleição da JCP para a direcção e valorizando a diversidade de organizações que a compõem.»

«O Executivo da D.N. da JCP, da intensa actividade da JCP destaca a recente apresentação na AR de mais dois Projectos de Lei um que «proíbe a discriminação salarial dos jovens, assegurando-lhes remuneração igual à dos demais trabalhadores» e outro que «reformula o subsídio de inserção na vida activa», a realização do Seminário conjunto entre

PCP/JCP no dia 9 de Junho, na Amadora, sobre «Poder Local e Juventude» que visa aprofundar a orientação dos comunistas no trabalho de Juventude nas Autarquias, a realização, nos dias 9 e 10 de Junho de na Casa de Juventude de Almada, de um Seminário sobre «A Situação Social da Juventude na CEE» com a participação de Organizações Juvenis Comunistas dos países da CEE, a realização no dia 23 de Junho na AR de uma iniciativa aberta com os Jovens Deputados do PCP para a discussão do nosso trabalho e intervenção na AR. O Executivo da D.N. da JCP, discutiu ainda a preparação e participação na XIV Festa do «Avante!», nomeadamente a preparação da Cidade da Juventude.»

O Executivo da D.N. da JCP, analisou ainda a actualização do secretário de Estado da Juventude, denunciando o «cortafitismo» da sua actualização e lamentando que o Governo continue apostado apenas em se promover junto da juventude e não em resolver os vastos e profundos problemas que a afectam.»

aos problemas que afectam o viver quotidiano de todos quantos utilizam este meio de transporte.

• Ainda no passado sábado o 1.º Ministro Cavaco Silva aproveitou para, uma vez mais, numa operação prontamente ampliada por certos órgãos de comunicação social, anunciar para 1991 algumas medidas na área dos transportes.

Mais do que anúncios a pensar nas eleições de 1991 o que se exige do Governo é a concretização de uma série de medidas que de há muito o PCP vem reclamando: introdução de meios de exploração modernos e eficazes (designadamente o sistema de controlo automático de velocidade); aquisição de novas composições; modificação das Estações; quadruplicação da via férrea até à Amadora.

na via férrea suburbana de Sintra.

• Repetidas vezes as populações, Comissão de Utentes e autarquias alertaram para as condições de exploração desta via suburbana. Em vão.

O Governo tem-se mostrado bem mais preocupado em se multiplicar em acções de propaganda do que em adoptar seriamente as medidas que se impõem para dar solução

## PCP

## Membros de organismos de direcção de Lisboa Reunião de quadros no Vitória

### • Situação política, XIII Congresso e Festa do «Avante!» no centro do debate

Cerca de 200 militantes comunistas de diferentes organismos de direcção do PCP no distrito de Lisboa estiveram reunidos no último sábado no Centro Vitória. Objectivo: o debate da situação política e social, os resultados do XIII Congresso (Extraordinário) e a preparação da campanha de esclarecimento definida para os primeiros 10 dias deste mês de Junho (ver nesta edição do Avante!). A Festa do órgão central do PCP, a grande Festa do Partido e do Portugal de Abril, a realizar em Setembro, na Atalaia, Seixal, mereceu também a atenção dos participantes.

Ao analisar algumas questões da situação política, a reunião abordou particularmente a situação social decorrente do processo de concentração e centralização do capital, a alienação do sector público para o capital estrangeiro e transnacionais, a si-

tuação social que se agrava (rendimentos e direitos) em virtude destes processos, a luta pela redução do horário de trabalho e os riscos para a democracia política de projectos como os relativos ao referendo e alteração da legislação eleitoral.

No que respeita ao XIII Congresso, foi feito um balanço de opiniões das diferentes organizações sobre o trabalho realizado e o seu alcance. Os militantes manifestaram satisfação pelo nível do debate realizado e a importância dos temas internacionais e relativos à identidade do Partido, pela sua actualidade e coragem como foram abordados. Teve grande impacto no Partido e fora dele a reeleição de Álvaro Cunhal para secretário-geral e a eleição de Carlos Carvalhas para secretário-geral-adjunto.

Ligada à realização do Congresso, debateu-se ainda a campanha de esclareci-

mento de Junho que a Organização Regional vai realizar para projectar as conclusões do grande encontro de Loures.

### Festa do Avante!

Quanto à Festa do Avante! debateu-se a realização de jornadas de trabalho, que começarão pelo levantamento de redes primárias (infra-estruturas) do terreno do Infante (onde se realizou a última edição) para a Quinta da Atalaia, seguindo-se o início da construção de pavilhões. Foi também abordada a necessidade de uma simplificação da construção aliada à

manutenção da qualidade e à melhoria de diferentes serviços.

Fez-se ainda referência ao início da venda de EP's (Entradas Permanentes) e ao ponto de situação sobre a campanha de fundos para o terreno da festa (atingidos no distrito os 9 mil contos). Concluiu-se da necessidade de aumentar a dinâmica de ambas as tarefas.

Presidiu à reunião António André, da Comissão Executiva Nacional. Introduziram o debate Jorge Cordeiro e António Azeiteiro, do Comité Central.

Interviu na reunião e encerrou o debate José Casanova, da Comissão Política.

## Minas da Borralha De novo, a incerteza e o desespero

Uma vez mais palavra sobre as Minas da Borralha a «nuvem» da incerteza e do desespero. Anuncia-se o corte da subvenção (subsídio) da Segurança Social aos mineiros para o mês de Junho e o fim da manutenção para Julho.

Do ventre da Mina são retiradas máquinas, vagonas, carris. No exterior todo o património desaparece (areia, pinheiros, etc.). A administração e credores «rapinam os despojos» da empresa. Os mineiros e seus familiares desesperam com esta situação, sublinha a Comissão Distrital de Vila Real do PCP, que interroga e comenta:

### Afinal, o que se passa?

O PCP, ao longo dos quatro anos em que dura o encerramento da empresa, tudo fez para que as Minas reabrissem, levando o problema à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. Nas respostas dadas foi afirmado que um «consultor de reconhecida capacidade técnica» estava a proceder a um estudo técnico-económico sobre a viabilidade das Minas.

Posteriormente, fomos informados que das sete Minas em estudo as da Borralha, dado os seus recursos, tinham condições para continuar a laborar necessitando para isso de financiamento.

Quanto ao argumento «dos preços do volfrâmio no mercado internacional», está gasto... Basta uma posição patriótica do Governo exigindo a aplicação da «preferência comunitária», prevista nos acordos, para que a CEE seja obrigada

a importar o nosso volfrâmio de que é detentadora em 78%.

### O encerramento das Minas não é irreversível

Só a luta dos mineiros e seus familiares, do movimento sindical, das autarquias, de todas as pessoas interessadas e com intervenção activa dos órgãos da Comunicação, regionais e nacionais, podem impedir o encerramento definitivo das Minas da Borralha. Que a concretizar-se seria um rude golpe na já débil economia regional, no seu desenvolvimento. Centenas de postos de trabalho se perderiam, graves problemas sociais apareceriam e toda a produção se perderia.

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP tudo fará para que o encerramento não aconteça e responsabiliza desde já o Governo Cavaco Silva/PSD caso se concretize.



Os comunistas transmontanos alertam a opinião pública para a grave situação em que se encontram as Minas da Borralha e o futuro dos seus trabalhadores e famílias

## Porto Divisionismo perde expressão

No passado sábado, dia 26 de Maio, realizou-se uma reunião com largas dezenas de quadros do PCP, dirigentes sindicais e das Comissões de Trabalhadores do Porto, que debateram a aplicação das conclusões do XIII Congresso do PCP e a política anti-social e de confrontação do Governo Cavaco Silva e do patronato.

Agravam-se as injustiças sociais e a exploração dos trabalhadores.

Diversos aspectos revelam e confirmam na região a aceleração da recuperação capitalista. A reunião alertou, no concreto, para:

• A ofensiva do Governo contra as principais empresas do SEE, que tem como traços comuns o desmembramento de empresas, a passagem a SA, a privatização dos sectores mais rentáveis e as benesses aos ex e actuais gestores e clientela do PSD

• Os processos de reestruturação de importantes empresas, como a EFACEC e outras, a pretexto dos quais se atingem fortemente os interesses dos trabalhadores;

• A ofensiva contra os direitos e regalias dos trabalhadores, pela redução dos postos de trabalho, pelo aumento do trabalho precário, pela compra de direitos, para imporem o pacote laboral, pela liberalização dos horários de trabalho, pela desregulamentação das relações de trabalho;

• O crescendo de medidas e acções de carácter repressivo visando os trabalhadores que legitimamente lutam pelos seus direitos, como são, entre muitos outros, os casos de 25 trabalhadores suspensos na RAR, 11 processos disciplinares nos SMCR e a suspensão de delegadas sindicais na MANTEX.

O desenvolvimento da luta é o caminho que se impõe aos trabalhadores para a defesa dos seus direitos, sublinhou o encontro de sábado.

As vitórias recentemente alcançadas pelos trabalhadores da Oliveira e Ferreirinhas, SOREDES, UTIC e outras, através de duros e prolongados processos reivindicativos, confirmam uma vez mais que só pela luta o patronato cede.

Os quadros do PCP presentes na reunião aprovaram um apelo dirigido a todos os trabalhadores para que se empenhem activamente nas próximas semanas na mobilização para a semana de luta pela redução do horário de trabalho e para participarem activa e criadoramente nos trabalhos do 3.º Congresso da USP, para que este constitua um momento alto da acção e da luta dos trabalhadores do distrito e um importante contributo para o reforço da sua unidade e influência no movimento sindical unitário.

Foi sublinhado o grande regozijo dos comunistas pelas conclusões do seu Congresso e a confiança nos trabalhadores, na sua luta social e emancipadora e no nosso povo.

Preparar desde já para a primeira semana de Junho a divulgação pública aos trabalhadores das propostas do PCP, que culminará com uma grande festa-comício no próximo dia 10 de Junho na cidade do Porto; imprimir uma maior acção e iniciativa política das organizações para responder mais e melhor aos interesses dos trabalhadores; e concentrar energias na preparação e mobilização para a Festa do «Avante!» e na Campanha dos 150 mil contos — são os eixos fundamentais da acção, de acordo com as conclusões da reunião do Porto.

## Sábado, na Cova da Piedade

## Um convívio festivo que promete

### • Às 18 h: intervenção de Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, vai participar no sábado, 2 de Junho, ao fim da tarde, num comício inserido no programa da festa-convívio que a Comissão Concelhia de Almada do PCP leva a efeito no jardim da Cova da Piedade.

Devido às múltiplas tarefas colocadas ao Partido, a Concelhia de Almada decidiu não realizar este ano a tradicional Festa da Amizade, sem dúvida a mais destacada iniciativa de carácter político e cultural do concelho.

raís, recreativas e desportivas que fazem parte do calendário da vida almadense através da Festa da Amizade, não podiam passar em branco, neste início de Junho de 1990. Daí a realização da festa anunciada para o próximo sábado.

A música popular, o rock, o artesanato (cestaria em primeiro plano), os «comes-e-bebes», a Festa do Avante!

a campanha dos 150 mil (atenção aos títulos de participação) e a EP, não esquecendo a campanha para o CT da DORS, as actividades desportivas (logo pela manhã) e outras surpresas fazem parte do programa festivo preparado pela Concelhia de Almada. Em perspectiva está, pois, uma festa de carácter bem popular que, não suprimindo o vazio da Festa da Amizade, será, estamos certos, um espaço de viva participação, com alegria e combatividade, ao jeito da população deste concelho da margem sul.

# CONVÍVIO

CASTELO DE S. JORGE  
1 Junho — a partir das 20 h

com a participação de

## ÁLVARO CUNHAL

*Quem reside em Lisboa tem para amanhã um convite especial, que aqui deixamos: uma noite de Verão no Castelo de São Jorge, para viver uma confraternização animada, onde também estará presente o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal*



Uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal e integrando ainda Francisco Lopes e Agostinho Lopes, membros da Comissão Política, recebeu no passado dia 24, na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação da Confederação Nacional das Federações das Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI). O encontro foi solicitado pela CONFAGRI, com o objectivo de expor os problemas que afectam e preocupam a agricultura do nosso país

## Nacional

## O acidente na Cruz da Pedra

A DORL (Direcção Regional de Lisboa), a Comissão Concelhia de Sintra e o Grupo Parlamentar do PCP divulgaram notas à Comunicação Social sobre o acidente ferroviário ocorrido na Cruz da Pedra, em Lisboa, na manhã da passada segunda-feira. Depois de referir que aquele acidente «põe a nu as condições degradantes do transporte que dezenas de milhares de pessoas se vêem diariamente forçadas a utilizar nas suas deslocações na linha de Sintra, a DORL do PCP salienta:

• Há muito que se temia que um tal acidente se viesse a verificar. Um conjunto de acidentes anteriores faziam-no prever.

A incúria e a negligência das entidades responsáveis, em particular do Ministério dos Transportes e do Governo, conduziram nos últimos anos a um agravamento insustentável das condições de segurança, de circulação e de comodidade de transporte

na via férrea suburbana de Sintra.

• Repetidas vezes as populações, Comissão de Utentes e autarquias alertaram para as condições de exploração desta via suburbana. Em vão.

O Governo tem-se mostrado bem mais preocupado em se multiplicar em acções de propaganda do que em adoptar seriamente as medidas que se impõem para dar solução

Medidas indispensáveis ao transporte da população em condições de segurança, rapidez e comodidade que lhe são devidas.

▼ Lamentando a perda de uma vida e transmitindo os sinceros desejos de restabelecimento a todos quantos foram directamente afectados pelo acidente desta manhã, a DORL do PCP manifesta a sua solidariedade e activo empenhamento na concretização das medidas que há muito se tem reclamado.

É a ausência de uma política governativa que tenha presente o respeito devido às dezenas de milhares de cidadãos que quotidianamente sofrem o desgaste físico e nervoso, que se deve imputar a responsabilidade de fundo deste dramático acidente.

## Nacional

# Vereadores da Coligação «Desenvolver Setúbal» fazem balanço de trabalho

«A nossa opinião sobre a acção da maioria nestes cinco meses de mandato» e um breve comentário também aos «pelouros que nos foram atribuídos» constam de uma declaração conjunta que os vereadores eleitos pela Coligação «Desenvolver Setúbal», Maria Odete Santos e José Aranha Figueiredo, divulgaram recentemente.

Os dois vereadores lembram em primeiro lugar que a Coligação «Desenvolver Setúbal» colocou como eixo da sua campanha o problema do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. «Surpreendentemente», referem, «a candidatura do PS pela voz do presidente da Câmara veio a plagiar esse grande objectivo dum política autárquica necessária». Mais adiante, Odete Santos e Aranha Figueiredo comentam:

**Cinco meses passados após a tomada de posse da actual maioria, constatamos que ou não sabem o verdadeiro significado e conteúdo do que é desenvolvimento de forma integrada ou, pelo que é possível verificar, não teve capacidade para, pelo menos, esboçar uma intenção que revele esse conhecimento.**

Não é desculpa afirmar que a maioria PS tem apenas 5 meses de gestão.

A verdade é que o PS gere esta autarquia ininterruptamente desde 1986, não entrando em linha de conta com o período de 1979 a 1983 de presidência socialista.

## No concreto

Vejamos alguns aspectos desta gestão:

- O Plano de Actividades, depois de revisto, continua sem perspectivar medidas de planeamento que permitam resolver de forma integrada os principais problemas da população do concelho;
- A pobreza do Plano de Actividades e do Orçamento revelam, por outro lado, a grave situação financeira da Câmara, agora várias vezes afirmada pelo presidente, contrariando o que em campanha eleitoral afirmou repetidamente;
- De resto ficou provado, aquando da discussão do Relatório e Contas, que a dívida da Câmara ascendia a um milhão de contos em 31 de Dezembro de 1989;
- O lançamento de várias obras em finais de 89 com objectivos eleitorais aliado à má gestão financeira originou a paralisação quase total da actividade da Câmara e dos Serviços.



Os vereadores da Coligação «Desenvolver Setúbal» comentam a gestão PS dos primeiros meses de novo mandato e referem-se a aspectos significativos da actividade e dos problemas em curso no pelouro do Trânsito

## Empréstimos

Um bom exemplo da má gestão financeira é o que sucede nos SMS. Contraem-se empréstimos para pagar outros empréstimos como aconteceu recentemente com o empréstimo de 120 mil contos, recordam os dois vereadores, que acrescentam:

Aumenta-se a água em cerca de 40% no ano de 1990 e deixam-se cerca de 5000 contadores de água avariados, o que corresponde à perda de receitas no valor de 80 mil contos aproximada-

mente, em água não cobrada.

## Alguns exemplos

Não se iniciou qualquer obra de águas e esgotos e as que estavam em curso estão paradas por falta de pagamento ou por erros técnicos.

Alguns exemplos:

### Na área do saneamento:

- ETAR do Faralhão e das Pontes;
- ETAR do Bonfim, Colector «A», em Azeitão;
- Equipamentos electromecânicos da Av. Luísa Todi a poente e a nascente.

### Na área do abastecimento de água:

- Reservatório da Bela Vista (enterrado)
- Conduta Monte Belo/Bela Vista
- Conduta Bassaqueira/Oleiros
- Abastecimento de água às praias da Arrábida
- Reservatório das Pontes
- Reservatório da Bassaqueira
- Reservatório de Vendas de Azeitão

Acresce ainda o facto de a Câmara, para minorar as dificuldades financeiras, ter alienado uma parte importante do património do Município indo ao ponto de tentar alienar uma parcela de passeio em plena Av. Luísa Todi.

De seguida, Odete Santos e Aranha Figueiredo falam dos pelouros que nos foram atribuídos.

O pelouro do Trânsito não dispõe dos meios técnicos e humanos necessários à sua intervenção de acordo com as exigências do concelho, salientam.

A vereadora tem que desempenhar muitas vezes as funções de Chefe de Serviço. Os problemas do congestionamento de trânsito dependem fundamentalmente da

que tem um parque automóvel na ordem dos 16 500.

## Trânsito: em jeito de conclusão

Concluindo:

O Pelouro do Trânsito tem como propostas de trabalho:

- A intervenção, a nível do Poder Central, para que, através do PIDDAC, do Orçamento do Estado para o próximo ano, sejam incluídas verbas para a implantação da rede estruturante a nível do Poder Central;
- As semaforizações dos principais nós da cidade;
- Medidas correctivas da circulação, por forma a ordenar melhor o trânsito, garantindo a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos;
- Criação de parques de estacionamento;
- Criação de bolsas de cargas e descargas.

Conclui-se, por fim, que para a prossecução dos objectivos do Pelouro do Trânsito, é necessário tomar operativos os serviços, dotando-os de pessoal operário que assegure as obras que garantam circulação pedonal, e a implementação das medidas tomadas quanto ao trânsito e circulação.

## 1 de Junho

Por último, refira-se que no âmbito da Prevenção Rodoviária se vai realizar no Dia Internacional da Criança — 1 de Junho — a III Gincana da Criança, no Parque do Bonfim, para a qual se conta com a colaboração de várias empresas.

Os prémios oferecidos pelas empresas serão distribuídos num espectáculo a realizar no sábado, dia 2 de Junho, das 10 h às 13 h, no Fórum Luísa Todi.

Sobre o Serviço de Energia é de salientar que desde meados do ano de 1989 que não se fazem quaisquer obras de vulto no âmbito das redes de iluminação pública e electrificação, por dificuldades nos pagamentos à EDP.

Estão aguardando pagamento obras como a via rápida da Cascalheira — Brancas, Estrada dos Ciprestes, Av. Luísa Todi, Estrada Azeitão/Sesimbra e Mercado Mensal de Azeitão entre outras.

## A propósito da demissão do Director do Hospital Distrital

### Vila Real: também aqui o Governo confunde Estado e partido

O Governo PSD continua a confundir o Estado com o partido — refere uma nota recentemente divulgada pela Comissão Distrital de Vila Real do PCP, a propósito da demissão do director do Hospital local. Os comunistas transmuntanos afirmam:

O clientelismo político a que Cavaco Silva nos vem habituando assumiu novo vigor nos últimos tempos.

A Comissão Distrital de Vila Real do Partido Comunista Português denuncia as sucessivas demissões/substituições que se têm efectuado no nosso distrito e na região e que claramente não são dirigidas à eficácia de serviço, mas tão só questões inerentes à conturbada vida interna do PSD: favoritismos, revanches e facturas políticas ou eleitorais...

Depois da intrigante demissão do director do Parque Natural do Alvão, surge agora a demissão do Dr. Otilio de Figueiredo, de director do Hospital Distrital de Vila Real

e sua substituição por um dirigente do PSD — presidente da Assembleia Distrital, do PSD, «naturalmente»...

Quando o Governo Cavaco Silva, no período da então ministra da Saúde Leonor Beleza, aprovou o decreto que liquidava a gestão democrática dos hospitais, ficou aberta a porta para que se transformasse o cargo de Director do Hospital em mais um lugar propício para jogadas e benesses partidárias.

Tal decisão foi então condenada pelos médicos e trabalhadores da Saúde.

O Partido Comunista Português prontamente denunciou o carácter autoritário e antidemocrático da decisão governamental.

Na ocasião, o Governo

procurou encobrir a natureza da sua decisão e houve quem e iludisse.

Passada a época em que foi necessário procurar esconder mais uma escandalosa manobra antidemocrática, o PSD/Governo apressa-se a conduzir nos cargos os seus quadros partidários, libertando-se das pessoas competentes que já não lhe são necessárias.

A Distrital do Partido denuncia o comportamento arrogante do Governo PSD/Cavaco e alerta: este tipo de atitudes, secundando a proposta de Lei de Bases do Sistema Nacional de Saúde, do PSD, conduzirá inevitavelmente a um agravamento da situação social e à pioria dos serviços públicos de saúde.

## Camarada Falecido

### Ângelo de Sousa

Faleceu no passado dia o camarada Ângelo de Sousa, com 41 anos.

Membro do PCP desde 1968, passou à clandestinidade em 1971, tendo pertencido ao quadro de funcionários do Partido. Era membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal desde 1987.

Ao longo dos anos, o camarada Ângelo de Sousa desempenhou com dedicação as tarefas que lhe foram confiadas.

A DORS lamenta, com profundo pesar, a morte do camarada Ângelo de Sousa, e apresenta à família enlutada sentidas condolências.

Trabalhadores

# Acidente ferroviário

## Condições sub-humanas provocam elevado número de feridos

O conselho nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) que, expressamente, não pretende «anticipar-se às conclusões do inquérito oficial para apuramento das causas do acidente» da passada segunda-feira, na Cruz da Pedra, do qual resultou, como se sabe, um morto e quase três centenas de feridos, sublinha, no entanto, que «as comissões oficiais de inquérito parecem partir para as investigações já com as conclusões apuradas».

No entender da direcção nacional da Federação, que «iamenta as graves consequências do acidente» na linha de Sintra, o número de vítimas só foi «possível devido às condições sub-humanas em que se viaja naquela linha nas horas de ponta».

ciona como o grande bode expiatório dos elevados índices de sinistralidade».

Sublinha também a Federação dos Ferroviários (FSTFP) que a tarefa das comissões oficiais de inquérito «é entendida pelo poder como uma esponja, que se passa por cima de anos e anos de abandono da nossa rede de caminho-de-ferro».

A concluir o seu comunicado à Imprensa de 28 do corrente, a Federação escreve:

«Os comboios que circulam na linha de Sintra estão desactualizados, e deveriam ter sido abatidos ao activo há muitos anos. O esforço de manutenção vai conseguindo que as composições circulem, mas o acidente acaba por acontecer.

«Tudo leva a crer que o acidente de hoje ficou a dever-se a falha do sistema de freio do comboio.

«Esta Federação, ao mesmo tempo que exige a aquisição de comboios mais modernos, isto é, mais comboios, mais funcionais e mais seguros, espera que a comissão de inquérito apure as conclusões com o máximo de rigor e isenção, já que mais não seja para que a imagem da CP não venha a ficar tão prejudicada como ficou no julgamento de Alcaface, onde se pretendeu atribuir a quatro ferroviários a culpa pelo atraso a que os sucessivos governos têm submetido a nossa rede de caminho-de-ferro», conclui o conselho nacional da FSTFP.



## Semana das 40 horas

### Luta activa nas empresas — defende a CGTP

É nos locais de trabalho, procurando a unidade em total abertura na defesa dos interesses comuns a todos os trabalhadores, que a CGTP decidiu, em plenário de sindicatos quinta-feira passada, organizar uma semana de luta pelas 40 horas de trabalho semanal, como limite máximo para o qual procurará a convergência de todo o movimento sindical. As acções começarão na última semana de Junho. Na foto: As 40 horas como reivindicação do 1.º de Maio deste ano em Lisboa e por todo o País.

### A «estafada falha humana»

Ainda sobre as conclusões oficiais que certamente serão extraídas do inquérito (às quais parece querer antecipar-se o próprio ministro Ferreira Amaral, ao declarar que este tipo de acidentes se deve «sempre» a falhas humanas) a direcção da FSTFP adverte desde já, recorrendo à experiência de outros desastres, para «a tentação» de as suas causas «serem aprioristicamente atribuídas à estafada falha humana».

Para a Federação, esse resultado dos inquéritos «fun-

# Baixos salários e despedimentos

Um aumento próximo dos 19 por cento foi proposto pelos trabalhadores abrangidos pelo CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical) da Imprensa (não jornalistas) e agências noticiosas.

Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, que conduz as negociações com as associações patronais, os novos salários (tabelas A e B), além de constituírem um documento-base, que «orienta a análise e a discussão» iniciada, destina-

se também a integrar no CCTV revisto «novas categorias profissionais já existentes em algumas empresas, em resultado das modificações tecnológicas entre tanto surgidas no sector, e adequar alguns enquadramentos e definição de funções em conformidade com as responsabilidades pelos trabalhos executados».

Os catorze grupos de cada uma das tabelas apresentam salários que oscilam entre os 32 600 e os 74 100 escudos (tabela A) e os 29 400 e os 67 700 escudos (tabela B).

A proposta inclui mais uma diuturnidade no valor de 4000 escudos e subsídio de alimentação de 500 escudos.

A revisão do CCTV deve entrar em vigor a 1 de Julho do ano corrente.

**Feis. Discriminação.** Uma proposta de aumentos salariais apresentada recen-

temente pelo conselho de gerência da Feis-Fábrica Irmãos Stephens da Marinha Grande apresentava, entretanto, aumentos de 13 por cento para cerca de 300 trabalhadores e de 11 por cento para 146. Reunido em plenário, o pessoal da Feis recusou os aumentos. Segundo a União dos Sindicatos de Leiria, já no ano passado os salários daquela fábrica foram inferiores em dois por cento aos da cristalaria. As ORTs da Irmãos Stephens, ao fim de cinco meses de negociações, consideraram a proposta patronal discriminatória e inaceitável.

**17 por cento para a hotelaria.** Também recente é a apresentação da proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho da hotelaria. Segundo o respectivo sindicato do Centro, com sede em Coimbra, além da redução do

horário de trabalho para 40 horas semanais e dois dias de descanso por semana, a luta decorrerá por aumentos salariais de 17 por cento.

**«Leilão» IPE/Metalgest.** A direcção da FSMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) acusa os responsáveis pelo IPE/Metalgest de só verem nos «despedimentos e no leilão do património público a solução para as empresas da metalomecânica pesada». Os trabalhadores, as suas ORTs, a Federação e os sindicatos marcaram para hoje uma reunião.

**Éxito na Madeiras Cabo.** Levado a tribunal o caso dos despedimentos na Sociedade de Embalagens Madeiras Cabo foi favorável aos trabalhadores. O Sindicato representativo (Construção, Madeiras e Mármore de

Santarém) congratula-se com «esta importante vitória, e apela à unidade dos trabalhadores para que a empresa seja reaberta, pois foi encerrada ilegalmente pela administração».

**Sigilo total na Cimpor.** Na ocasião em que comemoram o 15.º aniversário da nacionalização desta empresa de cimentos (centro de produção de Souselas), os trabalhadores protestam contra «o total sigilo do processo de privatização» e sublinham a importância da Cimpor no desenvolvimento do distrito de Coimbra. A CT de Souselas reclama a garantia dos direitos dos trabalhadores, entre um conjunto de outros factores, e invoca «as perspectivas económicas do País face à aproximação do Mercado Único e às consequências para o mercado interno».

## Rurais do Norte

Uma carta sobre os direitos dos trabalhadores agrícolas está a ser distribuída pelo Sindicato de Vila Real. No âmbito de uma campanha de esclarecimento que começou quinta-feira passada, aquela associação representativa dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real conclui a 3 de Junho um percurso por todas as aldeias da região demarcada do Douro, «informando os

trabalhadores dos direitos que lhes estão consagrados e que muitas entidades patronais não cumprem». As principais reivindicações do Sindicato são as 40 horas de trabalho semanal, 30 dias de férias anuais e o respectivo subsídio, 13.º mês e aplicação do contrato colectivo de trabalho (CCT) do concelho de Vila Real a toda a região duriense.

## Congresso da Fepces

Uma resposta sindical aos desafios da modernização foi o tema escolhido para o 4.º Congresso da FEPCES (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) que decorrerá em Lisboa a 8 e 9 do mês que vem. Segundo o respectivo gabinete de Imprensa, o Congresso discutirá e apro-

vará o regulamento dos trabalhos, bem como o regulamento das eleições; discutirá e deliberará acerca das alterações aos estatutos; e, após discussão, votará o relatório de actividades do conselho nacional e o programa de acção até 1993. O Congresso, que se reúne no auditório do Cesl, elegerá o novo conselho nacional da Fepces.

## Quatro mortos sem regulamento

Os quatro trabalhadores mortos e dois feridos em 23 do corrente, numa obra junto do centro comercial da Bobadela, trabalhavam para uma empresa (Redutos, SA) que não cumpria os «requisitos estabelecidos no Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil». O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa assinala o facto acrescentando que esse regulamento data de 1958, está desactualizado, mas nem assim era cumprido por aquela empresa. Recorde-se que os trabalhadores falecidos são Joaquim Piteira, Rui Valente, Alberto Veiga e Francisco José. Os feridos são Manuel Silva Carvalho e José Tabela. O Sindicato refere que, quando ocorreu o desmoronamento, estava dentro da vala um outro trabalhador. Tem 14 anos e chama-se João. Só por acaso escapou ileso do acidente. O Sindicato, que manifesta o seu pesar junto dos familiares das vítimas, sublinha que actuará como lhe compete, inclusivamente no caso do trabalho infantil.

## Racismo

O racismo é parte do tema previsto para ser abordado ontem na Câmara Municipal do Barreiro por iniciativa do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Numa carta dirigida aos órgãos da comunicação social, o presidente da Câmara, Pedro Canário, afirma que a temática escolhida para o debate pelo SPGL é considerada oportuna «em face dos incêndios e destruição de diversos estabelecimentos de ensino no nosso concelho».

### Em debate todo o dia

O debate foi anunciado para o auditório da Biblioteca Municipal, com início às 9 e 30, e a sua duração estava prevista para todo o dia.

Na mesma carta, o presidente da Câmara do Barreiro refere que os organizadores do debate sobre «violência, xenofobia, racismo» contam com a presença de representantes da UNESCO, das embaixadas em Portugal, membros de associações de estudantes, pais e encarregados de educação de várias escolas, elementos da Associação dos Médicos para a Paz e de representantes do Centro de Estudos Judiciários.

CEE

## Comissão das Comunidades reconhece

# Situação preocupante na indústria do calçado

A Comissão das Comunidades Europeias reconhece que a situação da indústria comunitária de calçado está longe de ser satisfatória, em particular no que respeita à competitividade internacional, em virtude dos obstáculos levantados às exportações comunitárias por numerosos países terceiros.

Uma situação preocupante se se tiver em consideração que a indústria europeia de calçado representa mais de meio milhão de postos de trabalho e com grande peso regional, constituindo um sector particularmente sensível em países economicamente mais débeis, como é o caso de Portugal.

Em resposta a uma questão de Carlos Carvalhas sobre os apoios comunitários à indústria do calçado, a Comissão informa que o sector está ainda a «tentar adaptar-se às dificuldades causadas pelo rápido crescimento das importações verificadas entre 1985 e 1988 (mais 73 por cento em volume, ou seja, um aumento de 303,1 milhões para 522,5 milhões de pares)».

Essas dificuldades, como é reconhecido, traduziram-se por uma diminuição do emprego, pela formação de excedentes elevados, por perdas financeiras e pela redução do número de empresas.

Apesar do aparente optimismo da Comissão, a situação no sector continua preocupante. Segundo os dados disponíveis, as importações comunitárias de calçado originárias de países terceiros atingiram, nos primeiros

nove meses de 1989, os 429,1 milhões de pares; estes números parecem apontar para um ligeiro decréscimo das importações, já que em igual período de 1988 elas se elevaram a 435 milhões de pares, número que aumentou para 522 milhões no final do ano. A diferença não é muito significativa, e não é seguro que os resultados do final de 1989 traduzam de facto alguma redução. Seja como for, a crise da indústria do calçado não só não está debelada como arisca agravar-se com a entrada em vigor do mercado único, pelo menos nos países periféricos, como Portugal.

Consciente disso está a Comissão, que na sua resposta ao deputado comunista lembra as diligências encetadas este ano para minorar a crise, designadamente a exposição enviada ao Conselho em 19 de Março sobre a

situação no sector. Nesse documento se definiam «as linhas de uma acção comunitária tendo em vista ajudar a indústria comunitária em causa a melhorar a sua competitividade, quer do ponto de vista industrial quer comercial, para poder fazer face à crescente concorrência nos mercados comunitário e mundial».

Segundo a Comissão, importa actuar prioritariamente no âmbito da investigação e inovação tecnológicas, na melhoria e eficácia da produção, na formação profissional, e no desenvolvimento da competitividade internacional.

Para apoiar aquelas acções a Comunidade dispõe do programa BRIT/EURAM, que co-financia a investigação relativa às tecnologias industriais e aos materiais; o programa VALVE, que co-financia acções para divulgar e favorecer a exploração dos resultados da actividade de investigação comunitária; e o programa SPRINT, cujo objectivo é o reforço da inovação através da melhoria dos laços entre os agentes económicos e os institutos de investigação. Os projectos desenvolvidos ao abrigo destes programas deverão ser reforçados durante o período 1990/1994, enquanto os programas de formação profissional (COMETT II, EUROTECNET E FORCE) apontam para o desenvolvimento de acções

de formação contínua e reciclagem.

Ou seja, a Comunidade está consciente das dificuldades que afectam a indústria do calçado, mas as medidas para a sua defesa e revitalização continuam a não dar resposta à candente questão da competitividade internacional, uma vez que certos países terceiros exportam para o mercado comunitário produtos a preços altamente competitivos (possíveis pelas degradantes condições de trabalho nos respectivos países), ao mesmo tempo que subsistem os obstáculos levantados às exportações comunitárias.

A resolução deste problema, segundo a Comissão, passa pela melhoria e respeito das regras do comércio internacional. Neste contexto, as negociações do Uruguay Round constituem «uma oportunidade para introduzir elementos novos de equidade internacional no que se refere aos direitos aduaneiros e a outras áreas». Mas a Comissão não pode dar garantias de que tal se venha a concretizar, pelo que se limita a afirmar que se esforçará «por defender os interesses do sector no âmbito da sua acção de promoção das exportações». O que parece pouco para uma indústria a braços com problemas de desemprego, elevados excedentes, perdas financeiras e falências.

## Parlamento Europeu apela ao combate contra o racismo

O Parlamento Europeu lançou um apelo à Comunidade para que proceda a uma reflexão colectiva sobre o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo de forma a encontrar soluções comunitárias duradouras que respeitem os direitos humanos, sem distinção de raça, religião, língua ou nacionalidade. O apelo consta de uma proposta de resolução comum a propósito da profanação de cemitérios judaicos, subscrita por todos os grupos representados no PE à excepção da Direita europeia e dos não inscritos.

A profanação do cemitério judeu de Carpentras, bem como as profanações cometidas em Vissembourg, no campo de concentração de Turkheim, nos túmulos de Bertold Brecht e Helena Weigel em Berlim Leste, e tantas outras em cemitérios judaicos em várias localidades da França, têm provocado a mais viva indignação da opinião pública internacional e os eurodeputados não hesitaram em classificá-las como «actos de barbárie» que constituem «um ultraje a qualquer sociedade civilizada».

Por outro lado, considerando que tais actos repre-

sentam um incitamento ao racismo, à xenofobia e à intolerância, incompatíveis com os ideais de paz e solidariedade afirmados pela Comunidade Europeia, o Parlamento Europeu manifestou a sua apreensão pela escala da intolerância em toda a Europa, a par da «expansão de grupos extremistas que reivindicam abertamente este tipo de comportamento», a que não são estranhas as manifestações abertas ou subentendidas de anti-semitismo recentemente preferidas por certos políticos.

Assim, ao condenar aquelas profanações, o PE pronunciou-se também «contra



a banalização e a vulgarização das teses «revisionistas» que negam a realidade histórica do monstruoso genocídio praticado pelo «Terceiro Reich» contra mais de seis milhões de judeus, democratas e minorias étnicas nos campos de concentração nazis, durante a Segunda Guerra Mundial» e condenou igualmente «aqueles que, pelos seus discursos envenenados, encorajam o anti-semitismo». Condenou igualmente a tentativa das organizações extremistas da Europa de usar estes actos deploráveis para aumentar a tensão racial e intracomunitária e «exige que os responsáveis por estes actos sejam severamente punidos segundo o direito vigente, e

que as instituições interessadas disponham de meios para aplicar este direito».

Na procura de soluções para fazer face a este fenómeno, o Parlamento Europeu exorta os governos e as forças políticas, culturais e sociais da Europa a agirem, ultrapassando as barreiras tradicionais, «para reunirem todos os homens e mulheres defensores da liberdade e conterem a ameaça do racismo e da exclusão». Em França, o ministro da Educação Nacional tomou já a iniciativa de organizar uma reflexão colectiva sobre o racismo e o anti-semitismo, com o objectivo de transmitir a memória histórica às novas gerações. Um exemplo que o Parlamento Europeu exige que seja seguido em toda a Europa, ao mesmo tempo que convida instantaneamente a Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia «a formular propostas que permitam melhorar o seguimento dado à Declaração Comum contra o racismo e a xenofobia».

## Programas Erasmus e Língua

A Comissão Europeia decidiu financiar, no âmbito dos programas Erasmus e Língua, 1.748 programas inter-universitários de cooperação durante o ano 1990/1991, envolvendo cerca de 1.100 estabelecimentos de ensino superior e 44.000 estudantes, num montante global de 15,64 milhões de Ecus.

O ano académico de 1990/1991 será o quarto ano de funcionamento do programa Erasmus e o ano de arranque do programa Língua que visa em particular a melhoria do estudo das línguas estrangeiras comunitárias. É por isso que dos 1.748 programas inter-universitários de cooperação (PIC) seleccionados apenas 79 respeitam ao intercâmbio de futuros professores de línguas e estudantes das mesmas, sobretudo das menos ensinadas na Comunidade, como é o caso do português, grego, dinamarquês.

De referir que, em relação ao ano passado, os pedidos de apoio financeiro comunitário aos PIC aumentaram 24 por cento, ao mesmo tempo que os respeitantes às deslocações de estudantes aumentaram 80 por cento. Tendo em consideração o elevado número de estudantes (cerca de 44.000) pré-seleccionados pelas universidades, a Comissão decidiu convidar o Parlamento Europeu e os Estados membros a estudar a possibilidade de disponibilizar um financiamento complementar às bolsas de estudo Erasmus e Língua, em favor sobretudo dos estudantes com maiores dificuldades financeiras.

## O catalão na Comunidade

O Conselho deverá tomar medidas em favor da língua catalã, falada por 10 milhões de pessoas, língua oficial de um vasto território de Espanha e utilizada por duas cadeias de televisão, 100 estações de rádio e 6 jornais. Esta, em síntese, a conclusão a que chegou a Comissão de Petições do Parlamento Europeu, após apreciar a solicitação dos parlamentares da Catalunha e das Ilhas Baleares no sentido de o catalão ser reconhecido como língua oficial na Comunidade Europeia.

A decisão, aprovada por consenso, embora reconhecendo que a adopção do catalão como língua oficial significará acrescidos custos e dificuldades técnicas à Comunidade, recomenda ao Conselho a inclusão do catalão no programa Língua e a sua utilização pelos serviços da Comunidade nas relações orais e escritas com o público daquelas comunidades autónomas.

## Liberdade de estabelecimento e igualdade de tratamento dos trabalhadores

O eurodeputado do PCP, Barros Moura, solicitou esclarecimentos à Comissão sobre os termos em que deverá ser exercida a liberdade de estabelecimento dos trabalhadores, de forma a que não seja prejudicado o princípio da igualdade de tratamento no salário e nas condições de trabalho e não se criem situações de *dumping* social.

Na sua pergunta, Barros Moura recorda o acordão de 23 de Março último sobre o caso Sociedade Rush Portuguesa, em que o Tribunal de Justiça interpreta os artigos 59 e 60 do Tratado da CEE e os artigos 215 e 216 do acto de adesão da Espanha e de Portugal como significando que «uma empresa estabelecida em Portugal que fornece prestações de serviços no sector da construção civil e das obras públicas num outro Estado membro pode deslocar-se com o seu próprio pessoal, que ela faça vir de Portugal pela duração dos trabalhos visados». E faz notar que o Governo português pretendia que, nesse caso, as «...relações de trabalho seriam (...) inteiramente regidas pelo direito português», dado que os trabalhadores portugueses temporariamente deslocados «...não acederiam ao mercado de trabalho do Estado membro de acolhimento».

Na ocasião, o Tribunal precisou que «o direito comunitário não se opõe a que os Estados membros estendam a sua legislação, ou as convenções colectivas de trabalho (...) a qualquer pessoa efectuando um trabalho assalariado, mesmo que de carácter temporário, no seu território, qualquer que seja o país de estabelecimento do empregador».

Como se compreende, a questão envolve a defesa dos direitos dos trabalhadores, tendo em conta a Carta Social e visa impedir o *dumping* social através da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores dos países em que ela é mais barata. Fica a aguardar-se a resposta.

## Juizes comunitários visitam Portugal

Uma delegação do Tribunal da Primeira Instância das Comunidades Europeias esteve esta semana de visita a Portugal. Recordar-se que o presidente daquele Tribunal é o juiz português Cruz Vilaça, que aproveitou a visita para dar a conhecer aos restantes membros do Tribunal o «grau de maturidade dos magistrados, tribunais e advogados portugueses em matéria de direito comunitário».

Internacional

URSS

# Perestroika exige «máximo consenso social»

«O país percorreu um grande caminho, tornou-se outro», disse Gorbatchov, em encontro com deputados do povo da Federação Russa, no seu primeiro Congresso. Um caminho que está longe de ser fácil, e que ainda nas palavras do dirigente soviético exige o «máximo consenso social», a cooperação e unidade de todos os movimentos políticos favoráveis à perestroika.

Importantes factos e processos desenvolvem-se em simultâneo.

No Soviete Supremo da URSS, o primeiro-ministro Nikolai Rijkov, apresentou um relatório em que se definem profundas transformações da economia soviética, e a sua passagem a uma economia de mercado regulada.

O Congresso de Deputados do povo da Federação Russa, a maior do país, de par do debate dos problemas da República, elegeu como seu presidente Boris Elstine, dirigente do bloco «Rússia Democrática», numa votação que exigiu três voltas para que algum dos candidatos atingisse o número indispensável de votos.

Na Arménia, repetem-se dramáticos acontecimentos, de que resultaram seis mortos, quando soldados soviéticos ripostaram a um grupo que preparara uma emboscada contra uma patrulha militar na estação central de Erevan. Um testemunho da tensão que continua viva nas relações interétnicas, e do seu aproveitamento por grupos extremistas. A questão lituana não tem ainda solução à vista.

## Revolução na economia

Uma «grande viragem equivalente à revolução de Outubro», foi a comparação avançada pelo presidente soviético, quando da apresentação do plano de passagem para uma «economia de mercado regulada».

O programa económico — agora proposto pelo governo à



Os debates no primeiro Congresso do Povo da Federação Russa

apreciação do Soviete Supremo e que poderá ainda ser submetido a referendo nacional — foi aprovado pelo Conselho Presidencial e pelo Conselho da Federação, em reunião conjunta, após ter sido enviado para correcção por duas vezes, em Abril e em Maio.

A estratégia do governo soviético, nesta profunda transformação da economia nacional, é reduzir o controlo directo do Estado sobre a economia, ampliar a esfera de relações de mercado, conter a inflação e evitar a baixa do nível de vida.

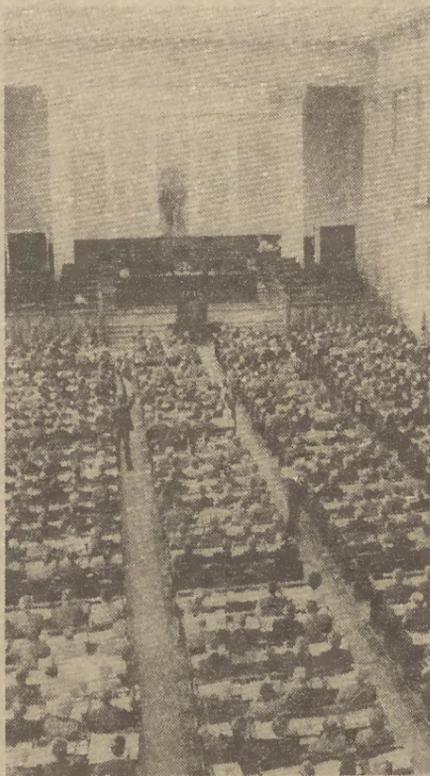
Numa primeira etapa, até ao final do corrente ano, tenciona-se criar as «bases normativas e jurídicas da economia de mercado». Na segunda, em 1991-92, as premissas para o funcionamento do mercado, mediante uma reforma de preços, um novo sistema fiscal e um aumento dos juros bancários. Na terceira etapa, de 1993 a 1995, passará para primeiro plano o desenvolvimento da concorrência e a desmonopolização da economia.

O conjunto de medidas preparado pelo governo, compreende a passagem a um novo sistema de formação de preços até 1 de Janeiro de 1991, a criação de um mercado de títulos, de mão-de-obra e de meios de produção.

Um facto importante, em particular para a interligação entre a economia soviética e o mercado internacional — o rublo tornar-se-á parcialmente convertível até 1993. A conversão total deverá efectuar-se até 1995.

Vai ser incentivado o desenvolvimento de diferentes formas de propriedade e de actividade empresarial. Admite-se que cerca de 60 por cento da propriedade estatal será transformada em sociedades anónimas, propriedade colectiva, individual ou de arrendamento.

Os reflexos sociais da reforma económica são preocupação central. Projecta-se canalizar 135 mil milhões de rublos, ou seja, cerca de 70 por cento das receitas da subida geral dos preços a retalho, para in-



demnização das perdas sofridas pela população.

Entre as medidas previstas de protecção social, contam-se: o controlo pelo Estado dos preços dos víveres e artigos de consumo generalizado; o aumento dos salários dos trabalhadores que têm rendimentos fixos, assim como de bolsas e pensões; o controlo dos aumentos de preços por parte de sectores de produção monopolista.

Para obviar ao problema do desemprego que, nesta fase de transição se irá colocar, governo e sindicatos preparam um projecto de lei para debate no Parlamento, que compreende um programa de reciclagem de quadros, a realização de obras de interesse público e o pagamento de subsídios.

Falando na televisão soviética, nos últimos dias de Maio, Gorbatchov sublinhou a ligação do processo de passagem à economia de mercado com «a solução dos problemas socioeconómicos, a melhoria da vida do povo e o êxito da nossa perestroika, a nossa nova revolução».

## Polónia — eleições marcadas por abstenção e clima de tensão

As eleições municipais realizadas na Polónia no passado fim-de-semana, registaram uma grande abstenção. A participação eleitoral terá sido da ordem dos 30 por cento. O Solidariedade obteve a maioria de votos. Note-se que, em declarações à France Press, em vésperas do acto eleitoral, o presidente do grupo parlamentar do Solidariedade, Bronislaw Geremek, considerou como aceitável uma taxa de participação de 60 por cento.

Em geral, a abstenção indica descontentamento popular, face às consequências da aplicação do plano de austeridade, em vigor desde 1 de Janeiro deste ano. Desde então, o poder de compra dos polacos caiu em 40 por cento.

Entretanto prossegue a greve dos trabalhadores ferroviários, que exigem aumentos salariais da ordem dos 30 por cento. As negociações em curso foram suspensas, por o governo polaco exigir dos sindicatos a suspensão prévia da paralisação, como condição a uma análise conjunta das exigências salariais dos trabalhadores. A paralisação conta com o apoio do Sindicato OPZZ.

## Visita de Dubcek a Moscovo

Um amplo debate sobre os problemas relacionados com as transformações socioeconómicas e políticas em curso na União Soviética, foi um dos temas das conversações soviético-checoslovacas, em Moscovo, quando da visita oficial à URSS, do presidente da Assembleia Federal da República Federativa Checa e Eslovaca, Dubcek, entre 18 e 21 de Maio.

No comunicado conjunto foi ressaltada a importância do aprofundamento dos contactos multilaterais. Partindo de posições coincidentes ou próximas, os interlocutores debateram uma série de problemas actuais do desenvolvimento da situação na Europa e no mundo em geral.

No encontro entre Gorbatchov e Dubcek foram abordados os acontecimentos de Agosto de 1968. Gorbatchov reafirmou que «a União Soviética respeita, firme e claramente, o direito dos povos da Checoslováquia e de outros países à escolha livre das vias e modelos de desenvolvimento».

Gorbatchov manifestou ainda a esperança de que a recente declaração do presidente checoslovaco, Václav Havel contra a proibição do Partido Comunista impeça mais uma «caça às bruxas».

## Colômbia, povo vota contra narcotraficantes

O candidato liberal César Gaviria, foi eleito presidente da Colômbia, com 47 por cento dos votos, depois de uma campanha marcada por sucessivos assassinatos de candidatos não do agrado dos narcotraficantes. Esse foi também o caso do anterior candidato liberal, o senador Luís Carlos Galán.

De notar que Navarro, o candidato do M-19, que sucedeu também a um candidato assassinado, obteve 12,8 por cento dos votos, o que corresponde à maior vitória eleitoral alguma vez alcançada na Colômbia por uma força de esquerda. O M-19 havia decidido anteriormente depor armas e optar pela luta política.

Em simultâneo com as eleições presidenciais, decorreu um referendo sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte para alterar a Constituição e elaborar novas leis para a democratização da vida política colombiana. A vitória do «sim» representa de facto uma grande vitória das forças democráticas. Importa lembrar que, depois do assassinato do seu candidato presidencial, os comunistas colombianos empenharam-se exactamente na realização deste referendo e desenvolveram toda uma campanha pelo máximo de votos no «sim».

## RDA e RFA, exércitos estabelecem relações oficiais

Vão ser estabelecidas relações oficiais entre os exércitos da RDA e RFA, a partir de 1 de Junho, de acordo com uma decisão tomada em Strausberg pelos ministros da Defesa dos dois Estados. Os ministros acordaram «medidas concretas para intensificar a sua cooperação, nomeadamente nas questões de segurança e de controlo dos armamentos». O acordo exclui qualquer participação de soldados de um dos exércitos em exercícios ou manobras militares do outro.

A proposta de Gorbatchov, de dotar a futura Alemanha unificada de um estatuto «à francesa» no interior da NATO, é avaliada de forma diferente pelos ministros. Na opinião do ministro de Defesa da RFA, trata-se de uma «solução não desejável». Para o ministro da RDA, é «um passo importante da União Soviética».

Prosseguem entretanto os encontros entre o primeiro-ministro da RDA, Lothar de Maizière, e o chanceler alemão-federal, Kohl, relativamente ao tratado, cuja entrada em vigor se prevê para 1 de Julho, da unidade económica, monetária e social entre os dois países.

Na opinião de Oskar Lafontaine, candidato dos sociais-democratas às eleições de Dezembro na RFA, o SPD deve exigir que sejam feitas emendas a este tratado.

# Delegação do PC da Checoslováquia

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 21 a 23 de Maio, uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia dirigida por Vasil Mohorita, 1.º secretário do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, e integrada ainda por Ladislav Zak, membro do Secretariado do CC, e Iaroslav Hnizdil, da Secção Internacional.

A delegação do PCCh manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Albano Nunes, membro do Secretariado e Carlos Aboim Inglês, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Durante as conversações, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois Partidos e questões de actualidade internacional.

A delegação do PCP informou em particular sobre a realização do XIII Congresso (Extraordinário) que, confirmando a identidade comunista do PCP, consolidando a sua unidade, traçando orientação, constituiu um grande acontecimento na vida do Partido e na sua luta por uma alternativa democrática

à política de direita do Governo do PSD. Expressou a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do PCCh pela renovação da sociedade numa perspectiva socialista.

A delegação do PCCh informou sobre a situação actual na Checoslováquia, a posição do PCCh sobre a campanha eleitoral em curso e a preparação do XVIII Congresso do PCCh, a realizar em Outubro deste ano.

Valorizando as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCCh, as duas delegações pronunciaram-se pelo seu desenvolvimento futuro.

A delegação teve igualmente conversações com Luís Sá, membro da Comissão Política, e Joaquim Judas, suplente do CC e do Departamento de Propaganda.

Vasil Mohorita (que é membro do Presidium da Assembleia Federal da Checoslováquia e presidente do Grupo Parlamentar Comunista), foi recebido pelo presidente da Assembleia da República Vítor Crespo, e encontrou-se com Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Internacional

## Palestina

# Debate no Conselho de Segurança e em Cimeira Árabe

«Dezenas de palestinianos são mortos todos os dias», denunciou o dirigente da OLP, Yasser Arafat, perante a sessão do Conselho de Segurança da ONU reunido extraordinariamente em Genebra, afirmando ainda que «a situação na Cisjordânia, em Gaza e Jerusalém Oriental é perigosa e explosiva».

Esta reunião do Conselho de Segurança — convocada na sequência do massacre de Rishon de Zion, a que se sucederam mais mortos palestinianos, vítimas das balas do exército israelita — foi inconclusiva, pois Israel rejeitou mesmo uma proposta elaborada pelos Estados Unidos e o Egipto, preconizando o envio de uma missão especial da ONU, de observação e verificação, para os territórios árabes ocupados. O Conselho de Segurança retomou entretanto os seus trabalhos em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas.

Mas a situação mantém-se muito tensa, e o problema palestiniano assume um carácter cada vez mais candente.

O recolher obrigatório, imposto em toda a faixa de Gaza e na Cisjordânia, depois da chacina de 20 de Maio, foi levantado nalgumas regiões, mas mantém-se na cidade de Gaza e nos campos de Jabalia, Shatti e Nusseirat. Na Cisjordânia, o recolher obrigatório foi apenas levantado em Hebron. Entretanto esta cidade, tal como Naplouse, é considerada «zona militar fechada», o que impede o acesso de todo o não residente.



**Criança entre destroços, em Beirute.** Na Palestina, as crianças são, não apenas vítimas da guerra, mas mesmo um alvo das tropas israelitas

## A questão palestiniana é incontornável

O massacre e a repressão que se lhe seguiu (na verda-

de dirigida contra as mesmas vítimas do massacre), reactivou, no plano internacional, a necessidade de abrir caminho à concretização do direito do povo palestiniano a uma pátria.

Foi reafirmada a posição da OLP, que defende a perspectiva de dois Estados — um hebraico e outro palestiniano. Como etapa transitória — a retirada das forças militares israelitas das zonas populosas dos territórios ocupados; o envio de tropas da ONU para os territórios ocupados e Jerusalém Oriental, durante o período de transição compreendido entre a ocupação israelita e a soberania palestiniana.

É significativo que o Conselho da Internacional Socialista, então reunido na capital egípcia, tenha adoptado, por unanimidade, uma resolução sobre o Médio Oriente, evocando a possibilidade de edificação de um Estado palestiniano.

Em Israel, os Trabalhistas «situaram» o atentado «numa situação política em que o processo de paz foi congelado pelo Likoud».

Decorre nestes dias em Bagdad uma cimeira da Liga dos Estados Árabes, convocada por iniciativa da OLP, face ao impasse do processo de paz no Médio Oriente.

Testemunhando embora (pelas ausências de algumas figuras importantes) dos próprios problemas inter-árabes, a reunião aborda algumas questões importantes, com particular realce para o problema palestiniano.

O Egipto deverá apresentar uma proposta para a solução pacífica da questão palestiniana. Segundo o jornal «Al Ahram», do Cairo, o documento engloba quatro pontos: retirada das forças israelitas de todos os territórios árabes ocupados durante a guerra de 1967; reconhecimento mútuo e simultâneo entre Israel e o povo palestiniano, de que a OLP é o único representante; respeito pela soberania de todos os países da região e do seu direito de existir em paz; direito do povo palestiniano à autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente no território palestiniano ocupado, incluindo Jerusalém Oriental.

## Quantas mortes mais?

«Enquanto as negociações com os palestinianos não começarem, é de esperar outras coisas como esta, uma escalada de violência e de repressão», é o comentário de Shlomo El Baz, professor da Universidade de Telavive, ao massacre de Rishon de Zion.

Um outro professor universitário israelita, Stanley Cohen, em entrevista à agência Reuter, refere outro elemento do clima de violência anti-árabe que se vive em Israel: «O clima de racismo anti-árabe criado pela política do governo israelense é indirectamente responsável por tudo isto. Ninguém no governo deu instruções directas, mas o racismo é encorajado pela política governamental em relação aos palestinianos e pelas declarações de alguns dirigentes nestes últimos anos, referindo-se aos árabes como «monstros» ou «vermes».

Mais que as declarações, falam os factos. E esses indicam que o governo de Israel intenta impor a sua política de recusa dos direitos dos palestinianos a uma pátria, através de um verdadeiro massacre quotidiano. Basta referir que, de acordo com um balanço da AFP, desde o início da Intifada, e até 5 de Maio último, 669 palestinianos foram mortos a tiro por soldados ou civis israelitas armados. Um dado a que há que acrescentar outro — muitos destes mortos são crianças.

### Save the Children

Cento e cinquenta e nove crianças palestinianas foram mortas durante os dois pri-

meiros anos da Intifada — de Dezembro de 1987 a Dezembro de 1989. Esta uma das conclusões do relatório da organização humanitária internacional «Save the Children», divulgado a 17 de Maio em Jerusalém.

O relatório considera todos os menores de 16 anos e afirma, que no período em causam 159 palestinianos deste grupo de idades foram mortos — a tiro, a golpe de matraca ou com gases lacrimogéneos.

O relatório estuda ainda cerca de 60 casos de crianças mortas a tiro e chega a conclusões diametralmente opostas das versões oficiais. Não se trata de mortes por «erro», mas antes de vítimas de tiroteio indiscriminado. Mais ainda, e muito significativamente, a maioria das crianças assassinadas foram atingidas na cabeça ou no pescoço.

O relatório da «Save the Children» é uma denúncia séria da criminosa política repressiva de Telavive. E um alerta de que se impõe, com crescente urgência, o início de negociações para que o povo palestiniano tenha a sua própria pátria, e assim a paz seja finalmente possível.

ANO 29 - 2004 - Nº 172 - AGOSTO DE 1990 - PREÇO: 1500  
Produção de todos os meses: UNI VOSI

**Avante!**  
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A 12 de Fevereiro último, o ex-secretário da Estruturação Agrária, Ferrel de Amaral, assinou um despacho que estabelece a devolução da ganadaria brava e a entrega da administração da Herdade da Galeana ao antigo proprietário, o agrário Joaquim Grave. A UCP da Galeana era assim gravemente atingida por uma medida altamente arbitrária, violenta e ilegal, que representaria a sua breve inviabilização, dado que (...) ficaria reduzida à posse útil da Herdade da Lagoa, com 795 hectares e 50.388 pontos.

Deste despacho recorreu a UCP da Galeana para o Supremo Tribunal Administrativo. E a decisão foi tomada pública na passada semana, justificando a confiança dos trabalhadores na justiça dos tribunais a que recorrem.

(...)  
Entre os fundamentos da decisão do Supremo Tribunal Administrativo de suspensão do acto de entrega da administração da Herdade e da ganadaria ao agrário, incluem-se os seguintes:

«A recorrente tem sido exemplar na exploração da Herdade de Galeana e está em condições de prosseguir nos mesmos termos; nem sequer existe interesse público relevante a proteger; ou, em todo o caso, é mais relevante o interesse de sobrevivência da UCP recorrente, da manutenção dos postos de trabalho dos seus cooperantes, evitando-se consequentemente o seu desemprego, da produção agrícola, da realização dos objectivos constitucionais da Reforma Agrária».

Ao informar agora a UCP da Galeana que o agrário Joaquim Grave e sua mãe pretendem duas reservas na Herdade da Galeana, o MAP de Vaz de Portugal vem desafiar da forma mais escandalosa o Supremo Tribunal Administrativo, manifesta a sua natureza inconstitucional, autoritária e violenta (...).

(«MAP prepara-se para desrespeitar Supremo Tribunal Administrativo?» - «Avante!», série VII, nº 275, 3 de Maio de 1979)

**AVANTE!**

«Neste tempos difíceis, tempos de resistência e luta contra a reacção, reforça-se a cooperação, a inter-ajuda, a solidariedade entre UCPs/Coop e pequenos e médios agricultores. Desta cooperação (...) fala-nos o pequeno agricultor Martinho, presidente da Jovem Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Ourique:

«Este ano já mais de 30 tractores das Unidades «Luta de Camponeses» de Ourique e «União dos Trabalhadores» do Garvão foram por terras de pequenos e médios agricultores auxiliar os trabalhos.

Os pequenos e médios agricultores, quer sejam ou não da Liga, pagam unicamente o aluguer do tractor e 130\$00 à hora ao tractorista da Unidade, enquanto os tractoristas privados levam mais de 300\$00 à hora.

Esta cooperação iniciou-se de forma organizada no ano passado, durante o qual a «Luta dos Camponeses» e a «União dos Trabalhadores» ajudaram os pequenos e médios agricultores com 400 horas de trabalho de máquinas. Por sua vez, os pequenos e médios agricultores auxiliaram as Unidades nos trabalhos de limpeza das terras e na apanha da azeitona. Com a criação de delegações da Liga por todo o concelho - o que será tanto mais rápido quanto mais associados entrarem para a Liga - esta cooperação e solidariedade crescerá e aliados seremos mais fortes para ganhar tempos menos adversos para nós, tempos mais folgados em que a agricultura de para nós e o país».

Estas as palavras do pequeno-agricultor Martinho, presidente da Liga de Ourique, distrito de Beja, onde pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros encontram na cooperação com as UCPs/Coop, um estímulo para vencer as dificuldades, muitas delas, afinal, comuns».

(«Na aliança a força maior!» - «Avante!», série VII, nº 275, 3 de Maio de 1979)



1987: uma cadeia da paz unia franceses e representantes do movimento pacifista de todo o mundo. Hoje, enquanto decorre a cimeira de Washington, não será demais sublinhar o papel desempenhado pelos movimentos populares pela paz no dia ainda incipiente processo de desarmamento.

Dia 4, Gorbatchov regressa à URSS após a assinatura de vários acordos e documentos, que se espera consagrem avanços significativos no caminho do desarmamento e na criação de um melhor clima político, a nível mundial, e a nível europeu, o continente onde entretanto se registaram tão profundas transformações.

Para já, as perspectivas são optimistas. Após os últimos contactos realizados em Moscovo, preparatórios da Cimeira, o presidente norte-americano qualificou mesmo de momento de viragem o entendimento aí alcançado em relação a aspectos essenciais do futuro Tratado Start. Opinião partilhada por Akromeev, conselheiro de Gorbatchov para assuntos estratégicos ofensivos para metade seria um passo realmente decisivo... Creio que os resultados até agora alcançados no domínio político-militar são suficientes para garantir o êxito da Cimeira».

# Em Foco

Avante!

Ano 60 - Série VII  
N.º 858

31 de Maio de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



Fotos da Manifestação do 1.º de Maio de 1990 em Lisboa



**Contributos  
para a batalha  
ideológica  
em defesa  
do S. E. E.**

# Contributos para a em defesa do Sector

**D**esde 1976 o poder político dominante nunca teve como objectivo dinamizar o desenvolvimento equilibrado do sector empresarial do Estado, antes o utilizou para servir as suas políticas conjunturais, para distribuir poderes e lugares aos partidos no governo e para, através da concentração acelerada de capitais, promover a restauração monopolista, à custa da degradação económica e financeira das empresas. A partir dessa altura desenvolveu-se uma violenta e multifacetada campanha ideológica, que serviu quer como elemento de protecção e justificação de planos e medidas em curso ou iminentes, quer como elemento de preparação psicológica para novos passos na destruição das conquistas revolucionárias. O sector empresarial do Estado tem sido um alvo preferencial desta campanha, que utiliza meios muito poderosos e que serve objectivos cada vez mais evidentes: privatizar tudo o que é lucrativo, destruir o SEE, entregar as alavancas da economia ao grande capital nacional e estrangeiro, constituir e reconstituir grupos monopolistas, fomentar a especulação bolsista, eliminar parcelas do património nacional, destruir direitos dos trabalhadores e oferecer benesses a ex-monopolistas que foram reconhecidamente sustentáculos do regime fascista.

Num encontro de militantes que trabalham nas empresas do SEE do distrito, realizado recentemente no quadro da preparação do XIII Congresso do Partido, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP reconhece que o grande capital marcou alguns pontos e não é invulgar ouvir trabalhadores repetirem fragmentos da campanha contra o SEE. Face a esta situação aumentam as exigências da intervenção dos comunistas para não deixar este campo da batalha ideológica à mercê de uma bem instrumentalizada rede de argumentação de direita. **Não temos outro caminho senão o de intensificarmos a discussão destes vários aspectos com os trabalhadores multiplicarmos os meios da nossa propaganda e, colectivamente, assumirmos com mais vigor e resolução a responsabilidade da defesa do nosso projecto de uma democracia avançada para Portugal no limiar do século XXI.**

## O projecto e a política

**D**esde a primeira hora os trabalhadores lutaram pela reestruturação de muitas empresas nacionalizadas e mesmo de sectores inteiros (por exemplo, na EDP, Covina, indústria naval, metalomecânica pesada, banca, seguros, transportes), avançando propostas que, se fossem postas em prática, trariam um novo dinamismo económico e criariam meios e condições para que as empresas do SEE cumprissem o seu papel de motores da economia portuguesa, impulsionando o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

Não foi, contudo, este o papel que o poder político — particularmente a partir de 1976 — entendeu que devia caber ao sector empresarial do Estado. Virados para a destruição das conquistas de Abril, para a subversão do projecto da construção de um Portugal democrático, os sucessivos governos de direita utilizaram o SEE ao serviço dos seus objectivos políticos: nomearam gestores segundo critérios partidários e com a missão de preparar o caminho para entregar as empresas ao capital privado; impuseram às empresas do SEE o recurso ao endividamento externo; deixaram afundar o SEE para provar junto da opinião pública que ele funciona necessariamente mal e que, por isso, a forma de regulação económica saída do 25 de Abril e fixada na Constituição era ineficiente.

Este escamotear da importância das nacionalizações em termos

económicos tem profundas razões políticas. Em 1976 às empresas nacionalizadas cabiam, na economia nacional, cerca de 29% do valor acrescentado bruto, 54% da formação bruta de capital fixo, 20% do volume de emprego; em 1977 vendiam 42% dos consumos intermédios de origem nacional. O SEE era, inegavelmente, um poderoso factor para a resolução de muitos dos problemas da economia portuguesa, poderia ter tornado possível um desenvolvimento económico mais acelerado, poderia ter funcionado como um operador de regulação de curto prazo (estabilidade de preços, repartição de rendimentos, nível de emprego, equilíbrio externo).

A vontade política dos governos que se sucederam desde 1976 não era esta. Os sectores comprometidos com o grande capital e os ideólogos da pequena burguesia tinham consciência de que as nacionalizações não eram apenas uma medida antimonopolista concreta, mas também um passo na luta anticapitalista geral.

Assim, empenham-se a fundo na desvalorização e destruição do SEE, brandindo os chavões neoliberais (como haver Estado a mais e ser preciso menos Estado para ter melhor Estado). Retomam um discurso do século XVIII e vão tentando impor aos trabalhadores as condições de trabalho e as chagas sociais dos primórdios da revolução industrial (sobreexploração, trabalho infantil, desemprego, trabalho sem direitos, salários em atraso...)

## Quais prejuízos?

**A** justificação das privatizações com os prejuízos de empresas do SEE é mais uma mistificação que é utilizada para confundir consciências e esconder os verdadeiros objectivos da política de entrega da economia ao capital privado nacional e estrangeiro.

**É às empresas públicas que se deve uma grande parte do investimento produtivo nos períodos mais difíceis: elas têm constituído ao longo dos anos um inegável factor de estabilidade económica e mesmo de apoio à actividade das empresas privadas.**

Desde 1976 as empresas do SEE financiaram o Orçamento Geral do Estado em 80 milhões de contos. Em Portugal praticam-se os mais baixos subsídios aos preços dos transportes e da energia.

Muitas das empresas públicas foram forçadas pelos vários governos a recorrer a créditos externos, não porque deles carecessem, mas por-

que as divisas assim obtidas eram necessárias para **tapar buracos** da balança de pagamentos. Com a subida da cotação do dólar, foram obrigadas a suportar taxas de juro que, nalguns casos, chegaram a superar os 50%.

Se algumas empresas possuem défices elevados, isso deve-se à política a que foram submetidas, e não a critérios de rentabilidade económica ou de gestão equilibrada. Ou seja, **o SEE foi transformado coercivamente em mero instrumento da política conjuntural dos vários governos de direita.**

Foi esta escandalosa governamentalização pela direita a origem das distorções, da falta de reestruturações, do não saneamento económico e financeiro do SEE. Mas a direita responsabiliza o Estado em abstracto, passando por cima dos crimes económicos cometidos pelos partidos que ao longo dos anos têm conduzido esta política, aliados ou não ao PS.

## Desregular com controlo

**A** questão essencial do ataque às nacionalizações e do processo de privatizações é retirar ao Estado os instrumentos concretos de controlo da actividade económica e, consequentemente, de controlo da actividade dos grupos económicos. Contrariamente à propaganda do Governo, **não há economias desreguladas: ou há controlo do Estado, ou há controlo dos grupos económicos dominantes.** No caso português, o ataque às nacionalizações serviu para acelerar a concentração capitalista e a constituição de grupos económicos privados.

Isto, paralelamente à crescente penetração das multinacionais na economia portuguesa, que se apoderam progressivamente das suas alavancas fundamentais de controlo. Cada vez se depende mais do exterior. No mercado predomina a lógica da subcontratação e do lucro fácil.

As importações representam cerca de 70% do PIB (produto interno bruto), o número de multinacionais instaladas em Portugal (especialmente na banca e em todo o sector de serviços) passou de 619 em 1981 para 828 em 1986. Os capitais estrangeiros procuram no

SEE em privatização empresas de grande rentabilidade que lhes dêem elevados lucros.

Quando ao investimento tecnológico trazido pelo capital estrangeiro, o que se passa é que grande parte é canalizada para a participação em empresas já instaladas (66% do investimento directo) e somente 28,7% foi para a criação de novas empresas e na penetração em sectores extremamente rentáveis, como o financeiro. Naturalmente que é lícito duvidar de que tal investimento se tenha traduzido em transferência de tecnologia. **A abertura ao capital estrangeiro não é sinónimo de automática entrada de tecnologia, pode, isso sim, significar saída de lucros.**

A entrada na CEE aprofundou a vulnerabilidade da economia nacional. O próprio processo de integração europeia exigiria um sector empresarial do Estado dinâmico e forte. Contudo, a integração na CEE tem servido de pretexto para justificar a política de privatizações. A verdade é que o peso do sector público em Portugal, face ao emprego existente, é **o mais baixo** tanto em relação aos países da CEE, como da OCDE.

## A cenoura popular

**P**ara mascarar a política de esbulho dos bens do Estado, o Governo e os ideólogos de direita apregoam as virtudes do *capitalismo popular*, da disseminação e da *democratização* do capital. A experiência recente vem acrescentar mais argumentos à desmontagem destas velharias ideológicas, agora desenterradas pelo cavaquismo neo-liberal.

O patrão do grupo Sonae confessa que o *capitalismo popular só fornece recursos financeiros às empresas, e tem de haver alguém que forneça recursos financeiros e tecnológicos*, reconhecendo expressamente o papel dos accionistas: fornecer dinheiro.

No tempo de Lênine, bastavam 40% das acções para dominar os negócios de uma grande empresa; hoje, na Grã-Bretanha são suficientes 20%, nos EUA — 10,7%, em França — 35%. Quanto mais disseminado estiver o capital, menos investimento necessitará de aplicar o *núcleo duro* em cada empresa para garantir o seu domínio.

No caso das empresas públicas, o objectivo é comprar as consciências dos trabalhadores, comprometê-los com a política de privatizações, acenar-lhes com miragens que depressam se desfazem, criar uma capa pretensamente popular para a sua política.

Hoje o capital acena aos trabalhadores com a cenoura do lucro fácil e a ilusão de os fazer *donos* das empresas. Amanhã puxa do cacete da retirada de direitos, da exploração desenfreada, do desemprego, da precariedade, intimidação e insegurança no emprego. O capital não investe senão na procura do lucro máximo. Enquanto por aí se passeiam as teses cavaquistas, o que se passa na realidade é uma maior centralização do poder do capital nas mãos de grandes grupos: nos últimos cinco anos a riqueza concentrada nos monopólios quadruplicou, apesar de a produção industrial ter estagnado; há retracção no investimento produtivo, mas a especulação bolsista desenvolveu-se.

# batalha ideológica Empresarial do Estado

## Modelo? Não, obrigado!

As nacionalizações em Portugal não resultaram de um acto premeditado do poder político, planeado segundo critérios de maior ou menor eficácia económica; tão pouco se pode afirmar que tenham resultado de decisões arbitrárias ou voluntaristas.

As nacionalizações no nosso País foram um passo necessário para a criação de um Estado democrático e para a sua sobrevivência. Abrangendo directamente 254 empresas dos sectores-chave (banca e seguros, siderurgia, adubos, cimentos, refinação de petróleo, construção naval, metalomecânica pesada, transportes e produção e transporte de electricidade) e ainda participações no capital de 1183 empresas (452 destas com maioria), as nacionalizações foram condicionadas pela necessidade de dismantelar os grupos financeiros que então dominavam a economia e que se serviam dessas posições para sabotarem e para conspirarem contra a revolução.

Foi a iniciativa dos trabalhadores,

como o objectivo de defender as empresas e a economia, que determinou o sentido das decisões do poder político. As nacionalizações não foram feitas visando a estatização económica, nem tiveram por base qualquer modelo pretensamente pré-estabelecido importado de outras paragens.

Assumidamente, as nacionalizações em Portugal deixaram largo espaço ao desenvolvimento de outras formas de propriedade, incluindo a propriedade capitalista. Milhares de trabalhadores nessa altura — face ao abandono das empresas pelo patronato, face a situações de descapitalização e transferência de dinheiros para o estrangeiro — permaneceram nas empresas e deram o melhor dos seus esforços para impedir a sabotagem, viabilizar as unidades económicas, diversificar produtos e mercados, reorganizar processos produtivos, sob as mais diversas formas de propriedade (empresas cooperativas, em autogestão, intervencionadas, nacionalizadas...).

## Este Estado a mais

Dizem que o Estado é mau gestor, que está a mais na economia... Mas a verdade é que a situação que se vive é fruto da política dos governos do PS, do PS/CDS, do PS/PSD, do PSD/CDS, do PSD; são eles os responsáveis por termos em Portugal este Estado.

A sua concepção de Estado é em si mesma burocratizante e centralizadora, pretendem um Estado suficientemente forte para impor uma política de baixos salários, para permitir ao grande capital acumular dívidas à segurança social superiores a 170 milhões de contos, para permitir a transferência gratuita de 500 milhões de contos do crédito malparado para as mãos do patronato, para permitir que empresas públicas como os CTT/TLP, a Petrolgal, a EDP e a CP mantenham por cobrar

dezenas de milhões de contos do crédito sobre grandes empresas privadas, para permitir que fiquem impunes os que transferem ilegalmente para o estrangeiro milhões de contos em divisas (cerca de 300 milhões de contos só entre 1979 e 1982), para permitir a escandalosa pilhagem das verbas do Fundo Social Europeu, para permitir o regabofe da Bolsa (em que os grandes especuladores sacaram mais de 70 milhões de contos a pequenos aforradores), para permitir fugas ao fisco superiores a 380 milhões de contos de 1977 para cá, para permitir que, só em 1989, os estrangeiros comprassem, na Bolsa ou directamente, cerca de 210 milhões de acções no valor de mais de 79 milhões de contos.

É este Estado que está a mais no SEE.



■ Henrique Custódio

## IX Congresso do PS no Porto

## Um Congresso de intenções

**E**m rigor, deveria dizer-se que o IX Congresso do PS decorreu nas imediações do Coliseu do Porto em restaurantes e pontos de convívio afins, sendo os átrios da augusta casa de espectáculos portuense os locais de discussão mais próximos do Congresso. Lá dentro, perante uma semiplateia distraída e um passarinhar constante dos delegados, a reunião magna dos socialistas entreteve-se essencialmente a dizer que o PS era o maior e por isso ia ganhar e que «o Estado laranja entrou pela porta larga que o PS lhe abriu, mas vai sair pela porta de serviço», isto dito com variações até ao infinito e à razão de três minutos por recarga, ou seja por delegado e respectiva intervenção. Casa cheia, houve-a quando Jorge Sampaio e algumas figuras de proa usaram da palavra; aí os aplausos desentorpeceram embora sem

mandar a casa abaixo e o conclave (como se diz na Imprensa moderna) ganhou nitidez e contorno — tratava-se de um Congresso onde as intenções comandavam tudo, num processo quase delirante de conjugação do verbo ser: somos o passado, somos o presente, somos o futuro, somos a esperança, somos a alternativa, somos os únicos e, por isso, somos o poder. Por isso são o que são: a mais extraordinária convicção político-partidária de que para querer o poder basta crer, numa postura que se não tem a profundidade da fé revela a lusitanidade da fezada. A análise e a discussão pouco importam: o que se quer são boas táticas e grandes vitórias — e se os resultados falharem corre-se com a direcção à procura de novos prodígios, se necessário através de outro Congresso onde, naturalmente, o PS continuará, sobretudo, a ser. E essa é que é essa.

Quando se chegava ao edifício do Coliseu tinha-se sempre a sensação de se estar em intervalo; na plataforma de entrada e nos átrios, a multidão repartia-se em grupinhos que se desfaziam e reconstruíam na mansa

circulação tutelada discretamente pelos serviços de segurança. Pura ilusão: na sala do Congresso as intervenções sucediam-se à cadência de três minutos cada, numa regularidade nem sequer perturbada pela fre-

quente ausência da sala de muitos dos delegados que se haviam inscrito para o uso da palavra, facto aliás assinalado com bom humor pelos congressistas, que, por exemplo, riram muito quando a mesa chamou suces-

sivamente Roque Lino, Luís Montenegro e Maria da Luz Correia sem que nenhum aparecesse, até esta última vir «salvar» a mesa da inevitabilidade de uma quarta ou quinta convocação.

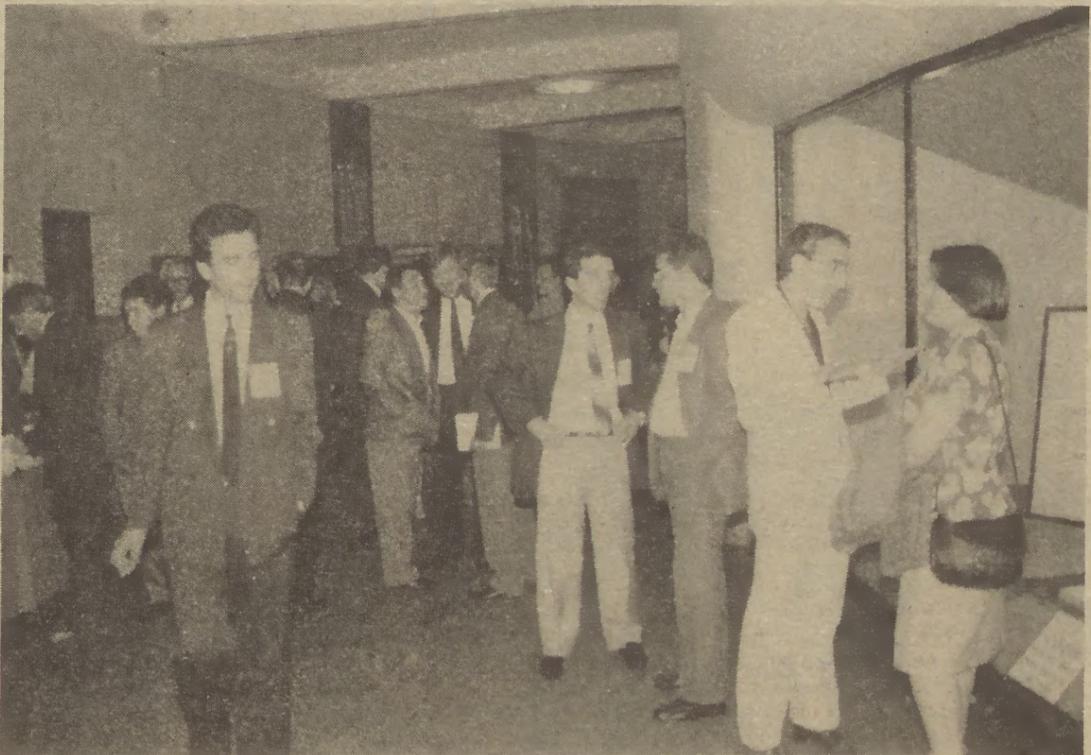
Treinados nestas coisas os poucos jornalistas presentes mexiam-se, aliás, em consonância com esta curiosa geografia, deixando câmaras e tripés solitariamente espedados na sala horas e horas seguidas e deambulando também pelos átrios onde parecia que se passava, efectivamente, o Congresso, com as figuras mais conhecidas do PS a distribuir sorrisos, cumprimentos e até alguns abraços enquanto conferenciavam intensamente pelos cantos. Alguns davam mini-conferências de Imprensa, como Rui Oliveira Costa e Álvaro Beza (este último autor de uma das três moções que colheram os votos do Congresso, a par — embora a grande distância — da de João Soares, naturalmente, da de Jorge Sampaio), outros recolhiam-se em passeios de braço dado e muito gesto sussurrado, outros ainda iam encailhando de grupo em grupo para um sorriso de circunstância e uma frase rápida ao ouvido, tudo fluindo numa multidão bem disposta a caminho do bar, sem ligar nenhuma às magras bancas de propaganda nem à insólita passagem do filme «Patton» num quiosque de informação e atendimento. Lá dentro, entretanto, as coisas corriam sem sobressaltos.

## Dois discursos na plateia

A sala do Congresso, decorada com um pormenor que chegava à cordas cadeiras para orientar o lugar das diferentes qualidades e funções presentes, foi sempre uma sossegada meia plateia que ouvia com paciência e simpatia dois discursos a muitas vezes com três minutos cada; falar deles é definir a essência deste IX Congresso do Partido Socialista.

Um dos discursos — o que, consoante o arredondado da frase, mais acordava o entusiasmo dos congressistas — proclamava interminavelmente a excelência do PS e o seu inapelável ascenso ao poder nas próximas eleições legislativas. A fundamentação disto dispensava análises, argumentos, factos ou especificações mas, em contrapartida, produziu algo próximo do encantamento literário: «somos uma grande plataforma de esperança», «há que pôr o Estado ao serviço dos cidadãos», «os militantes socialistas são solda-

IX Congresso do PS realizado no passado fim-de-semana no Coliseu do Porto não trouxe grandes novidades, como a Comunicação Social noticiou e no fundo se esperava. A vitória retumbante de Jorge Sampaio na sua reeleição para secretário-geral, evidentemente ligada (como o Congresso confirmou, na sua euforia de vitória) à expectativa em que o Partido Socialista está de regressar ao poder nas próximas eleições legislativas, foi talvez o facto mais significativo deste Congresso, ligado também ao pormenor de a lista apresentada por Jorge Sampaio para a Comissão Nacional (e que parece ter pretendido a maior «abrangência» possível) se haver situado uns bons furos abaixo dos 91% que obteve para a sua reeleição para secretário-geral. Confirma-se, portanto, a insistência do PS numa visão bipolarizadora da política nacional e pretensão hegemónica no seio da esquerda portuguesa, que tantos prejuízos já trouxe tanto ao PS como, sobretudo, ao regime democrático e ao nosso povo. É entretanto de realçar a aparente firmeza com que foi enfrentada neste Congresso a autêntica subversão da lei eleitoral pretendida pelo Governo do PSD que, a concretizar-se, iria comprometer gravemente a democraticidade dos escrutínios nacionais e permitir à direita perpetuar-se no poder mesmo perdendo nas urnas. Quanto ao Congresso propriamente dito, que pela primeira vez acompanhámos em reportagem correspondeu ao que já se sabia serem as reuniões magnas tanto do PS como dos partidos da direita do ponto de vista de metodologia e organização: algo que gira criticamente à volta dos líderes e dos grupos dirigentes, organizado sem debate interno, sujeito a grupos de pressão e jogos de influência, negociado em bastidor, festejado em público e encerrado sem haver produzido nem discussão interna, nem análise profunda e reflectida quer das questões partidárias, quer dos grandes problemas nacionais. Como constatamos a seguir.



Quando se chegava ao edifício do Coliseu tinha-se sempre a sensação de se estar em intervalo; na plataforma de entrada e nos átrios, a multidão repartia-se em grupinhos que se desfaziam e reconstruíam na mansa circulação tutelada discretamente pelos serviços de segurança. Pura ilusão: na sala do Congresso as intervenções sucediam-se à cadência regular de três minutos cada

dos desconhecidos caldeados em tantas batalhas», «vamos demonstrar que não temos medo de vencer os novos desafios», «vamos erguer a bandeira vermelha do PS que, mesmo rasgada por muitas batalhas, vai levar o PS ao Governo», «estamos a construir uma alternativa socialista e vamos eleger um Primeiro-Ministro socialista» foram arroubos particularmente ovacionados.

O outro discurso zurzia o Governo de Cavaco Silva e o PSD — embrulhados eficazmente no «Estado-laranja» que urge derrubar — e era concomitante com o primeiro. Como tal dispensava igualmente análises, argumentos, factos ou especificações ou, sequer, qualquer crítica que mergulhasse para além da superfície da frase, concebida em sentido literal e, portanto, sempre e só à espera do aplauso triunfante.

Um ou outro congressista dessintonizado ainda avançou para «a falência retumbante do socialismo totalitário a comprovar que nós é que tínhamos razão» e «a queda irreversível do PCP», mas tal não inspirou qualquer entusiasmo nos congressistas; a hora era de construir a vitória a golpes de desejo.

## Debates para quê?

Mobilizados em torno de uma ideia central — a vitória e o ascenso ao poder nas próximas eleições legislativas — os delegados ao IX Congresso do PS apresentavam notável mobilização em volta ao seu líder, Jorge Sampaio, e impressionante indiferença por «pormenores esquisitos» como discussão preparatória das moções ao Congresso, propostas de emenda ou alteração, análise e debate das estratégias apresentadas. Em conversas dispersas pudemos mesmo apurar que, em geral, não se sabia muito bem o que cada uma dizia ou pretendia, e quando emergia alguma crítica, como o fez um delegado à moção de Álvaro Beza de Vasconcelos intitulada «Um PS lúcido/o partido pós-socialista» era no estilo de «repúdio esta moção que, por prudência, vou chamar de Álvaro de Vasconcelos». No que se estava interessado era na composição das listas apresentadas por cada moção de estratégia, como bem no-lo demonstrou um delegado de Coimbra ao avisar, em conversa de bar onde discorriamos com ele sobre as próximas eleições, que «andar a colocar gente, que tem andado para aí a dançar, em lugar dos que trabalham, pode levar a deslocações de voto...» como de resto se veio a verificar com a lista de Jorge Sampaio, que por excesso de «abrangência» desceu mais de 20 pontos percentuais em relação aos retumbantes 91% que o re-elegeram secretário-geral.

Um delegado de Aveiro que contactámos na rua, frente ao Coliseu, e que fez questão de saber a que jornal pertencíamos, após uns minutos para constatar que falar com comunistas não era assim tão complicado como lhe parecia, indicou entretanto outra nota sobre o estado de espírito e a postura dos militantes socialistas a este Congresso ao confessar que «se depois disto tudo não ganharmos as eleições, desisto. Estou farto de trabalhar para o partido, enquanto a maior parte não faz nenhum».

Incurável na sua tentação para a hegemonia e sofrendo de eterna megalomania, o PS saiu deste Congresso tão esclarecido como entrara mas, em compensação, de novo convicto

que o poder lhe sorri. Privilegiando o «marketing» em detrimento da reflexão política, ostenta outra vez uma alegria convicta que una tudo e todos numa espécie de marcha triunfal até ao Governo. Para que o País veja.

Não tirando qualquer ensinamento do facto de nunca ter ganho sozinho quaisquer eleições, o PS parece as-

sim continuar apostado na sua ilusão bipolarizadora e hegemónica, ignorando as outras forças democráticas e, sobretudo o PCP, podendo comprometer mais uma vez uma alternativa democrática e reconduzir-se a si próprio, mesmo como partido mais votado, a novas alianças com a direita. A ver vamos ■

## É soberano!

**A**cidentalmente, almoçámos lado a lado. Eu havia optado por um entre dois restaurantes junto ao Coliseu, que se distinguiam fundamentalmente por mil escudos a mais em cada prato. Eles haviam escolhido também o mais barato (ao contrário de outros delegados, que vi entrar no mais caro) e quando pedi a língua estufada já eles estavam no café com Jonhny Walker. A arca frigorífica ao lado serviu de mesa de suporte para as nossas pastas do Congresso (a minha fora-me dada por uma simpática jovem que assessorava a Comunicação Social) e o facto pô-lo à vontade com a vizinhança que era eu, um tipo esquisito vestido de linho e manga curta num sábado chuvoso, de máquina fotográfica a tiracolo entre gente engravatada.

Eram sete e confraternizavam com a exuberância natural destas coisas. Percebi, por fragmentos de conversa, que seis tinham vindo da Grande Lisboa e um de Leiria; todos participavam com a mesma facilidade num discurso em que os temas eram pacíficos e as gargalhadas, que irrompiam aqui e ali, atestavam a mais evidente consensualidade.

Recordavam peripécias dos primeiros anos da Revolução (a propósito do MRPP um aduzia que «os inimigos de ontem são os amigos de hoje» e riam todos muito), sobre o PCP enrolavam não sei o quê concluindo que «os gajos estão feitos», mas era o PSD que alombava com a parte útil da carga, gozado e glosado com a displicência que evolui numa refeição bem regada mas num ataque cerrado evidentemente filho do espírito do Congresso. Entretanto uma coisa era óbvia, até para uma audição errante e intermitente da conversa: a postura corporativa donde aqueles delegados viam o seu partido, encarando-o como uma espécie de clube desportivo onde se endeusam e arrasam «craques», se olha o treinador numa adoração vigiada e se acha a vitória — merecida ou não — a mais justa das espetativas.

Apressei a refeição para ver se os apanhava no café e assim poder chegar-me à conversa sem os incomodar, mas já eles pediam a conta, partilhavam despesas e se punham em pé. «Agarrei» o delegado de Leiria quando ele avançou para o meu lado a buscar a pasta, apresentei-me como jornalista e perguntei-lhe, de chofre, como é que tinha decorrido a discussão preparatória do Congresso. Arregalou os olhos sem perceber e pediu-me delicadamente que repetisse a pergunta. Expliquei-lhe que pretendia saber se as organizações e os militantes do partido haviam discutido as moções apresentadas um mês antes do Congresso e se tinham feito propostas de alterações.

Ficou perplexo. «**Sabe** — esforçou-se ele, visivelmente empenhado em ser útil à Imprensa — eu não estou muito dentro disto, é esta a segunda vez que sou delegado ao Congresso, mas lá na secção fizeram-se listas e votámos nelas; a partir daí elegemos os delegados, entre eles eu».

Tentei explicar-me. Dei o exemplo do Congresso do PCP realizado no fim-de-semana anterior, onde as Teses chegaram com milhares de propostas e emendas resultantes da discussão em todo o Partido. Empertigou-se logo: «**O nosso Congresso é soberano! O Congresso do PS é sempre soberano, é ao Congresso que compete decidir!**».

Os outros já o chamavam da porta «para darmos uma volta» mas ele estava empenhado em esclarecer-me. Eu aproveitei, confessando que também achava todos os Congressos numa soberania a toda a prova mas que gostava de perceber como os delegados do PS faziam ouvir a sua voz. Centrou os óculos e o olhar e sorriu-me com alegre cumplicidade: «**Sabe perfeitamente que o Congresso é do Sampaio, a moção dele trouxe mais de 90% dos delegados! Pode haver alguns a mudar à última hora, mas a coisa está praticamente decidida!**».

Coloquei-lhe então a hipótese de ele próprio, como representante do apoio à moção de Sampaio, querer no entanto a alteração de um ponto qualquer. Como faria? Visivelmente, a questão pareceu-lhe estapafúrdia, quicá absurda. «**É preciso ver que a moção já vem com o apoio do partido...**». E apoiada sem discussão?

Vi a resposta desenharem-se-lhe nos lábios. «**O Congresso é que vai decidir!**», pois claro. Não quis demorá-lo mais. Agradei-lhe a atenção, despedimo-nos efusivamente e ele lá foi quase a correr. Paguei também a conta, peguei na tralha e saí devagar, rua abaixo. Ao fundo reencontrei-o, vinha sozinho num refluxo excitado. «**Não me diga que lhe fiz perder os amigos!**», disse-lhe. «**Não, não! Imagine que encontrei agora uma amiga que não via há muitos anos! O mundo é de facto pequeno!**».

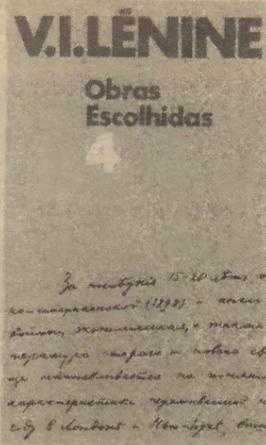
Solidarizei-me com a satisfação dele apertando-lhe de novo a mão, numa despedida fraterna neste mundo tão pequeno.



## FEIRA DO LIVRO LISBOA

PAVILHÃO Nº 70

edições **Avante!**

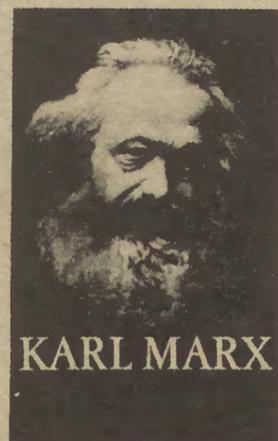


OBRAS ESCOLHIDAS LENINE IV

## FEIRA DO LIVRO PORTO

PAVILHÃO Nº 40

edições **Avante!**



BIOGRAFIA DE MARX



## A Festa do Avante! – 1990 e a campanha dos 150 mil

# A propósito de criatividade e empenhamento...

**C**riatividade. Empenhamento. Numa altura em que nos passamos pelas mãos documentação e apontamentos variados sobre a campanha dos 150 mil são aquelas duas questões que mais nos tocam a sensibilidade. E explicamos porquê...

Valendo como exemplos, sem dúvida expressivos, eis que os comunistas da Maia (distrito do Porto) anunciam uma feira da ladra na Feira de Pedrouços, para os dias 30 de Junho (sábado) e 1 de Julho (domingo). Ajudar a campanha dos 150 mil, concretizar o sonho, contribuir de facto para esta grande tarefa do Partido, é algo que ultrapassa a importante venda dos títulos de comparticipação. Esta feira da ladra é um exemplo.

Quem tiver velharias, utilidades,

brinquedos, roupas de senhora, homem e criança, livros infantis «e muita, muita coisa mais», que possa oferecer, deve contactar os Centros de Trabalho do PCP na Maia (Bairro do Sobreiro) ou na Areosa (Rua D. Afonso Henriques). «Lá por casa», como lembram os comunistas deste concelho do Grande Porto, «há sempre qualquer coisa que já não serve para a família, mas serve para esta grande iniciativa». Estamos certos. A feira vai ser um êxito.

Na nossa mesa de trabalho temos também o telex com as conclusões da recente reunião de quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, realizada no Centro Vitória. Aí se falou das conclusões do XIII Congresso do Partido. Discutiram-se questões de grande actualidade na situação política, na luta e na acção dos comunistas. E a campanha dos 150 mil, a preparação da Festa e o trabalho de implantação (a começar pelo que ainda há que retirar do Infantado) também aí estiveram presentes. Com o vivo empenhamento de cerca de 200 camaradas com responsabilidade no trabalho de direcção na Grande Lisboa.

São, apenas, dois exemplos. Que valem como tal. E que ilustram o

dinamismo com que as organizações do PCP devem encarar esta tarefa. Com a criatividade e o espírito de imaginação próprios de quem está habituado a derrubar obstáculos. Com o empenhamento de quem está na vida política com a responsabilidade própria dum partido que nunca cruza os braços.

A campanha dos 150 mil contos continua. Vai estar presente na campanha de informação e esclarecimento, que decorre até 10 de Junho em todo o País, sobre as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do Partido. Vai estar presente, depois, no conjunto da intensa actividade que as organizações promovem, indo ao encontro dos militantes, dos amigos do Partido, dos democratas, dos que sentem algo pela Festa.

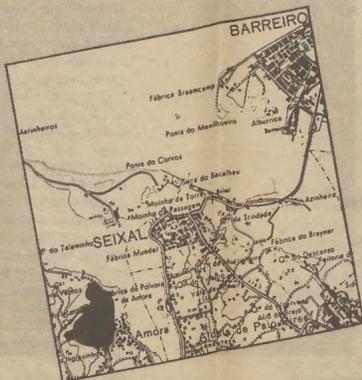
Não vamos cruzar os braços. ■

■ JPO



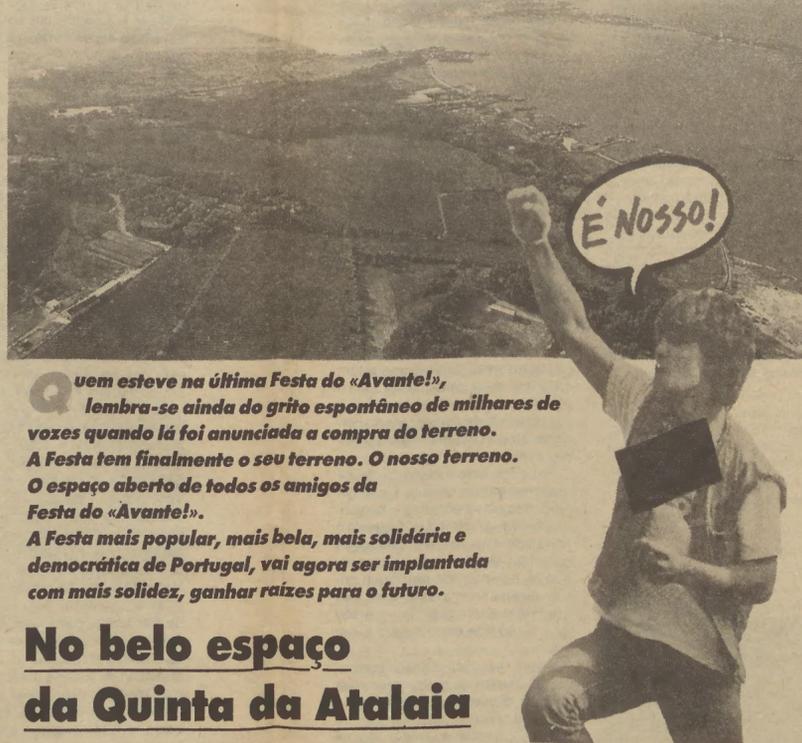
**Foi em Setembro de 1976 que nasceu.**

Nos pavilhões da FIL, em Lisboa. E logo tentaram silenciá-la com uma bomba. Não o conseguiram! A Festa do «Avante!» continuou. E cresceu. Passou da FIL para o Vale do Jamor. Depois para o Alto da Ajuda. A seguir para a Quinta do Infantado, em Loures, onde se realizou nos últimos dois anos. Pelo caminho fica a história dos obstáculos e das dificuldades levantadas pelos adversários da Festa, os que não suportam a realização pelos comunistas da maior iniciativa política e cultural de massas feita em Portugal. Obra dos comunistas, sem dúvida. Mas que é também património de todos os portugueses que amam a paz, a democracia, o progresso social, a cultura, a solidariedade e amizade entre os povos. Manifestação de confiança no futuro, a Festa está viva. Vai continuar. Crescendo como grande acto de cultura e de convívio. Agora na Quinta da Atalaia. Junto ao Tejo. Para ficar. Para isso, contamos consigo. Contamos com a solidariedade de todos os amigos da Festa. ■



## A Festa vai ser aqui!

**É o aprazível espaço da Quinta da Atalaia. Na freguesia de Amora, concelho do Seixal. São 25 hectares de terrenos localizados na Margem Sul do Tejo, frente ao chamado Mar da Palha. Numa harmoniosa relação de verde e azul.**



**Quem esteve na última Festa do «Avante!», lembra-se ainda do grito espontâneo de milhares de vozes quando lá foi anunciada a compra do terreno. A Festa tem finalmente o seu terreno. O nosso terreno. O espaço aberto de todos os amigos da Festa do «Avante!». A Festa mais popular, mais bela, mais solidária e democrática de Portugal, vai agora ser implantada com mais solidez, ganhar raízes para o futuro.**

## No belo espaço da Quinta da Atalaia

**O PCP** adquiriu a Quinta da Atalaia para a implantação futura da Festa do «Avante!».

A maior realização político-cultural de massas que se faz em Portugal vai poder realizar-se de futuro sem a constante ameaça de despejo. Temos finalmente a possibilidade de edificar um complexo à altura dos objectivos e da dimensão cultural e artística da Festa do «Avante!».

Para realizarmos este objectivo, impõe-se a solidariedade material de todos os amigos da Festa. Para que sejam conseguidos os 150 000 contos que custou a aquisição do terreno. E mais vai ser preciso para financiar os trabalhos de adaptação e as infra-estruturas necessárias.

**Adquirir Títulos de comparticipação é garantir o futuro da Festa do «Avante!»**



Os Títulos de Comparticipação são a forma privilegiada, embora não exclusiva, de participação na Campanha dos 150 000 contos e existem nas modalidades de 1000, 5000, 10 000, 25 000, 50 000 e 100 000 escudos.

Podem ser adquiridos nas Organizações e Sedes do PCP em todo o País ou junto da Sede Central do PCP – Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 – 1699 Lisboa Codex.

As contribuições para a campanha podem também ser depositadas na Conta Bancária n.º 9956/210/0128198 da Agência da Sede do Banco Nacional Ultramarino, em Lisboa.

E pode ainda participar na Campanha contribuindo com objectos e artigos de variado tipo de valor.

**VAMOS CONSEGUIR!**

**Levar ao povo português as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do PCP**

**Campanha de informação até 10 de Junho**

**COM O PCP  
A ALTERNATIVA  
EXISTE!**

Partido Comunista Português

**A**s conclusões do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP vão merecer uma ampla divulgação pública, através de uma campanha de informação que se inicia amanhã, prolongando-se por 10 dias, em todo o País.

Os ouvintes da Antena 1 da RDP, no próximo dia 5, após o noticiário das 13 horas, e os telespectadores, no próximo dia 7, após o Telejornal, serão informados pelos tempos de antena do Partido, mas a campanha em perspectiva não fica por aí.

«Com o PCP, a alternativa existe» é o tema central desta campanha, para a qual foram preparados diversos materiais que serão distribuídos e divulgados através de um largo conjunto de acções a empreender por todas as organizações do Partido: da banca aos «porta-a-porta», passando pelas brigadas móveis, meetings às portas das empresas, sessões, convívios, distribuições em mercados e feiras, e todas as outras formas que a imaginação, acriatividade e o empenhamento dos militantes proporcione.

No caso de Lisboa é de salientar, na fase de arranque da campanha, a iniciativa com Álvaro Cunhal no Castelo de São Jorge, que anunciamos nesta edição do *Avante!* (centrais/Semana e Agenda).

Além da Resolução Política, (já em distribuição) outros materiais serão utilizados nesta campanha. E o caso de um jornal de 8 páginas, o Manifesto do Congresso em edição própria, cartaz, cassette para a propaganda sonora e cartaz da Festa do Avante!

Até 10 de Junho, os militantes comunistas vão estar vivamente empenhados nesta campanha. Levando aos trabalhadores e às populações uma palavra de esclarecimento e informação, um incentivo ao diálogo e ao debate franco e activo sobre as propostas e as ideias do PCP para a transformação da sociedade.

Uma transformação que, como o XIII Congresso confirmou, significa desenvolvimento harmonioso, aposta firme num futuro de liberdade e progresso.

Ao trabalho! ■



## Reforma Agrária

# Não à nova lei!

**E**xtinguir a Zona de Intervenção da Reforma Agrária até ao final do ano é o objectivo de uma proposta de lei do Governo que motivou a semana passada uma reunião em Évora de representantes de cooperativas agrícolas que entendem serem inconstitucionais as intenções do Governo. Solicitar a diversos juristas pareceres de inconstitucionalidade da proposta governamental; participação na discussão pública de 15 dias, obrigatória constitucionalmente; mobilização dos trabalhadores agrícolas para estarem presentes no Parlamento acompanhados das assinaturas entretanto recolhidas para uma petição que defende o agendamento na Assembleia da República de uma discussão sobre as consequências da política agrícola seguida pelo Governo e a aprovação de medidas legislativas de cumprimento do texto constitucional, nomeadamente com a salvaguarda do sector cooperativo; são acções de carácter imediato a desencadear pelos trabalhadores da terra no Ribatejo e Alentejo.

O Plenário de Cooperativas Agrícolas aprovou ainda uma proposta a fazer a todas as forças democráticas da região, às autarquias, às organizações do movimento sindical, cooperativo e de agricultores, a «todos os que estão seriamente preocupados com a situação e empenhados em garantir o desenvolvimento regional no qual a componente agrícola assume um lugar estratégico», que intervenham publicamente e junto dos órgãos do poder para que seja posto fim à política de destruição da Reforma Agrária e seja assegurada uma nova política que agaranta a existência, na agricultura da região, dos diversos sectores de propriedade e, dentro deles, do sector cooperativo da Reforma Agrária, afirmando-se também que «não há futuro para a agricultura da região sem Reforma Agrária».

## Restabelecer de novo os antigos latifúndios

**S**ob o título, «a política agrícola do Governo para o sul do país assente na destruição da Reforma Agrária não serve os interesses regionais e nacionais», os participantes no Plenário de Cooperativas Agrícolas e pequenos agricultores aprovaram uma moção onde se considera ser «manifestamente inconstitucional» a proposta de lei aprovada pelo Governo contra a Reforma Agrária, defendendo-se por isso a sua não aprovação e promulgação. Para os trabalhadores agrícolas a nova lei «só virá agravar» a situação vivida nos campos, situação caracterizada no fundamental pela reconstituição da propriedade latifundiária e dos sistemas extensivos de produção.

Um apelo à Assembleia da República e ao Presidente da República no sentido de utilizarem os meios institucionais ao seu alcance para que o projecto do Governo não se transforme em Lei da República fazem parte também do conteúdo desta moção, da qual passamos a transcrever alguns excertos:

«A aprovação pelo Governo de uma nova lei contra a Reforma Agrária, a enviar à Assembleia da República, visando, segundo declarações do Conselho de Ministros, a sua extinção até ao final do ano, constitui mais um passo da escalada de privatização completa das terras expropriadas e nacionalizadas e de reconstituição da propriedade latifundiária.»

### Campos ao abandono

«Com a nova lei, negociada com a CAP sem que nunca as organizações da Reforma Agrária fossem informadas ou ouvidas, o PSD pretende:

a) Reprivatizar toda a terra expropriada e nacionalizada entregando-a aos grandes proprietários, incluindo aquela que já foi objecto de contratos de arrendamento com o Estado;

b) Transferir para os agrários a relação contratual que o Governo tem com 24 cooperativas e algumas centenas de pequenos agricultores, enfraquecendo a segurança e a estabilidade de cooperativas e agricultores rendeiros;

c) Facilitar o acesso à terra daqueles que tenham elevada disponibilidade financeira e dos grandes interesses agro-florestais ao colocar à venda a terra expropriada que eventualmente ainda fique na posse do Estado.»

«O Governo não apresenta sequer

nenhuma lei que obrigue ao aproveitamento da terra e da água nem define medidas de orientação agrícola que estimulassem o desenvolvimento da agricultura regional e nacional.

Por isso mesmo calcula-se em mais de 60% a área que se encontra hoje em regime de abandono ou subaproveitamento!»

«Uma política mede-se pelos seus resultados! E os resultados da política que tem sido seguida para a zona da Reforma Agrária estão bem à vista: menos população, mais envelhecimento, mais desemprego, menor valor acrescentado.»

«O Governo do PSD só promove os interesses da sua clientela contra os interesses nacionais. Todo o processo de destruição da Reforma Agrária e reconstituição do latifúndio é atravessado por ilegalidades, falta de transparência, corrupção!»

«Aliás, esta própria lei é elaborada por membros do Governo com interesses em causa própria, eles próprios reservatários ou ligados a grandes interesses agroflorestais. Não é, pois, uma lei séria!»

(...)

### Destruição

«A proposta de lei não serve os interesses regionais e nacionais!»

«São hoje manifestas as consequências da política agrícola do Governo para o Alentejo e o Ribatejo.»

«A destruição da Reforma Agrária não tem, sequer, sido seguida de uma política alternativa que promovesse o desenvolvimento agrícola da região, criasse emprego, garantisse melhoria de rendimentos para os pequenos agricultores, reorganizasse a estrutura fundiária.»

«O que se tem vindo a dar nos campos é, no fundamental, a reconstituição da propriedade latifundiária e dos sistemas extensivos de produção. É o retorno do absentismo!»

«O que se tem vindo a dar é o despoimento e envelhecimento acelerado das comunidades rurais por ausência de alternativas para as gerações mais jovens!»

«O que se tem vindo a dar é o enfraquecimento das estruturas agrícolas e não a sua modernização e fortalecimento que permitisse fazer face, em condições de eficácia, ao aprofundamento do processo de integração comunitária!»

«A nova lei, anunciada pelo Conselho de Ministros só virá agravar esta situação! Não servindo os in-

teresses da região e do país não pode ser aprovada nem promulgada nem tornar-se em lei da República!»

«A nova lei não visa somente as UCP's/Cooperativas Agrícolas. Ela visa agora também os pequenos agricultores a quem lhes foi distribuída terra em governos anteriores quando os utilizaram para procurarem acelerar o processo de destruição da Reforma Agrária e comprarem votos.»

«As menos de 150 cooperativas existentes somente detêm 2% (cerca de 75000 ha) da área total da «Zona de Intervenção», a que há que acrescentar mais cerca de 70000 ha entretanto comprados ou arrendados pelos trabalhadores!» (...)

## O que quer o governo do PSD

**E**xtinguir a «Zona de Intervenção da Reforma Agrária» até 31 de Dezembro é o objectivo da proposta do Governo. Uma primeira apreciação feita em primeira leitura ao texto governamental foi feita pelo deputado do PCP e dirigente da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) que considera a proposta do Governo à partida inconstitucional, ao expressar «claramente» os objectivos de restauração da propriedade latifundiária.

Dois exemplos são apontados por Lino de Carvalho para ilustrar a afirmação: por um lado a proposta do Governo cria condições para que «as diversas reservas recebidas pelos contitulares ou herdeiros de um património» possam ser reunificadas, permitindo a restauração do antigo latifúndio.

Por outro lado permite-se às sociedades agrícolas (excepto nas sociedades por quota) a acumulação de um número indeterminado de reservas não sendo obrigadas igualmente a proceder à separação dessas reservas. Para Lino de Carvalho, «isto conduz também à restauração dos antigos latifúndios das sociedades agrícolas tal como existiam».

Ainda segundo a proposta do Governo, as cooperativas ou agricultores que explorem terras expropriadas ou nacionalizadas com base em contratos de arrendamento com o Estado, serão obrigados a realizar novos contratos com os futuros reservatários, contratos esses sujeitos

à tabela máxima das rendas estabelecidas na Lei do Arrendamento Rural o que irá produzir um brutal aumento.

### Cooperativas sem acesso aos tribunais

A piorar a situação, o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) obrigará, nos casos em que agrários e rendeiros não chegarem a acordo, à celebração de contratos por dez anos, com três renovações obrigatórias de três anos cada.

Desaparece, com a proposta do Governo, a garantia até agora existente de que os rendeiros do Estado só veriam demarcadas reservas em áreas que explorassem desde que dessem o seu acordo e lhes fosse garantida uma área alternativa.

«Como grande parte dos contratos já foram celebrados há quatro, cinco ou seis anos, tal significa que os actuais rendeiros do Estado ver-se-ão a breve prazo confrontados com pressões para abandonarem as terras se os agrários não quiserem fazer novos contratos», afirma Lino de Carvalho.

Se a proposta do PSD passasse a ser Lei da República, as cooperativas deixariam de ser ouvidas e notificadas nos processos de demarcação de reservas (excepto as que têm contratos de arrendamento com o Estado), alargando-se também a possibilidade de devoluções de herdades através de uma simples portaria governamental.

Por outro lado a demarcação de reservas passar-se-ia a fazer em herdades nacionalizadas e não somente nas expropriadas, podendo o Ministério desencadear processos de atribuição de reservas mesmo que os agrários não requeiram novas reservas ou alargamento das que já têm, para o qual têm um prazo de mais 45 dias em relação à lei em vigor.

Assim as cooperativas praticamente deixam de poder fazer valer os seus direitos em tribunal, pois o Supremo Tribunal Administrativo só poderá decretar a suspensão de uma reserva nos casos em que o requerente for uma cooperativa ou agricultor com contrato de arrendamento com o Estado.

Lino de Carvalho considera a proposta do Governo inconstitucional, pelas seguintes razões: «propõe-se claramente reconstituir o latifúndio e não eliminá-lo, como a Constituição continua a determinar (artº 81º, alínea h); artº 97º). Afasta as cooperativas e os trabalhadores do processo de audição na demarcação de reservas como afastou de todo o processo de elaboração da lei, violando o artº 101 da CRP que assegura a participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores na definição da política agrícola através das suas organizações representativas. Impede as cooperativas e os trabalhadores de serem respeitados os seus direitos em tribunal ou de serem notificados dos actos de Administração, violando o artº 20º da CRP (acesso de todos ao direito e aos tribunais) e o artº 268º, nº3, 4 e 5 da CRP».



# Intervenções

DOMINGOS ABRANTES

## O movimento operário

Camaradas:

Sobre a natureza, a composição e o papel revolucionário da classe operária, têm ao longo dos tempos surgido opiniões muito diversas. Há os que negam o papel revolucionário da classe operária, há os que defendem ter ela perdido importância social e há mesmo os que defendem estar a classe operária a desaparecer, por muito que a realidade o desminta.

O problema não é novo e reveste-se de grande importância teórica e prática. A discussão desta questão prende-se com a afirmação do papel da classe operária como principal e mais consequente força revolucionária da actualidade e a arrumação das forças sociais. Prende-se com a definição da natureza de classe do Partido e as suas formas de organização e intervenção. Esta é a razão por que o papel da classe operária tem estado e continua a estar no centro das batalhas ideológicas.

Esta questão mereceu importante atenção no decurso do debate preparatório do XIII Congresso e nas propostas de emenda chegadas à Comissão de Redacção.

Nas Teses apresentadas pelo Comité Central para debate no Partido, e agora Proposta de Resolução Política sujeita à apreciação do Congresso, diz-se que, embora se tenham verificado mudanças qualitativas na sua composição, não se verifica uma diminuição da classe operária, antes se observa a tendência para a sua ampliação, que a classe operária continua a ser a força social mais firme, consequente e dinamizadora na luta contra a política de direita e por uma alternativa democrática. É uma tese cuja validade a vida e a realidade quotidiana confirmam plenamente.

Mesmo quem adopte uma noção redutora e simplista de classe operária, assimilando-a a alguns dos trabalhadores do chamado sector secundário, não poderá concluir, se se basear na realidade, que a classe operária se está a extinguir ou tenha deixado de ser a força social determinante na luta pelo progresso social.

Se nos fixarmos em aspectos exteriores dos fenómenos, caímos em erro. Se não abandonarmos o princípio da interdependência das forças produtivas e das relações de produção, e se continuarmos a ter em conta que, hoje como ontem, o critério decisivo para determinar a pertença à classe operária continua a ser a relação face ao processo produtivo e aos meios de produção, estamos em terreno firme.

No decorrer da sua história, a classe operária, em consequência do desenvolvimento das forças produtivas, conheceu profundas transformações, quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo.

Em menos de um século, a classe operária, de força reduzida e dispersa, transformou-se num gigantesco exército, disputando o seu lugar na história através de uma luta heróica que marca decisivamente o sentido e o conteúdo da evolução social.

Com os avanços acelerados do progresso tecnológico, as fronteiras e a composição da classe operária



modificam-se mais rapidamente. Altera-se a correlação entre sectores económicos, o trabalho produtivo alarga-se a novos sectores e trabalhadores, modificam-se as condições de trabalho dos empregados e quadros técnicos, aumenta, na estrutura da classe operária, o peso relativo dos operários altamente qualificados e eleva-se o seu nível geral de instrução, aparecem novos grupos profissionais ligados a novos tipos de produção e actividade, profissões até agora classificadas como «intelectuais e quadros técnicos» têm uma diferente e maior intervenção no processo produtivo, operam-se importantes e significativas mudanças no conteúdo, funções e formas concretas do trabalho e, consequentemente, do papel do indivíduo na produção todo um conjunto de processos que ampliam os limites da classe operária.

Os marxistas consideraram sempre o desenvolvimento das forças produtivas como uma premissa objectiva de que deveria decorrer o progresso social. Os avanços técnico-científicos devem ser vistos no quadro das relações de produção e do ângulo dos seus efeitos sociais.

As transformações tecnológicas não anulam a essência exploradora do capitalismo. Ditadas pela ânsia do lucro, elas conduzem o alargamento das relações capitalistas a novas esferas de actividade, à generalização do regime de assalariado, ampliando o mercado da compra da mercadoria força de trabalho e a polarização social, assim também reforçando o papel da classe operária como força social fundamental da sociedade contemporânea.

As forças colectivas de trabalho, o carácter antagonico dos seus interesses com os do grande capital, a sua acção incessante e massiva em defesa dos seus interesses, a capacidade de assumir pela sua luta as reivindicações mais gerais dos trabalhadores e outras camadas determinam o enorme potencial combativo da classe operária.

A nossa experiência passada e recente é um exemplo exaltante do papel da classe operária na luta pela liberdade, pelo progresso social, pela democracia.

Camaradas:

No período que nos separa do XII

Congresso tiveram lugar importantes acções de massas contra a política de direita, abarcando uma vasta frente social de luta, contribuindo decisivamente para o isolamento social e as derrotas políticas do Governo PSD/Cavaco Silva.

No quadro do vasto e quase permanente desencadear de lutas de massas em 1989, de resistência à política do Governo, em defesa das conquistas democráticas, por melhores condições de vida, contra o pacote laboral, por acções de solidariedade, cabe um papel determinante à classe operária.

O facto de nas causas principais das lutas travadas avultarem as lutas por melhores salários e mesmo pelo pagamento de salários, a defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos, a defesa dos direitos individuais e colectivos e a defesa das nacionalizações, demonstra igualmente o papel determinante da classe operária no desenvolvimento da luta de massas.

É significativo do papel determinante da classe operária o facto de 70% dos conflitos colectivos terem tido como causa a contratação colectiva e de a imensa maioria das greves se ter registado ao nível das empresas industriais (71% de todas as greves de empresas).

A classe operária esteve na vanguarda da luta sectorial (62% de todas as lutas); nas lutas de empresa (cabendo 68% aos sectores operários, 24% ao sector de serviços e 6,4% aos quadros técnicos).

Camaradas:

A ampla frente social de luta contra a política de direita registou mudanças qualitativas significativas, reflectindo as alterações operadas na composição e arrumação das classes e camadas sociais. Lado a lado com a classe operária participaram, e, por vezes, tiveram um papel de grande relevo na evolução da luta de massas, importantes camadas de empregados, intelectuais e quadros técnicos.

A ampliação da frente social de luta, a diversidade que se regista na sua composição, coloca à classe operária novas e acrescidas responsabilidades.

Responsabilidades políticas, responsabilidades ideológicas, responsabilidades sindicais. No combate firme de classe, as teorizações pseudocientíficas que semeiam a confusão e o conformismo. Na procura infatigável da unidade de todos os trabalhadores e na convergência para a luta na base dos seus interesses de classe. Responsabilidades na defesa da democracia e na luta por uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, na luta pelo socialismo.

A classe operária saberá cumprir essas responsabilidades com confiança, dinamismo e capacidade de iniciativa.

O nosso Partido afirma-se, o nosso Partido é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. A nossa opção de classe é inequívoca, como inequívoca é a nossa opção pelo ideal comunista, entendido como ideal emancipador dos trabalhadores e dos povos de todas as formas de opressão e exploração.

CARLOS BENTO

## As batalhas políticas de 1991 e a luta por uma alternativa democrática

Camaradas:

Os actos eleitorais de 1991 - eleições para o Presidente da República e eleições para a Assembleia da República - dominam já e dominarão crescentemente nos próximos meses a actualidade política nacional.

O eleitoralismo e o critério do interesse eleitoral passam a comandar a actuação do Governo, as posições dos partidos, as atitudes dos líderes políticos e de opinião.

A Proposta de Lei da batota eleitoral e o faustoso plano de inaugurações anunciadas, do lado do Governo, a concentração do Congresso do PS na aprovação de um chamado Programa de Governo, que não é outra coisa se não uma plataforma para as eleições, testemunham de modo concludente esta frenética atmosfera eleitoralista.

Recusando o eleitoralismo, o nosso Partido tem que se preparar da maneira mais eficaz para estas batalhas políticas com o decidido objectivo de reforçar a sua posição eleitoral.

Nas batalhas políticas do próximo ano trata-se de avançar ou regredir na luta por uma alternativa democrática e é por isso indispensável dedicar uma atenção muito especial às componentes fundamentais desta luta com destaque para duas delas: a luta popular de massas e as alianças no plano social; a convergência e a unidade das forças democráticas, com destaque para a unidade de comunistas e socialistas.

O debate travado no Partido em torno das teses do Comité Central foi muito esclarecedor sobre o papel determinante da luta de massas e da objectiva aliança social que com ela se estabeleceu entre os trabalhadores e classes e camadas intermédias, na redução da base de apoio social, político e eleitoral do Governo de Cavaco Silva e nas derrotas eleitorais do PSD.

É imperioso que esta vasta aliança social objectiva se mantenha viva e adquira novas expressões. É necessário por isso incrementar de forma adequada a luta da classe operária e de todos os trabalhadores, mas é indispensável também dar a maior atenção e acompanhar solidariamente os descontentamentos e as aspirações das outras componentes desta vasta componente social antimonopolista e dar todo o apoio às suas organizações e movimentos.

É necessário estar alerta agora para as grandes operações de «charme» e demagogia dirigidas pelo Governo aos diversos sectores sociais que o têm combatido.

Há que colmatar igualmente evidentes insuficiências que se verificam na resistência e na réplica à intensificação da ofensiva contra-revolucionária do Governo em áreas fundamentais do regime democrático. É necessário encontrar novas formas de desmascaramento, de mobilização da opinião pública e de acção de massas e novos movimentos unitários que expressem e



dêem continuidade ao descontentamento popular.

Todos os esforços unitários são necessários, mas a questão decisiva da luta por uma alternativa democrática é a unidade de comunistas e socialistas. Para esta alternativa é que não há verdadeiramente alternativa.

O entendimento sério entre o PS e o PCP, é, tudo o indica e ao contrário do que o PS propagandeia, o único caminho para afastar a direita do Poder (aliás como se verificou na Câmara de Lisboa) e criar a base institucional de apoio a uma política e a um Governo democrático. Mas o PCP não alimenta ilusões a este respeito. Entendemos que para chegar a esse entendimento é necessário um trabalho árduo que implica a transformação da unidade numa aspiração popular e exige um PCP forte, capaz de dialogar com o PS de igual para igual, com a clara afirmação da sua natureza de classe e as suas características políticas e ideológicas.

A experiência demonstra que a unidade não se faz com pachos quentes. O PCP adquiria uma gravíssima responsabilidade perante os trabalhadores e perante todo o nosso povo se contribuisse para o branqueamento das responsabilidades do PS no avanço da direita, da sua tendência para continuar a entender-se e aliar-se com ela nas questões mais decisivas como aconteceu na última revisão da Constituição. A Alta Autoridade Para a Comunicação Social, as privatizações, a tentativa de liquidação total da Reforma Agrária, a lei da batota eleitoral de Cavaco Silva aí estão de dedo acusador apontando ao PS. Mais recentemente aí está também o novo projecto de Programa de Governo do PS com soluções de direita semelhantes às do PSD.

O que visivelmente impede a unidade e bloqueia a saída consistente na luta por uma alternativa democrática são as infundadas concepções bipolarizadoras, hegemónicas e dominadoras do PS em relação às forças democráticas, incluindo o PCP, e a sua persistente abertura para alianças com as forças de direita.

Importa, no entanto, salientar que as amargas experiências que estas concepções e orientações acarretaram no passado para o PS e o conjunto das forças democráticas, alia-

das ao novo clima de diálogo e relacionamento existente entre os dois partidos, especialmente depois das eleições autárquicas, levam-nos a insistir com determinação nas propostas de convergência e unidade democráticas no momento em que são particularmente notórios os sinais de dificuldades e de declínio do Governo e do PSD.

É este o sentido da plataforma para uma alternativa democrática apresentada no texto da Proposta da Resolução Política que temos em discussão. É também este o sentido de recente disponibilidade afirmada pelo nosso Partido de examinar com o PS o Programa para um Governo democrático.

No terreno propriamente eleitoral confirma-se plenamente a previsão das Teses de que a primeira batalha com vista às eleições de 1991 teria como objectivo contrariar uma revisão antidemocrática da legislação eleitoral desencadeada pelo Governo. Estamos já no centro dessa batalha que implica a total mobilização das forças democráticas e uma poderosa campanha de esclarecimento junto da opinião pública.

É oportuno lembrar que no século passado os monárquicos fizeram uma lei para impedir à viva força que os republicanos fossem eleitos para o Parlamento. Ficou conhecida pela «ignóbil porcaria». Agora Cavaco Silva apresenta uma proposta para assegurar que o PSD mantenha a maioria dos deputados, mesmo perdendo uma parte considerável da votação, para reduzir drasticamente a representação parlamentar do PCP e número de partidos representados na Assembleia. Há que dizer que desta vez é uma ignóbil cavaquise.

Esta lei ignóbil carece, no entanto, na parte mais inovadora - a manipulação dos círculos - de uma maioria de dois terços, o que confere especiais responsabilidades ao PS. Esperemos que o PS que já fez a figura de aprendiz de feiticeiro em relação à Alta Autoridade para a Comunicação Social, não o faça também em relação a esta lei de batota eleitoral, para a qual abertamente contribuiu pelas suas posições na revisão da Constituição.

A Proposta de Resolução Política na parte relativa às eleições para a Presidência da República comporta um aditamento em relação ao quadro de referências para as decisões a tomar pelo Partido onde se inclui a ponderação de uma eventual candidatura na área do PCP. Seja qual for a decisão (e ela não pode ser muito protelada) parece essencial que a intervenção do PCP nestas eleições revista o carácter de uma definição muito clara sobre o exercício da Presidência da República num quadro de política nacional onde se têm acentuado as tendências governamentalizadoras e num quadro externo onde as questões de soberania e independência nacional adquirem crescente importância.

A opção tomada depois dos debates preparatórios do Congresso de se apontar como primeiro objectivo nas eleições para a Assembleia da República «reforçar as posições do PCP e dos seus aliados, condição essencial para transformar uma maioria democrática de votos e mandatos numa maioria política», traduz o decidido empenhamento do Partido nestas eleições. Uma tal opção deve ser obrigatoriamente acompanhada de um conjunto de novas iniciativas políticas de resposta aos problemas nacionais, a adequada divulgação do importante trabalho desenvolvido pelo PCP na Assembleia da República e escolha criteriosa dos candidatos a apresentar ao povo português.

Os resultados alcançados, nas condições mais adversas, pelo nosso Partido no quadro da CDU, nas eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais mostram que o objectivo de reforçar a posição eleitoral do PCP nas eleições de 1991, está ao nosso alcance. Fica-o ainda mais com as energias fortalecidas, as orientações reajustadas e as estruturas de direcção renovadas que saem deste Congresso Extraordinário.

# Intervenções

CARLOS ABREU

## Alguns traços do capitalismo

Camaradas:

Como se afirma no Projecto da Resolução Política, «uma visão objectiva do socialismo não pode desligar-se também da realidade coexistente do capitalismo, do sistema mundial do imperialismo, o qual, mesmo onde e quando possa apresentar índices parcelares de superioridade, evidencia ao longo do século e na actualidade o seu intrínseco carácter explorador e anti-humano».

É um erro que se cometeu amiúde fazer uma abordagem maniqueísta da oposição socialismo/capitalismo, uns tudo branco e bom, outros tudo negro e mau. Sem dúvida existem nos países capitalistas, mais desenvolvidos, aspectos que são superiores ao socialismo. Aliás, alguns deles devem-se directamente à influência do socialismo e à luta tenaz das massas trabalhadoras. Mas no momento actual - quando os fenómenos negativos surgidos nos países socialistas estão no centro da atenção - desenvolve-se, não só cá como nos próprios países socialistas, uma perigosa tendência para idealizar o capitalismo, escamoteando as realidades precisamente essenciais, tendência que desemboca no oportunismo. Não podemos aqui fazer uma análise multilateral. Apenas chamamos a atenção para alguns factos nus e crus.

O capitalismo não se limita aos seus países mais desenvolvidos, antes abarca a quase totalidade dos países do chamado Terceiro Mundo. **A polarização da riqueza e da miséria no quadro do sistema mundial do imperialismo cava um abismo crescente entre os países capitalistas desenvolvidos e os seus parentes pobres do Terceiro Mundo.** Responsável, é a exploração colonial do passado e a exploração neocolonial do presente.

Se países mais ricos (como os EUA, a RFA, o Japão) têm um PIB per capita da ordem dos 13.000, 11.000, 10.000 dólares - a Índia ou o Zaire pouco ultrapassam os 200, as Filipinas os 800, El Salvador os 500. Este fosso alarga-se: há 30 anos, a correlação entre os volumes da produção global per capita era de 10 para 1; hoje degradou-se para 14 para 1.

Na parte subdesenvolvida do mundo capitalista a fome atinge 700

a 800 milhões de seres humanos, 1,5 mil milhões carecem de assistência médica, 1300 milhões vegetam na miséria. Na maior parte de África e em numerosos países da América Latina, o rendimento médio recuou 10% a 25% durante a década de 80 e um pouco por todo o lado os orçamentos da saúde e da educação sofrem cortes drásticos de respectivamente, 50% e 25% nos 37 países mais pobres do planeta. Em cada minuto do ano passado morreram no Terceiro

Mundo 30 crianças por falta de alimento, isto é: mais de 40 mil por dia ou 14 milhões no ano - uma mortandade equivalente à que seria causada por 180 bombas atómicas idênticas à de Hiroshima ou, para 5 anos, mais do dobro dos mortos da Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, um punhado de magnates, cúmplices do imperialismo, nadam na opulência, inclusive pelo lucrativo negócio da droga de que uma boa fatia vai para os cofres de muito respeitáveis bancos suíços, americanos, etc., enquanto a esmagadora maioria da população leva uma vida miserável. Em África, 40% da população activa em 1985 estava desempregada, mais de metade da população não podia satisfazer as necessidades básicas de habitação, água potável e artigos de primeira necessidade - enquanto uns tantos Mobutus vivem no fausto e acumulam riquezas imensas no exterior. No Brasil, paraíso de multimilionários, o Nordeste bate o recorde da mortalidade infantil com 100 mortos por mil nascimentos, 25 milhões de jovens brasileiros menores de 18 anos vivem na pobreza, dos quais mais de 11 milhões completamente despojados.

Desde há longos anos que o mais grave garrote a estrangular os países subdesenvolvidos é a sua astronómica dívida externa: era de 75 mil milhões de dólares em 1970; em 1987 subira para mais de 1 bilião e 200 mil milhões de dólares. Em 1989 o Norte rico concedeu às outras regiões do mundo capitalista somente 0,35% do seu PIB, quase 48 mil milhões de dólares; mas nesse mesmo ano recebeu a título de serviço da dívida 178 mil milhões de dólares. Cabe perguntar: «Quem ajuda quem? Quem financia quem?». O Brasil teve em 1985 um

PNB de 354 mil milhões de dólares e a sua dívida externa era de 124 mil milhões; mas de 1972 a 1985 pagou 176 mil milhões, isto é mais 52 mil milhões que o montante da dívida. Os juros da dívida pagos pelo Brasil em 1988 correspondem a 266 milhões de salários mínimos mensais, ou a quase 82 mil salas de aula ou alojamentos para 30 milhões de pessoas. Cada criança da América Latina e Caraíbas está já individualizada ao nascer em 30 mil dólares.

Este verdadeiro saque e chacina dos povos do Terceiro

Mundo soma-se ao aumento da exploração nos próprios países capitalistas desenvolvidos: **também aí a polarização da riqueza e da miséria é um facto cada vez mais gritante.** Nos EUA em 1983 as 500 mil maiores firmas, com receitas superiores a um milhão de dólares cada, eram apenas 3,6% do total de mais de 15 milhões, mas recebiam mais de 86% das receitas globais de todas as firmas tomadas em conjunto. Em 8 anos apenas os activos dos 100 maiores bancos do mundo foram multiplicados 2,5 vezes, activos que representam cerca de 3 vezes o total das exportações mundiais. Só no decénio 1975-1985 os lucros das multinacionais norte-americanas superaram 4 vezes os seus investimentos. De 1977 para 1987 os ganhos das 500 maiores corporações dos EU subiram de 41 para 66% do total das receitas, apesar de ter diminuído o volume de vendas e o número de operários. Que admirar que em 1983, nos EUA, 0,5% das famílias tivesse quase 30% de toda a riqueza privada, e que em 1984 os 400 homens mais ricos dos EU valessem só por si 125 mil milhões de dólares, o equivalente à poupança de todos os outros 126 milhões de cidadãos norte-americanos?! Que admirar que na Grã-Bretanha os 5% mais ricos tenham 40% de toda a riqueza privada e os 50% mais pobres apenas 7%?! E que os 200 ingleses mais ricos pesem 48 mil milhões de libras, quase 10% do PNB, e só de 1988 para 1989 tenham enriquecido em mais de 10 mil milhões de libras?! Que admirar que de 1980 a 1987 os lucros brutos da exploração de empresas não financeiras em França tenham passado de 37 a 42% do valor acrescentado enquanto a parte da riqueza nacional correspondente a salários baixou de 57 para 53%?! E que na Bélgica os 44 mil mais ricos contribuintes (1% do total) tenham uma fortuna declarada igual a 25 vezes a do belga médio?! Revolução científico-técnica, novas tecnologias, sim, desempenharam o seu papel para esta explosão dos lucros e fortunas, mas ela significa a riqueza imensa de uns poucos e a miséria crescente de muitos. Na CEE, continua a haver mais de 15 milhões de desempregados e a pobreza sobe, nos anos 80, de 35 para 40 milhões de pessoas. Nos poderosos EUA, com cerca de 8 milhões de desempregados, há mais de 32 milhões de pobres oficialmente registados. O salário mínimo/hora de 3,35 dólares não foi elevado desde há 8 anos período em que perdeu 1/4 do seu valor. Nos anos 80, nos EU o património possuído por cerca de 1 milhão de famílias milionárias aumentou em média 40% enquanto o de 90 milhões de lares diminuiu mais de 10%. Em França, num relatório de 1988 do Socorro Católico, afirma-se:

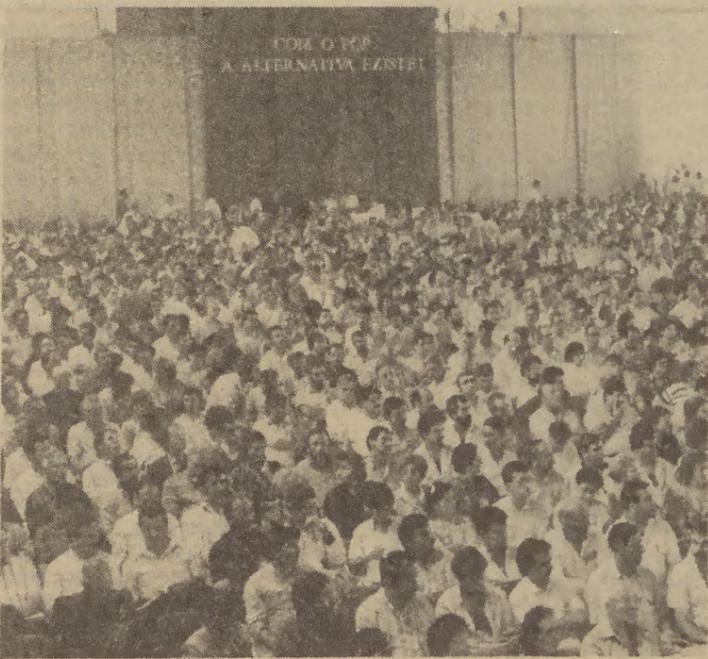


«Desde há mais de 10 anos que a pobreza cresce». E outro relatório recente conclui: «Os pobres são cada vez mais pobres e cada vez mais numerosos». O número dos assalariados com contrato precário quase que triplicou em França em 12 anos e, só em 1988, dos 9 milhões de contratos de trabalho assinados apenas 1 milhão eram de emprego firme. De 1981 a 1987, nos EU, o volume dos salários subiu menos de 50%, enquanto o volume dos lucros cresceu mais de 142%; no mesmo período o número de postos de trabalho a tempo incompleto aumentou 2 vezes mais rapidamente que os empregos a tempo completo. Em Montreal, Canadá, 20 mil pessoas só podem comer recorrendo à «sopa dos pobres». É com base em dados recentes da OCDE que o circunspecto *Financial Times* pode resumir: «Se os anos 80 foram surpreendentemente bons para os ricos, também foram sumamente miseráveis para a maioria dos pobres.»

Camaradas: Permitam-me ainda algumas palavras sobre os slogans da «**democratização do capitalismo**», a «**socialização do capital**», o «**capitalismo popular**», que nem por serem velhos e estafados deixaram de se ouvir e de haver pessoas, até de partidos comunistas responsáveis, que os repetem como papagaios. Já em 1916 Lênine desmontara estas patranhas: A «democratização» da posse das acções, da qual os sofistas burgueses e os pretensos sociais-democratas que são oportunistas esperam (...) a «democratização do capital» (...) é na realidade um dos modos de reforçar o poder da oligarquia financeira.» No tempo de Lênine bastava 40% das acções para que se dominasse uma grande empresa. Hoje, no Reino Unido basta 22%, nos EU 10,7% e em França 35%. Mas a tendência é para baixar ainda mais o volume desse «pacote de controlo» ou «núcleo duro». Ora, o grau de concentração e poder dessa ínfima oligarquia financeira é hoje tal que, em 1983, nos EU menos de 1% das famílias têm nas suas mãos 80% das acções industriais; na Grã-Bretanha 2,8% possuía 79% das acções de todas as companhias.

Camaradas:

Em quantos crimes, injustiças e sofrimentos indizíveis, se amasaram os alicerces do capitalismo! É para defender isto que a história do capitalismo está marcada pelas guerras, a violência, o terror. Mas os explorados e oprimidos não deixaram nunca de lutar pela sua emancipação, que é a de toda a Humanidade. E com eles estiveram, estão e estarão sempre os comunistas, olhos postos e confiantes na nova sociedade, o socialismo.



JERONIMO DE SOUSA

## A democracia e os direitos dos trabalhadores

Camaradas

No curso das nossas Teses a questão da defesa, da existência real e do exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores assume grande relevância, tanto na perspectiva do progresso e da justiça social como na sua estreita ligação com a democracia por que nos batemos.

Afirmámos no nosso programa e a vida está a demonstrá-lo, que a ofensiva contra as conquistas económicas e sociais seria inevitavelmente acompanhada pela ofensiva à democracia política.

No processo de revisão constitucional quis o Governo Cavaco Silva mutilar e limitar o direito ao trabalho e à segurança no emprego, à greve e os direitos de intervenção e participação dos trabalhadores a diversos níveis. Não o conseguiu!

Mas através do pacote laboral, com medidas e orientações para as empresas do Sector Empresarial do Estado e na Administração Pública, procura reduzir ao mero formalismo os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores que a Constituição consagra. O carácter anti-social do Governo dá ânimo ao patronato, ânimo tão grande que o levou a apresentar à CGTP-IN e à UGT não um pacote mas um contentor de propostas de liquidação do edifício jurídico-laboral, piorou a lei dos despedimentos, a lei dos seis meses, das associações sindicais, das comissões de trabalhadores, das férias, feriados e faltas, numa manifestação inequívoca de tentativa de recuperação das parcelas do domínio perdido com Abril e com a democracia! Derrotados neste aspecto, avançam para o terreno. Em centenas de empresas do país, o crescimento acelerado da precariedade do trabalho sob formas cada vez mais diversificadas, tornando-o inseguro e socialmente desvalorizado, desprotegido e profissionalmente desqualificado, facilita a chantagem e a repressão patronal e em última análise, condiciona a existência e o exercício da liberdade sindical e das comissões de trabalhadores. Fazer greve, inscrever-se num sindicato pode hoje em muitas empresas significar despedimento!

São cada vez maiores as pressões económicas, sociais e psicológicas para levarem os trabalhadores a vender os seus direitos e regalias e os seus próprios postos de trabalho. Ressurge de novo o fenómeno dos salários em atraso, acentua-se o trabalho clandestino e a chaga social da exploração de mão-de-obra infantil mantém-se como escandalosa realidade.

Em muitas zonas do País há trabalho mas não há emprego. Há trabalho mas não há direitos, alargando-se as manchas de pobreza e as cintururas dos excluídos. Nas empresas onde se mantém uma forte organização dos trabalhadores, tanto o Governo como o patronato procuram transformar o exercício dos di-



reitos colectivos não numa realidade e num património da democracia, mas numa operação de alto risco para os que os exercem, através das discriminações salariais e profissionais dos representantes eleitos pelos trabalhadores, dos processos de intimidação e repressão.

É significativo que em todos os processos de privatização em curso, o Governo tente sempre liquidar direitos e conquistas alcançados pelos trabalhadores, tente simultaneamente transformar a liberdade da negociação da contratação colectiva e o direito ao controlo de gestão em letra morta.

Para prosseguir a sua ofensiva contra as transformações económicas resultantes de Abril, o Governo tem de suster, limitar e liquidar as conquistas e as transformações sociais. Feridas estas é a própria democracia política a ser atingida na sua dimensão real, humanista, libertadora e participativa, com marginalização dos seus principais destinatários.

Em correspondência com as reclamações e reivindicações dos trabalhadores, o PCP apresentou na Assembleia da República projecto-lei de redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, de combate à exploração de mão de obra infantil e à discriminação salarial dos jovens trabalhadores, e bateu-se contra o pacote laboral. No mesmo sentido, exercemos o direito de marcação para o próximo dia 12 de Junho a fim de debater o nosso projecto-lei de combate às discriminações dos representantes eleitos pelos trabalhadores. E na recente revisão constitucional fomos o Partido que mais propostas apresentou para dar dimensão ao reforço dos direitos dos trabalhadores.

Mas tal como afirmamos nas nossas Teses, o PCP não se limita a propor medidas que constituem reivindicações centrais dos trabalha-

dores portugueses. Intervém activamente na luta e no trabalho pela sua concretização e mobiliza os trabalhadores para a intervenção directa, activa e permanente. Empenhados nessa acção e nessa luta estão milhares de militantes comunistas, milhares de eleitos nas empresas e nos sindicatos que se assumem, não como figurantes, mas como protagonistas da transformação social, da defesa dos direitos dos trabalhadores, da defesa dos valores e das transformações de Abril e da democracia. E no entanto a maré não está a nosso favor! Mas como poderíamos nós hoje abdicar da defesa e do exercício dos direitos mais avançados e mais modernos dos trabalhadores portugueses, quando para os alcançar ainda lutam milhões de trabalhadores, incluindo os da própria CEE quando no nosso Programa para uma democracia avançada no Limiar do Século XXI tais direitos são alicerces da sociedade em que nós estamos?

Que melhor exemplo incentivador pode haver, camaradas, quando verificámos nos últimos três meses, numa época em que o Partido foi e é fustigado pela ofensiva ideológica da direita, no momento em que algumas vozes nos convidam a habitar o pântano do conformismo, que são os trabalhadores ali na Siderurgia Nacional ou na Caixa Geral de Depósitos, na TAP ou na Carris, na CP ou na Covina, na Casa Hipólito ou na Setenave, na Alcatel, na AEP ou na Robbialac, a apoiar, a reforçar, quase sempre com maiorias absolutas, as listas unitárias para as CT's identificadas e apoiadas pelo PCP, listas unitárias que, sem equívocos, defendem os direitos dos trabalhadores e uma democracia participada e participativa.

Os candidatos a coveiros e os profetas da desgraça que anunciam o declínio e o desaparecimento do PCP, que se desiludam!

A chave do segredo deste grande colectivo, do Partido Comunista Português, é continuar permanente e fundamentalmente ligado aos trabalhadores e às massas populares, é assimilar a sua experiência e sabedoria, é defender os seus interesses e aspirações associando o seu projecto político à vida e à luta.

Por isso o PCP tem sido e é uma força necessária, indispensável e insubstituível dos trabalhadores, do povo e da democracia portuguesa.

O Congresso decidirá! Mas temos uma grande confiança que é este Partido que continuaremos a ter e a ser neste nosso tempo e no futuro que aí vem!

XIII  
CONGRESSO  
EXTRAORDINÁRIO  
PCP

COM O PCP  
A ALTERNATIVA  
EXISTE!

Partido Comunista Português

1 a 10 de Junho

Campanha de informação em todo o País

— as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do PCP

● Iniciativas públicas de esclarecimento

(sessões e outras actividades)

● Acções de propaganda

(bancas, brigadas móveis, colagens, meetings à porta das empresas, distribuições em mercados e feiras, contactos porta-a-porta, etc.)

Materiais de apoio:

● Resolução Política do XIII Congresso

● Jornal de 8 páginas

● Manifesto do Congresso

● Cartaz

● Cassete para propaganda sonora

● Cartaz da Festa do «Avante!»

**Desculpas**

Toda bipolarizadora, a TV não podia deixar de, logo após findar o Congresso do PS — onde a tónica anti-laranja sublinhou os discursos — ir a correr falar com o Primeiro-Ministro. A propósito de projectos, também. Como se PS e PSD tivessem ambos entrado na corrida, a ver quem chagava primeiro às urnas. Ora, como é de uso, Cavaco escolheu atalhos. E, com a TV a ajudar, espalhou projectos em frente do telespectador incrédulo. Que a coisa era de monta, dizia ele. Na Ponte, ia abrir já no Verão a quinta via... encolhendo as outras quatro e retirando o separador. O passo de caracol das bichas vai transformar-se no passo de caracol para os condutores não chocarem uns com os outros... Que ia haver uma espécie de... coiso, diga lá, ó ministro, uma viaduto, um tapete rolante, uma coisa assim para ligar Alcântara-mar a Alcântara-terra... O repórter bebia as palavras de ambos os ilustres membros do Governo. E, solícito, quis saber como é que, de repente, depois de tanto marasmo, ia haver essas novidades todas em obra de transporte. Cavaco sorriu de lado. E explicou: Bem, primeiro tinha havido a ditadura: depois houve a guerra do «ultramar», depois uma data de governos em tão poucos anos. Só então o cavaquismo pôde deitar mãos à obra. Pois. O PSD esteve dezenas de anos arredado do Poder...

**Falta de vista**

Os semanários de direita fartam-se de gabar dos seus bons ouvidos. Que uma fonte lhes disse. Que outra lhes contou. Que o fulano disse. Que cicrano confirmou. E assim tecem «notícias» sobre «acontecimentos», tudo muito «fidedigno» e sempre de «fonte» encoberta pelo sigilo, porque, paradoxalmente, para eles, a alma da notícia é o... segredo. É fácil assim fazer. Porque nunca se sabe quem o disse o quê, quem é quem e o que lhe aconteceu. Mas com as imagens é outra loiça. E se, no caso dos nomes e das palavras, os leitores podem ficar um tanto confusos, já com as fotos não é assim. Uma data de semanários caíram na esparrela, mostrando a leviandade com que se trata o material informativo. Um deles, o «Expresso», publicou muitas caras de dirigentes do PCP. E confunde nada menos que José Soeiro com Ernesto Cartaxo e Henrique de Sousa com outro militante do Partido. Já antes, Jorge Araújo aparecia com a foto trocada. O semanário rectificou no que respeita a José Soeiro e a Jorge Araújo, mas esqueceu-se de o fazer em relação a Henrique de Sousa. A falta de vista deve estar a alastrar aos ouvidos.

**Inteligência**

Um vespertino de noutro dia titulava alegremente, comendo quase toda a

**Pontos Cardeais**

primeira página: «Portugal poderá ser líder», «Vamos ter sete edifícios inteligentes!» Já que Portugal não tem podido ser líder em quase nada — e que há até quem se regozije com isso, é ver como no Porto alguns comemoraram freneticamente a derrota do Benfica... —, e se acostuma a ser apenas o líder da inflação e o primeiro a contar... do fim, isto de ser líder simultaneamente na inteligência e no edifício deixa-nos a suspeita de que estes projectos, onde andam de braço dado instituições estatais com as mais privadíssimas empresas, será da iniciativa de Cavaco.

Isto porque o PSD no Governo é mestre em soluções rápidas para problemas que se arrastam há longos anos. Se o insucesso escolar não pára de crescer e se a habitação nunca mais chega, porque não matar dois coelhos de uma cajadada? Constroem-se uns edifícios inteligentes e pronto!

**Desconfiança**

Mas há quem desconfie. Das obras, dos projectos, das promessas governamentais. Alguns até das instituições portuguesas

no seu conjunto, o que é mais grave. Ainda há pouco dias, numa reportagem curta e televisada, havia gente cansadíssima dos ruídos que se fazem nesta vida pacata. Barulhos de discotecas, de tráfego, disto e daquilo. Que se tinham já queixado muito. À Junta de Freguesia, à Câmara, ao Governo Civil, à Assembleia da República, ao Governo, aos Tribunais. Tinham corrido tudo o que era órgão de soberania. E agora iam fazer queixa à... Europa! Também a Comissão de Utentes da Linha de Sintra, segundo notícia vinda a lume, decidiu dirigir-se, para além da Assembleia da República, ao Parlamento Europeu. Para que se faça um inquérito às condições de segurança da linha. Talvez porque, quando a administração da CP dá conta de um desastre, afirma logo que se tratou de «erro humano», mesmo antes de concluir o inquérito.

*Guerra Fria*



**Gazetilha**  
por *Ignotus Sum*

**Está à vista!**

São muitos e não pequenos os jogos eleitorais. Perde mais quem pode menos ganha mais quem pode mais...

Também se vê logo assim tendo o projecto na mão quem lhe deve dizer sim quem lhe deve dizer não...

Agora, quem se enganar dando o sim em vez do não, pois manda logo rezar dez missas por intenção...

Cavaco é quem trama o jogo e assim nas contas finais quem perde mais, vê-se logo, está à vista quem ganha mais...

**Governo-lobby**

Nos antros da economia lobby contra lobby é a lei hegemonia maquia e o mais que não digo e sei...

Até se lê nos jornais cousas do diabo a sete habituais pessoais onde o Governo se mete...

Conclui o poeta abalado que os altos interesses não tem: tão no «fado» engalfinhado Governo é lobby também...

**Ministério ensarilhado**

A Saúde não era uma beleza quando a Beleza se foi embora. Alguns pensavam com certeza que o escândalo, com ela, desse o fora.

Leonor foi para a rua o escândalo continua o abutre voa os seus voos tontos de milhares de contos de fraudes em cachão e fugas à prisão...

Leonor, a quem o fado tão mal quer, valha-te S. Francisco Xavier!

**Bipolarização**

O Cavaco acena, acena, com a bipolarização uma cavaqueira amena e cheia de sedução...

Ora eu e ora tu assim sucessivamente. O rei, p'ra não andar nu, põe um manto transparente...

Eu oiço o que diz o tal e logo entendo depois: o que ele quer afinal é uma ditadura — a dois...

# Agenda

**Avante!**

Ano 60 — Série VII  
N.º 858  
31 de Maio de 1990  
4.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

**PCP**

## TEMPOS DE ANTENA

**RDP** — Antena Um — 5 de Junho,  
após o noticiário das 13 horas

**RTP** — Canal Um — 7 de Junho,  
após o Telejornal

## Excursão à Festa da Alegria Braga — 13 a 15 de Julho

Como é habitual, mas este ano integrada na Campanha dos 150 mil contos para o terreno da Festa do «Avante!», a Comissão Concelhia de Almada promove uma excursão à Festa da Alegria.

Por apenas 10 880\$00, dizem os nossos camaradas que seremos transportados em autocarro de luxo, dormiremos duas noites em hotel de 3 estrelas e temos garantido o Bilhete de Ingresso no Parque Municipal de Exposições de Braga, onde a Festa da Alegria vai decorrer durante três dias.

Além disso, atravessaremos meio-Portugal (passando por Lisboa, Leiria, Coimbra, Porto, Famalicão) e no domingo, na região de Braga, teremos oportunidade de visitar o Bom Jesus, o Sameiro, Guimarães.

Mas o mais aliciante, notam os camaradas de Almada, é o «elo de fraternidade, o espaço de iniciativa cultural e de convívio, lugar de encontro de democratas» que a Festa da Alegria sempre constituiu, o que todos os que já lá estiveram não se esquecem de assinalar.

A Comissão de Fundos da Comissão Concelhia de Almada dá mais informações — e faz as reservas.

## CONVÍVIO CASTELO DE S. JORGE 1 Junho — a partir das 20 h com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**

**PCP**

*Música popular portuguesa pelo grupo Terra Viva.  
Poemas de Ary dos Santos ditos por Rogério Paulo e Mário  
Pereira  
Apresentação de Moraes e Castro*

XIII  
CONGRESSO  
EXTRAORDINÁRIO  
PCP  
LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990

**COM O PCP  
A ALTERNATIVA  
EXISTE!**

Partido Comunista Português

## TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO

N.º \_\_\_\_\_ Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro  
Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de

**Esc. 1000\$00**  
(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa do «Avante!»

**150**  
mil Contos  
para o Terreno  
da festa  
Organize com a Campanha

## Jornada de divulgação das conclusões do XIII Congresso

A Jornada começa já neste fim-de-semana, a partir de um plano nacional de trabalho do Partido. Noutro local do «Avante!» estão detalhados objectivos e as grandes linhas da campanha.

Quanto às realizações previstas, apenas três direcções distritais — as de Aveiro, Faro e Beja — nos enviaram informações, que abaixo se transcrevem.

Por seu lado, a ORL anuncia o *convívio de amanhã, dia 1, no Castelo de S. Jorge, com a participação de Álvaro Cunhal* como o início da Jornada na cidade de Lisboa, e promete uma outra grande iniciativa (esta com a participação de Carlos Carvalhas) para a encerrar, no fim do mês. Em Vila Real a Comissão Distrital reúne no próximo sábado com o funcionamento democrático, nova estruturação orgânica e maior responsabilização dos militantes».

### \* Aveiro

Distribuição de materiais e brigadas de propaganda e esclarecimento em praias, mercados e à porta das empresas com o seguinte calendário: — sábado de manhã no mercado de Águeda; à tarde nas praias da Barra, C. Neva e Vagueira;

— domingo nas praias da Terreira, Furadouro, Esmoriz e Cortegaça;

— segunda-feira na feira de Espinho e em empresas de Ovar;

— terça-feira em empresas da Feira;  
Quarta-feira em empresas de S. João da Madeira.

### \* Beja

Neste distrito estão previstas diversas iniciativas no período de 1 a 10 de Junho: distribuições de documentos, plenários e militantes, sessões públicas, convívios. Aqui fica o que está programado até à próxima quarta-feira:

— sexta-feira — plenários de militantes em Ervidel, Messejana, A do Pinto e Serpa, todos às 21.00; em Brinches às 19.00. Em Ficalho realiza-se uma sessão pública, às 21.30, na Sociedade;

— sábado — sessões públicas em Aljustrel (no Sindicato Mineiro) e em Valvagro (no Centro Cultural), ambas às 15.00, e em Vila Nova de S. Bento às 17.00.

— segunda-feira, em Montes Velhos, plenário de militantes (às 21.30 no Centro de Trabalho);

terça-feira — plenários de militantes em Conceição (Ourique) e Panóias;

— quarta-feira às 20.30, plenário de militantes em Aldeia de Palheiros.

### \* Faro

Além de acções de propaganda e esclarecimento junto da população a organização do Partido promove nos próximos dias reuniões gerais de militantes nas seguintes localidades:

— sexta-feira às 21.30 em Portimão e Faro;  
— sábado às 16.00 Monchique e Oihão.

# TV **O Programa**

**Quinta**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez (inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)  
12.05 - A Gata Comeu (16ª epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Um Anjo na Terra (44ª epis.)  
14.15 - O Mundo Animal (67ª epis.)  
14.45 - Ponto Por Ponto



- 15.30 - Matinée - «Corrupção», real. Fritz Lang (EUA/1953, 90 min.)  
17.30 - Brinca Brincando  
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo (18ª epis.)  
19.00 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vale Tudo (124ª epis.)  
21.15 - Espião no Purgatório (série, 1ª epis.)  
23.05 - Conversas Vadias (13ª progr.)  
23.30 - Murphy Brown (8ª epis.)  
00.05 - 24 Horas  
00.40 - Remate  
00.50 - Cartas de Humor

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal  
14.15 - Espaço Infantil  
14.45 - Filhos e Filhas (481ª epis.)  
15.10 - Agora, Escolha!  
16.30 - Os Centuriões (9ª epis.)  
17.10 - Retratos da Madeira  
17.30 - Os Desafios da Lei (9ª epis.)  
18.15 - Telemercado  
18.30 - Meu Pé de Laranja Lima (111ª epis.)  
19.10 - Espaço Infantil  
19.45 - Clássicos da TV - «Reviver o Passado em Brideshead» (9ª epis.)

- 20.40 - Via Rápida  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Emoções (18ª epis.)  
21.55 - Hora da Verdade  
22.55 - Quinta Dimensão (25ª epis.)  
23.15 - Universidade Aberta

**Sexta**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Gloss (47ª epis.)  
14.20 - O Mundo Animal (68ª epis.)  
14.45 - Ponto Por Ponto  
15.40 - Matinée - «O Homem da Máscara de Ferro», real. Mike Newell (EUA-GBR/197, min.)  
17.30 - Juntos e ao Vivo - Dia Mundial da Criança  
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo  
19.00 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vale Tudo  
21.15 - Miller e Mueller (série, 1ª epis.)  
22.15 - O Rosto da Notícia  
23.20 - Chefe, Mas Pouco (42ª epis.)  
23.50 - 24 Horas  
00.25 - Remate  
00.35 - Cartas de Humor  
00.40 - Pela Noite Dentro - «Francisca», real. Manoel de Oliveira (Port/1980, 166 min.)

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal  
14.15 - Espaço Infantil  
14.35 - Filhos e Filhas  
15.00 - Agora Escolha!  
16.20 - Heróis (6ª epis.)  
16.55 - De Comboio até ao Kilimanjaro (2ª epis.)  
17.50 - Magazine Musical  
18.15 - Telemercado  
18.40 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.25 - Espaço Infantil  
19.50 - As Cidades e as Terras  
20.20 - Bucha e Estica (9ª epis.)  
20.40 - Via Rápida  
21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - D. Belja (36ª epis.)  
23.00 - Rotações  
24.00 - Haja Música

**Sábado**
**RTP1**

- 09.00 - TV Rural  
09.25 - Meu Querido Sábado  
12.30 - Grandes Tormentos (17ª epis.)  
13.00 - Notícias  
13.10 - Saga da Canção Francesa - Serge Gainsbourg  
14.05 - Parlamento  
14.35 - O Barco do Amor (3ª epis.)  
15.30 - Vivamúsica  
16.30 - Sessão da Tarde - «A Carga da Brigada Azul», real. Raoul Walsh (EUA/1964, 112 min.)  
18.10 - Viagem Infinita (6ª epis.)  
19.10 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.15 - Boletim Meteorológico  
21.30 - Poirot (2ª epis.)  
22.25 - Concurso Miss Universo  
00.35 - Cinema da Meia Noite - «Christine, o Carro Assassino», real. John Carpenter (EUA/1983, 106 min.)

**RTP2**

- 09.00 - Universidade Aberta  
10.15 - Caminhos  
10.45 - Zona Jazz  
11.35 - Um Lar para os Animais (10ª epis.)  
12.25 - Telemercado  
12.50 - Revista Tauromáquica

- 13.25 - Cine-Sábado - «O Homem que Matou Liberty Valence», real. John Ford, interpr. James Stewart, John Wayne (EUA/1962, 117 min.)  
15.15 - Estádio  
19.00 - Primeiro Jornal  
19.10 - Arca de Noé  
19.55 - Contos Populares Europeus (9ª progr.)  
21.30 - Estádio/2ª Edição  
23.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

**Domingo**
**RTP1**

- 09.00 - Domingão (programa infantil)  
11.15 - 70 x 7  
12.00 - Missa  
13.00 - Notícias  
13.10 - Espaço 1999 (18ª epis.)  
14.00 - Simple Minds em Verona  
15.00 - Desenhos Animados  
15.10 - Primeira Matinée - «Um Momento, Uma Vida», real. Sidney Pollack (EUA/1977, 119 min.)  
17.00 - Concurso 1, 2, 3  
19.00 - McGyver (36ª epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Querido John  
21.10 - Para Além da Guerra (10ª epis.)  
22.50 - Domingo Desportivo

**RTP2**

- 09.00 - Música n'América  
10.00 - Troféu  
13.00 - Espaço Infantil  
14.15 - Novos Horizontes  
14.45 - Troféu  
18.00 - Quem Sai aos Seus...  
18.25 - Imagem e Imagens  
19.00 - Primeiro Jornal  
19.20 - Em Busca da Memória (9ª epis.)  
19.45 - A Bela e o Monstro  
20.35 - Cineclube - «Horas de Tormenta», real. Herman Shumlin, argum. Dashiell Hammett, interpr. Bette Davis e Paul Lukas (EUA/1943, 109 min.)  
22.30 - Leituras  
23.15 - Lusitânia Expresso

**Segunda**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - A Rota de Howard  
14.20 - O Mundo Animal  
14.45 - Ponto Por Ponto  
15.45 - Matinée - «O Tesouro de Barba Ruiva», real. Fritz Lang (EUA, 83 min.)  
17.30 - Brinca Brincando  
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo  
19.00 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vale Tudo  
21.15 - Clube dos Subscritores  
21.45 - Reencontros (6ª epis.)  
22.45 - Chuva de Maio (6ª epis.)  
23.40 - 24 Horas  
00.15 - Remate  
00.30 - Cartas de Humor

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal  
14.15 - Espaço Infantil  
14.30 - Filhos e Filhas  
15.00 - Agora, Escolha!  
16.30 - Os Novos Caça-Fantasma (28ª epis.)  
17.00 - Contos Contados  
17.30 - O Homem da Margem (10ª epis.)  
18.15 - Telemercado  
18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.15 - Espaço Infantil  
19.50 - Reviver o Passado em Brideshead  
20.40 - Via Rápida  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Cinemagazine  
21.50 - Cinemadois - «A Luz», real. Souleymane Cissé (105 min.)  
23.55 - Universidade Aberta


**Filmes**

- «Corrupção» - 5ª, 15.55, RTP-1  
«O Homem da Máscara de Ferro» - 6ª, 15.40, RTP-1  
«Francisca» - 6ª, 00.35, RTP-1  
«O Homem Que Matou Liberty Valence» - sáb., 13.15, RTP-2  
«A Carga da Brigada Azul» - sáb., 16.30, RTP-1  
«Christine, o Carro Assassino» - sáb., 23.30, RTP-1  
«Um Momento, Uma Vida» - dom., 15.00, RTP-1  
«Hora de Tormenta» - dom., 20.30, RTP-2  
«O Tesouro de Barba Ruiva» - 2ª, 16.00, RTP-1  
«E Justiça para Todos» - 3ª, 15.30, RTP-1  
«A Luz» - 3ª, 21.50, RTP-2  
«Padre Brown Detective» - 4ª, 15.40, RTP-1  
«All That Jazz» - 4ª, 21.30, RTP-1

**Música**

- Quinta  
20.40, RTP-2: Via Rápida

- Sexta  
17.50, RTP-2: Magazine Musical  
20.40, RTP-2: Via Rápida  
24.00, RTP-2: Haja Música

- Sábado  
10.45, RTP-2: Zona Jazz  
13.10, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Serge Gainsbourg  
15.30, RTP-1: Vivamúsica

- Segunda  
20.40, RTP-2: Via Rápida

- Terça  
20.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta  
20.40, RTP-2: Via Rápida

**Desporto**

- Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (00.20), 2ª (00.15), 3ª (23.50), 4ª (00.15)  
Estádio - RTP-2, sáb., 15.15 e 21.30  
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 14.45  
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.50

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

**Casa da Comédia**, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. Teatro, Doce Teatro, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.

**Chapitô**, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. Klássikus Kabaret, texto e encen. de Fernando Gomes.

**Cinearte**, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. O Baile, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Cinema Stadium**, Algés. 6ª e sáb. às 21.30. Os Três Chapéus Altos, de Miguel Mihura, adapt. Armando Caldas e Fernando Tavares Marques.

**Clube Estefânia**, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. Inimigos, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.

**Comuna**, Pr. de Espanha. Café Teatro - Sáb. às 24.00. Festival da Otite, de Carlos Paulo.

**Fundação Gulbenkian**, Sala Polivalente

do CAM. De 3ª a sáb. às 21.00 (dia 25 às 18.30), dom. às 16. Platonov, de Tchekov, encen. Rogério de Carvalho.

**Primeiro Acto**, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. As Pulgas, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. What Happened to Madalena Iglesias?, texto e encen. de Filipe La Féria.

**Teatro Aberto**, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. Na Solidão dos Campos de Algodão, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro do Bairro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Um Poeta Afinado, de Manoel de Figueiredo (séc. XVIII), encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11.

De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. Cenas da Vida de Benilde, de José Régio, encen. Jorge Listopad.

**Teatro Ibérico**, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O Fim, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. A Severa, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breynier.

**Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

**ALMADA**  
**Teatro Municipal**, Rua Conde Ferreira. De 3ª a dom. às 21.45, sáb. também às 16.00. Felicidade e Erva

**Doce**, de Peter Shaffer, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

**ESTORIL**  
**Teatro Mirla Casimiro**, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Quero Ser Rei Esta Noite, de Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.

**LOURES**  
**Teatro da Malaposta**. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. A Floresta, de Alexandre Ostrowsky, encen. José Peixoto, pela companhia do CDIAG.

**PORTO**  
**Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. Ai Cavaquinho, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Para crianças  
**LISBOA**  
**TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. Feliz Aniversário, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

**Quarta**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Também os Rios Correm (12ª epis.)  
14.20 - O Mundo Animal  
14.55 - Ponto Por Ponto  
15.40 - Matinée - «Padre Brown Detective» (100 min.)  
17.25 - Brinca Brincando  
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo  
19.00 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vale Tudo  
21.15 - Vamos Jogar no Totobola  
21.30 - Lotação Esgotada - «All That Jazz», real. Bob Fosse (EUA, 123 min.)  
23.40 - 24 Horas  
00.15 - Remate  
00.25 - Cartas de Humor

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal  
14.15 - Espaço Infantil  
14.35 - Filhos e Filhas  
15.00 - Agora, Escolha!  
16.25 - O Liceu Degraasi (8ª epis.)  
17.25 - Os 3 Pastorinhos (4ª epis.)  
18.15 - Telemercado  
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.05 - Espaço Infantil  
19.45 - Reviver o Passado em Brideshead  
20.40 - Via Rápida  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - O Comboio  
22.25 - Especial Desporto

# Cinema A selecção ...e ainda Música, debates, etc.

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>B</b> O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
<b>C</b> Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>D</b> Sempre	—	★★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- B — Real. Peter Greenaway — Forum/2 (14.00, 16.30, 19.15, 22.00); Quarteto/4 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Woody Allen — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Steven Spielberg — Alfa/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24) — Lisboa.

## Exposições

### LISBOA

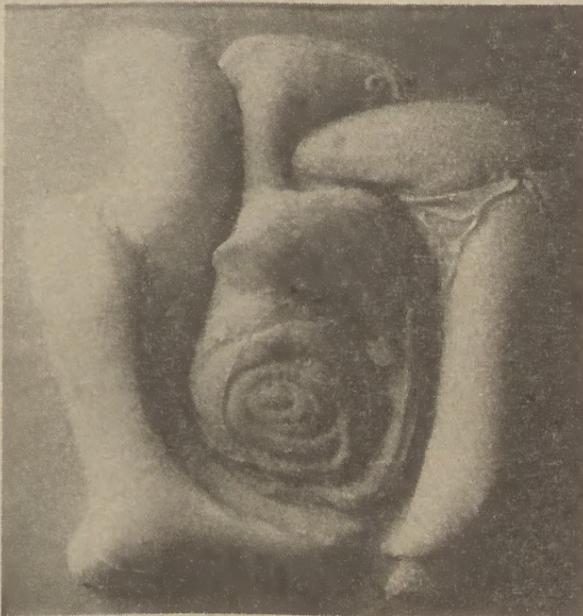
**Alfredo Luz** - Pintura. Galeria Barata, Av. Roma, 11.  
**Alvaro Perdigão** - Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra 11/6).

Junqueiro, 18-C. De 2ª a sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 31/5)  
**Ana Galvão** - Gravura. Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro, 4, r/c (até 11/6).

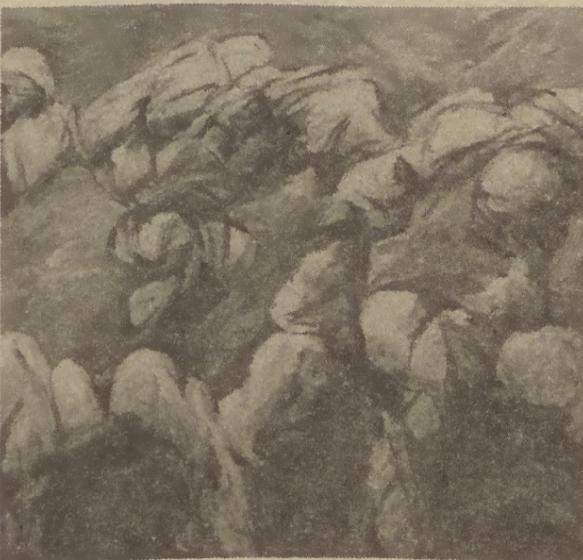
**António Mira** - Pintura e cerâmica. Forum Picoas. De 2ª a 6ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 1/6).  
**António Modesto** - Pintura. Galeria Santa Justa, R. Santa Justa,

93, 2ª. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 31/5)  
**Cabrita Reis** - Pintura. Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 2/6)

**Jorge Martins** - Desenhos recentes. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19.  
**Jorge Varanda** - Pintura. Galeria Bertrand, R. Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/6)



Graciete Rosa Rosa



Mena Brito

**No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

**Colectiva de Gravura** - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

**Eduardo Nery** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 30/6)

**Emília Verzella** - Pintura. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Saitre, 146 (até 31/5)  
**Espiga Pinto** - Escultura e pintura. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 12/6)

**Figueiredo Sobral** - Pintura. Galeria do C.C. Fonte Nova, Estrada de Benfica (até 8/6)

**Gil Teixeira Lopes** - Pintura e gravura. Galeria Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/6)

**Isabel Sabino** - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 11/6)

**João Vaz de Carvalho** - Galeria Atlântica, Rua Filipe Folque, 48-A. Das 10 às 19 (até 31/5)

**Joaquim Baltazar** - Pintura. Galeria Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2ª a 6ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30, sáb. das 9.30 às 13 (até 2/6)

**Lucio Muñoz** - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

**Luís Palma e A. Cerveira Pinto** - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 16/6)

**Luís Correla Pereira** - Pintura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 8/6)

**Manuel Gantess** - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. Das 16 às 20 (até 16/6)

**Mena Brito** - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 18/6)

**Miguel Tomás** - Pintura. Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9 (até 8/6)

**«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa»** (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

**Paula Rego** - Gravuras. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6)

**Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167, 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

**Pintura Soviética no tempo da Perestroika**. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190, s/c Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 15/6)

**Rui Filipe** - Pintura. Biblioteca Nacional Campo Grande. De 2ª a sáb. das 14 às 19 (até 16/6)

**Rui Sanches** - Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 5/6)

### FITEI

Começou ontem no Porto o Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica. É a 13ª edição do mais importante e regular festival de teatro que se realiza no nosso País, e nele participam 24 grupos de 9 países, sendo de assinalar a presença, pela primeira vez, de um agrupamento teatral de Angola - o Grupo Experimental de Teatro. De Moçambique vêm os grupos «Tchova Sita Duma» e «Mutumbela Gogo»; representações do Brasil e ainda do Perú, Paraguai, Argentina, Panamá e Venezuela.

Assinala-se, como é aliás já habitual, o grande número e qualidade da representação espanhola, com cinco grupos, e também da portuguesa - com os Seiva Troupe, A Barraca, Grupo de Campolide/Teatro de Almada, O Semeador, Companhia de Teatro de Braga, João Grosso, T.A.S., CDIAG e Bonifrates.

Assinala-se ainda mas com sinal contrário a ausência das mais importantes companhias de Lisboa e a representação restringida aos Seiva Troupe do teatro português - com as companhias quase paralisadas por falta de apoios e outras dificuldades de várias ordens.

Os espectáculos realizam-se no Auditório Carlos Alberto, Rivoli, TEP, Cooperativa do Povo Português e Ateneu Comercial do Porto e os bilhetes têm:

### Música

No Grande Auditório Gulbenkian apresenta-se hoje para um concerto a **Orquestra Chinesa de Macau**, com repertório inteiramente constituído por obras de compositores chineses para instrumentos tradicionais. As 21.30.

De 4 a 8 de Junho, na mesma sala, espectáculos de bailado pelo **Ballet de Frankfurt**. No Coliseu dos Recreios e integrado no ciclo preenchido com «Grandes Orquestras Mundiais» realiza-se no domingo às 21.30 um concerto pela **Orquestra Filarmónica de Oslo**, que executa «Petrouchka» de Stravinsky e a Sinfonia nº 5 de Chostakovitch.

Na **Feira do Livro** há música quase todas as noites: hoje à noite jazz e música contemporânea pelo **Quarteto de Saxofones**; no dia 3, **Pedro Burmester e Mário Laginha** retomam os concertos para dois pianos com música clássica e contemporânea que os têm juntado algumas vezes nos últimos dois anos; no dia 4, **Carlos Zingaro** toca violino sobre música electrónica.

### Mais Música

**Rui Veloso** regressa a um grande espaço para uma estreia: a de

um disco recentemente gravado, a que juntará decerto no espectáculo algumas «velhas» canções.

É no Campo Pequeno, na noite de sábado (às 22.00), por iniciativa da Associação Académica de Lisboa. Bilhetes: geral a 1.340\$00, plateia 1.900\$00.

### Dia da Criança

É amanhã, como se sabe. Ano após ano crescendo pela participação e número de iniciativas, evidentemente ainda dia de luta dos adultos mas sendo cada vez mais festa das próprias crianças e da escola.

É, como exemplo, o caso da **Escola Preparatória Nuno Gonçalves**, onde, sob o lema «A comemorar também se aprende», vai decorrer um ambicioso programa de animação. Ponto alto será certamente a actuação da Banda da PSP, prevista para as 10 horas. Os seus 110 elementos vão contar com a colaboração afinada de alunos da escola. Outras actividades musicais, filmes, exposições, «feira do livro» e desporto darão também vida ao Dia Mundial da Criança na Nuno Gonçalves.

Mas quem diz escola diz também autarquias - há-as, já hoje, que levam este dia muito a sério! Veja-se Vila Franca e a sua **Xira-Infantil**, já hoje acolhendo num programa muito diversificado pratica-

mente todas as crianças do concelho. Mas também, por exemplo, **Montemor-o-Novo**, que desdobrou «o Dia» em «dias», começados no passado domingo com a inauguração de exposições de trabalhos das crianças sobre histórias tradicionais e contemporâneas. E até ao dia 1 há espectáculos (de música e circo), uma feira do livro infantil, mais exposições, animação desportiva.

Exemplos. Que é preciso multiplicar (e de que maneira, estes e outros) para que, um dia, Dia da Criança seja todos os dias...

### Interjovem férias

É na Ilha do Pesequeiro, em **Porto Covo**, que vai ter lugar de 15 a 30 de Agosto o **acampamento nacional de férias desportivas promovido pela Interjovem**, que assinala que «a animação desportiva e cultural dos jovens portugueses e a promoção das relações humanas através do intercâmbio» são objectivos contidos no programa da Interjovem para a sua ocupação dos tempos livres, de que o acampamento pretende ser uma concretização.

As inscrições podem ser feitas junto da Interjovem (delegações da CGTP-IN, União, Sindicatos). Em Coimbra: na Rua Simões de Castro, 151, 1ª. Esq. ou pelos telefones 29938 e 28853.

### Tapeçaria do Séc. XVI

Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

**Vitor Ribeiro** - Aquarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

### PORTO

**António Areal** - «Retrospectiva I», pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20.

**Carlos Mesquita** - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

**Luís Pinto Coelho** - Pintura. Galeria Morada, Rua Conde Vizela, 137. De 3ª a sáb. das 11 às 20, 2ª das 15 às 20 (até 6/6)

**Paula Rego** - Gravuras. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6)

### OUTRAS LOCALIDADES

**Rocha de Sousa** (pintura/desenho/colagens/vídeo). Até 8/6, Galeria Municipal de Arte ALMADA

**Vitor Alves** - Pintura e desenho. Galeria dos Patudos ALPIARÇA

**António Mendes** - Pintura. Galeria Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71 (até 9/6) CASCAIS

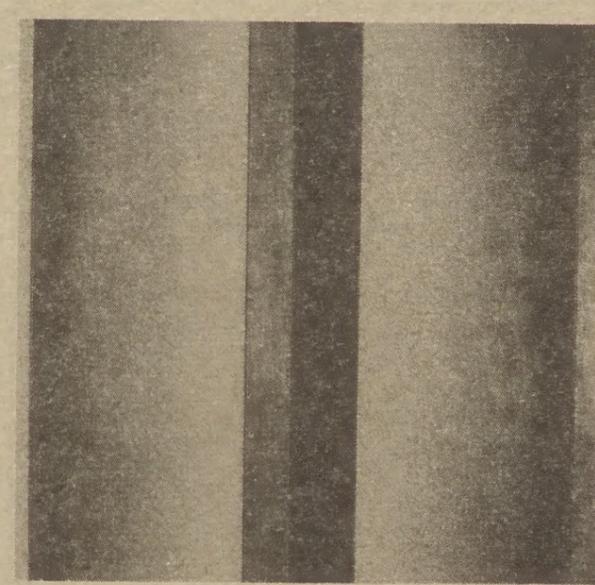
**Manuela Jardim** - Desenho e pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado (até 24/6) COSTA DA CAPARICA

**Esmeralda Calvário** - Aquarelas. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 1/6) ESPINHO

**Armanda Passos** - Pintura e desenho. Galeria Arcada, Arcadas do Parque, 118 (até 11/6) ESTORIL  
**«Objectos do dia-a-dia saioio»**. Casa do Adro (Museu Muncipal), Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/6) LOURES



Armanda Passos



Eduardo Nery

Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

**Graciete Rosa Rosa** - Tapeçaria e escultura. Galeria Municipal de Exposições, Av. Pedro Victor, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 9/6) VILA FRANCA DE XIRA



## Tempo Fim de Semana

Céu muito nublado e vento fraco.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## O que é bom para a General Motors, é bom para a América

A propósito de referendos, Parlamento juntou Almeida Santos e Guilherme Silva. No entanto, grande parte do tempo levou-se a discutir o projecto da lei eleitoral apresentado pelo governo de Cavaco Silva.

O deputado do PSD argumentou que era falsa a ideia subjacente a este projecto de destruição dos pequenos partidos ou de agressão aos partidos menos representados. Não foi ao ponto de negar que tal projecto beneficia o PSD, mas acentuou que a ideia é beneficiar o país e o Estado. O que é bom para o PSD é bom para Portugal...

Recordo, a propósito, que na sua entrevista ao **Rosto da Notícia** o secretário-geral daquele partido admitiu que grande parte do descontentamento de largas camadas da população portuguesa fora assumido por votantes e simpatizantes do PSD. E eu pergunto como é que o PSD se identifica com Portugal se ele já nem se identifica consigo próprio?...

Almeida Santos afirmou convictamente que o PS não votaria o articulado. Milhões de pessoas o ouviram.

## Só os loucos voltam costas

- Porque é que alguns podem ter tudo e outros não podem ter nada? Não foi certamente Deus que quis isto...

Assim ouvimos da boca de um camponês. Era um comentário sobre a luta no Brasil pela Reforma Agrária, uma luta com raízes muito fortes no coração e nos braços do povo irmão. Mas tais palavras podiam ser ditas por qualquer camponês de qualquer parte do mundo onde um simples palmo de terra lhe fosse recusado.

O documentário chegou até nós pela mão de **Os Sinais do Tempo**, apresentado por José Mensurado. Centrava-se principalmente no apoio que a Igreja progressista do Brasil presta à luta dos camponeses. Ouvimos frades, padres, bispos. Ouvimos-os condenar a posse abusiva da terra por meia-dúzia de latifundiários absentistas, enquanto milhões de trabalhadores estão desocupados e só conhecem a fome e a miséria.

Em 1985, para apagar a ira e os protestos, o governo prometeu a Reforma Agrária. A promessa nunca foi cumprida, por determinação dos grandes latifundiários instalados, por si ou por representação, no Congresso. Latifundiários que controlam a quase totalidade dos oito milhões de quilómetros quadrados de terra...

Momento impressionante foi aquele em que um mator profissional assassinou o padre Jorge Morais Tavares. Disse os nomes todos - os dos fazendeiros que mandaram matar e os dos intermediários. Ele não sabia que era padre. Os padres, dizia, andavam de batina e aquele andava de camisa, de calças e sandálias e era barbudo, tinham-lhe dito que era um ocupante de terras e fazia mal a toda a gente, inclusive já matara alguns fazendeiros...

Desde que principiou a luta pela Reforma Agrária com a participação da Igreja, ou seja, nos últimos anos, os latifundiários já mataram mil pessoas, algumas delas padres, e os atentados, esses, não têm conta.

Ouçamos as palavras de um camponês:

**- O importante para nós é viver no nosso berço que é a terra. Não adianta querer viver noutra lado. Noutra lado a gente está a destruir-se.**

Valiosas palavras estas, quando, no nosso país, os ataques à Reforma Agrária entram na sua fase decisiva. A ideia que preside a esta iniciativa do governo de Cavaco Silva é, exactamente, arrancar as raízes a quem sempre viveu na terra, é destruir as pessoas. Álvaro Cunhal, na sua entrevista à **Primeira Página**, denunciou o desemprego que grassa nas terras do pão: já foram destruídos 50 mil postos de trabalho!

Impedir este verdadeiro genocídio (com imprevisíveis repercussões no nosso equilíbrio nacional) é dever de todos os portugueses.

Não esqueçamos aquelas palavras de um bispo diante de milhares de pessoas:

- Peçamos perdão a Deus pelas vezes em que não nos unimos aos outros na luta por um mundo mais justo e mais fraterno. Peçamos perdão pelas vezes em que recuámos...

Só os loucos voltam costas às palavras sensatas. Esses dizem que estão perdidos para Deus. Direi, e é o mesmo, que estão perdidos para a História.

## Quarenta e sete segundos

Bem andou a televisão portuguesa ao transmitir este documentário. Mas andaria melhor se falasse da Reforma Agrária... em Portugal.

Infelizmente, para a RTP, nisto de reformas agrárias, só as dos outros países - e quanto mais longe, melhor...

Sábado passado houve a homenagem a Catarina Eufémia. No seu discurso, Álvaro Cunhal disse que Catarina Eufémia dera a vida pela Reforma Agrária. E eu fiquei a pensar no material que a RTP teria ao seu dispor para mostrar aos portugueses o que foi esta luta ao longo dos anos - o sonho, o sacrifício, a organização, a sabedoria do trabalhador alentejano... Certamente que conhecedor de tudo isso, mais fácil seria ao povo português opor-se aos ataques que lhe são movidos pelos latifundiários de novo instalados no poder.

Esta homenagem a Catarina Eufémia poderia servir de motivação para um princípio salutar de defesa da Reforma Agrária.

Mas claramente a RTP continua a não estar decidida a isso. Basta dizer que, à reportagem de um acontecimento de tanta relevância, dedicou o **Jornal de Sábado** nada menos de... 47 segundos, incluídos numa síntese de acontecimentos!

Será preciso dizer mais alguma coisa?

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## O Partido Socialista em Congresso

### Democracia nos bastidores!

Jaime Gama lançou a confusão na madrugada de ontem. Abandonou a lista de Sampaio e o líder teve de alterar a ordem dos nomes para a Comissão Nacional. Foram os momentos mais quentes do Congresso.

A madrugada de domingo foi, sem dúvida, o momento mais agitado do Congresso do PS, em cujos bastidores se travaram diversas batalhas em torno da composição da lista para a Comissão Nacional patrocinada por Jorge Sampaio. Batalhas que só tiveram o seu epílogo cerca das 2.30 h, depois de uma longa reunião entre o secretário-geral e Jaime Gama.

A agitação tinha começado à tarde e prolongou-se para além da meia-noite, altura em que a lista de Sampaio foi entregue à mesa ainda com os nomes por hierarquizar, mas já sem dela constar o de Jaime Gama. Até à meia-noite, o maior descontentamento era protagonizado por militantes do Porto. Além dos grupos de Jorge Catarino e de Raul Brito — que entregaram a Sampaio um abaixo-assinado a protestar contra a forma como Manuel dos Santos alegadamente indicara os nomes do Porto —, Carlos Lage recusou-se a aceitar o 49 lugar na lista. Fernando Gomes, porém, demoveu-o da sua atitude e exigiu que Lage ficasse à sua frente, obtendo assim o 24 lugar.

Pouco depois generalizar-se-ia a confusão. Foi quando se soube que Jaime Gama, Manuel Alegre e António Campos tinham saído da lista por discordarem da colocação de alguns dos seus apoiantes como José Luís Nunes, Miranda Calha e o próprio Alegre. Eduardo Pereira, Armando Vara e Calha dispuseram-se a tomar a mesma atitude. Esta ruptura de Gama dever-se-ia ainda ao facto de ter sido surpreendido com a colocação de Almeida Santos no segundo lugar da lista, após Ferraz de Abreu.

A tensão subiu ao rubro e o rodopio para o gabinete onde se encontravam Lopes Cardoso e António Manuel, encarregados de elaboração da lista, monopolizou as atenções. Na sala, quase deserta, a discutir as bases do programa de Governo estava António Guterres, que, ao alhear-se da «guerra» de bastidores, se tornou num dos vencedores da noite. O outro era João Soares, que chegou ao Congresso com a sua lista já feita e, no meio da confusão, evidenciava serenidade e boa disposição.

A situação só foi desbloqueada com a intervenção directa do secretário-geral que, já irritado, se dirigiu ao «gabinete de operações» para reunir com Gama. Do encontro saiu então uma plataforma de entendimento, com Sampaio a aceitar recolocar muitos dos

nomes que suscitaram o rompimento de Gama. Aliás, a metodologia utilizada na elaboração da lista — quer a feitura em cima da hora, quer a arrumação dos nomes — mereceu, aliás, duras críticas mesmo de elementos do Secretariado Nacional, que não pouparam Lopes Cardoso, António Manuel, António Costa e o próprio Sampaio por não a ter elaborado uns dias antes do Congresso.

Passavam já algumas horas sobre o prazo de entrega das listas à mesa, quando os nomes propostos por Sampaio conheceram a arrumação definitiva. Talvez por isso, João Soares, momentos antes do encerramento do conclave, ironizava nos bastidores, dizendo que se tratava da «lista das quatro e meia».

«Público», 28 de Maio

## Eleito por sondagem

Num curto espaço de tempo Jorge Sampaio foi o protagonista involuntário de duas pequenas «gaffes», já perto do encerramento do congresso. Da primeira vez foi obrigado a levantar-se da mesa e dizer «Camaradas, não posso ser eleito por sondagem». Da segunda teve que esclarecer que não era nenhum «entreteiner» e que não tinha a vocação do Herman José.

João Proença, o presidente da mesa do congresso estava impaciente com a divulgação dos resultados para os órgãos nacionais do Partido. Mas como eles não chegavam decidiu avançar, dizendo que apesar de ainda não serem conhecidos os resultados definitivos, já era possível afirmar que Jorge Sampaio tinha sido reeleito secretário-geral do PS.

Sampaio não gostou e teve que ir à tribuna desfazer aquela precipitação: «Camaradas, não posso ser eleito por sondagem, por isso peço mais um pouco de paciência até serem divulgados os resultados». João Proença teve que engolir em seco.

Ainda não refeitos deste pequeno incidente, Sampaio dirige-se para a tribuna para apresentar saudações aos congressistas e convidados. Mais uma vez, o precipitado João Proença obriga Sampaio a voltar a sentar-se à mesa dizendo que a televisão ainda não estava na sala. Há hesitações, risos entre os delegados e quando finalmente as câmaras da RTP são desbloqueadas num dos camarotes, Sampaio levanta-se, prepara-se na tribuna e meio contrafeito, «atira»: «Não sou «entreteiner», não tenho a vocação do Herman José».

«Correio da Manhã», 28 de Maio

## E a alternativa?

O líder socialista reafirmou também que o PS está preparado para governar Portugal, mas alertou que em matéria governativa «nem tudo é possível». «A escassez dos meios impõe prioridades e há contradições insanáveis de interesses na sociedade portuguesa», disse, indicando que a postura do PS em campanha eleitoral deverá ser a de «claramente revelar os juízos políticos dos socialistas naquelas matérias».

«Jornal de O Dia», 28 de Maio

## A alternativa!

O secretário-geral do PCP acrescentou que uma estratégia dos socialistas baseada na pretensão de «esvaziar eleitoralmente o PCP» em benefício do PS, insere-se em «velhas ambições e ilusões, que já é tempo de afastar para que se abra realmente caminho a uma viragem democrática na política nacional».

«Mal seria — advertiu — que se desse crédito às ideias que os socialistas avançam, neste momento, de que o voto útil será no PS. Se quiserem uma alternativa democrática, o voto útil será no PCP», disse Álvaro Cunhal, que na ocasião fez um apelo: «nem um voto da nossa área vá atrás da emoção que o voto útil será no PS».

O dirigente comunista afirmou que «após o XIII Congresso (Extraordinário) do seu partido, salta ainda mais claramente à vista que a única perspectiva credível para uma alternativa ao Governo e à política de direita é a convergência das forças democráticas, designadamente do PCP e do PS» e que é «o reforço do PCP que melhor garante esses objectivos».

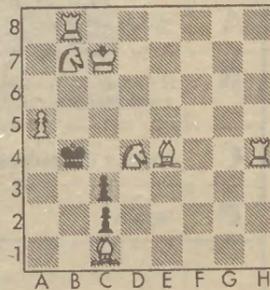
Depois de evocar o significado da coligação «Por Lisboa», Cunhal disse que os comunistas estão «não só dispostos, mas prontos a examinar com todas as forças democráticas, nomeadamente com o PS, todas as questões relativas à concretização de uma alternativa ao Governo PSD/Cavaco Silva» e recordou que a reunião magna dos comunistas recentemente realizada apresentou «grandes objectivos de uma plataforma de alternativa democrática» respeitantes «à democracia política, com reforço dos seus princípios e valores essenciais, ao Estado, à política nacional face à integração na CEE, ao desenvolvimento económico, à política social para o bem estar dos portugueses e à política externa de independência, Paz e cooperação».

«O Diário», 28 de Maio

# Xadrez

CCLV - 31 de Maio de 1990  
Proposição n.º 255/A  
Por: Benjamin Glover Laws - 1881

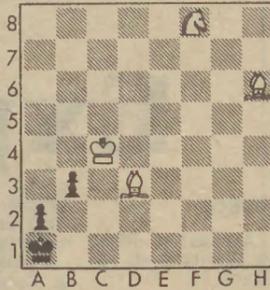
Pr.: [3]: Ps.c2, c3-Rb4  
Br.: [8]: Pa5-Cs.b7, d4-Bs.c1, e4-Ts.b8, h4-Rc7



Mate em 2 lances

\*\*\*  
Proposição n.º 255/B  
Por: L.B. Silkinf  
1.º Prémio, «64», 1028

Pr.: [3]: Ps.a2, b3-Ra1  
Br.: [4]: Cs.f8, Bs.d3, h6-Rc4



Branças jogam e ganham

\*\*\*  
Soluções do n.º CCLV  
N.º 255/A - (A.G.L.):  
Chave: 1. Cb3!

1. ..., R.b3; 2. Bd5+  
1. ..., Rb5; 2. Bd3+  
1. ..., Rc4; 2. Cd6+  
1. ..., Ra4; 2. Cb7c5+  
Fuga em cruz

N.º 255/B (L.B.S.): 1. Bd2, b2; 2. Bh7, b1=D; 3. Bc3+, Db2; 4. Cg6, Rb1; 5. Cc5, Ra1; 6. Cd3 e g.  
A. de M.M.

# Damas

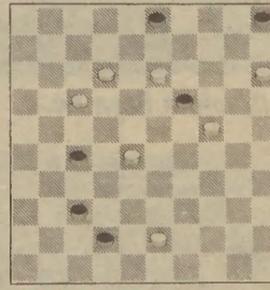
CCLV - 31 de Maio de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 255

Por: Grégoire - 1847

Pr.: [6]: 3-5-19-27-37-42

Br.: [7]: 12-13-15-17-24-28-43



Branças jogam e ganham

★

★

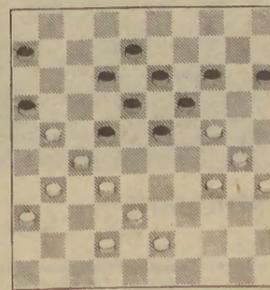
GOLPE N.º 255

Por: Icier Kupierman - 1964

(contra: V. Agafonov)

Pr.: [11]: 6-8-12-13-14-15-16-18-19-22-23

Br.: [12]: 21-24-27-30-31-32-34-35-36-38-42-43



Branças jogam e ganham

★

★

SOLUÇÕES DO N.º CCLV

N.º 255 (G.): 12-8 (3x21), 13-8 (29x30), 15-10 (5x14), 28-22 (27x18), 43-38 (42x33), 8-31=D+  
Golpe N.º 255 (I.K.): 34-29! (23x25), 24-20 (15x24), 32-28 (22x33), 38x9 (13x4), 35-30 (25x34), 43-39 (34x43), 42-38 (43x32), 27x38 (16x27), 31x2=D+  
A. de M.M.